



TUDO **OUVIDOS** A VOCÊ

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 03

Ouvir antes de agir

PALAVRA DA DIRETORIA EXECUTIVA 04

ADMINISTRAÇÃO 06

MISSÃO, VISÃO E VALORES 06

SOBRE O RELATÓRIO 07

Ouvir o novo

Partes Interessadas 08

QUEM SOMOS 10

Ouvir a si mesmo

O Infraprev 11

Governança Corporativa 12

Ética e Conduta 14

Evolução Ranking Abrapp 14

Prêmios e Certificações 14

GESTÃO ESTRATÉGICA 16

Ouvir cada possibilidade

Planejamento Estratégico 17

Iniciativas Sustentáveis 18

Comunicação e Relacionamento 19

Gerenciamento de Riscos 24

Tecnologia da Informação 26

GESTÃO ADMINISTRATIVA 27

Ouvir a experiência

Fornecedores 28

Despesas Administrativas 29

GESTÃO PREVIDENCIÁRIA 30

Ouvir os seus sonhos

Premissas Atuariais 31

Meta Atuarial 31

Contribuição Administrativa 31

Planos de Benefícios 31

Evolução da Cota 32

Concessão de Benefícios 33

Obrigações Previdenciais 34

Educação Previdenciária e Financeira 35

Custos Previdenciais 36

GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA 37

Ouvir a razão

Cenário Econômico 38

Política de Investimentos 38

Dados Econômicos 39

Desempenho dos Investimentos 40

Performance por Segmento 42

Investimento por Planos de Benefícios 46

Investimento com Gestão Terceirizada 49

Diversificação dos Investimentos 50

Investimentos Responsáveis 51

Custos dos Investimentos 52

GESTÃO DE PESSOAS 53

Ouvir o coração

Empregados 54

Treinamento 54

Remuneração 55

Acordo Coletivo 56

Benefícios 56

Programa de Assistência 56

Direitos Humanos 57

GESTÃO AMBIENTAL 58

Ouvir o meio ambiente

Consumo de Energia 59

Resíduos 59

Emissões 59

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 61

SUMÁRIO DE CONTEÚDO GRI G4 115



APRESENTAÇÃO

“Falar é uma necessidade, escutar é uma arte”. A frase sábia do escritor alemão Johann Goethe, nos faz pensar sobre a importância de ouvir mais as pessoas.

O evangelista Tiago também chamava a atenção para essa virtude “(...) todo homem deve estar pronto para ouvir, ser tardio para falar e tardio para se irar”.

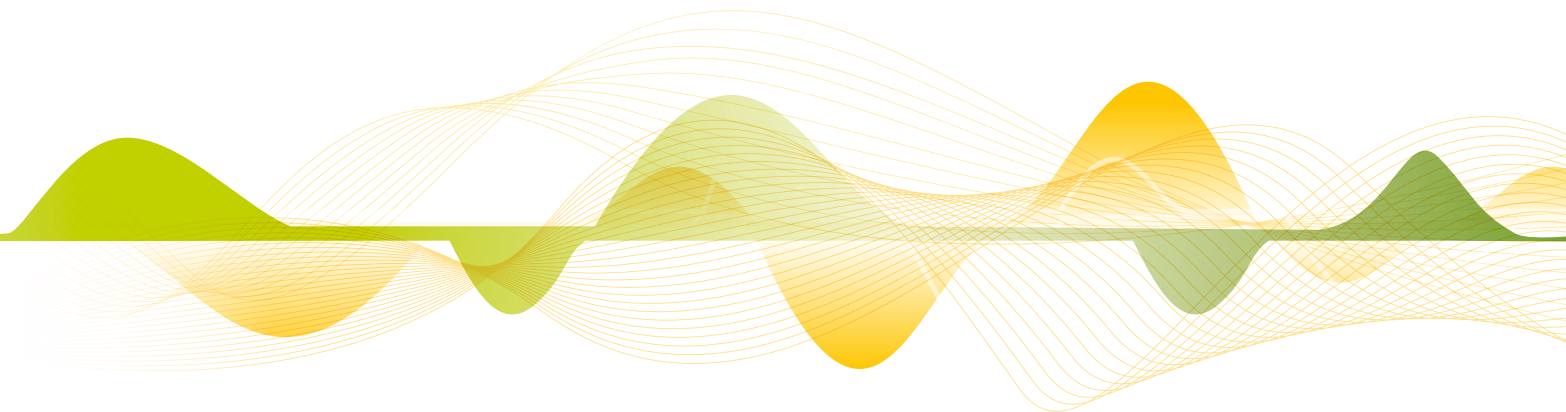
Pegamos como referência essas duas personalidades da nossa história para entender que ouvir é mais difícil do que falar, pois requer atenção para compreender e avaliar as percepções do outro.

O ato de ouvir é um processo fundamental para que ocorra uma comunicação eficiente. E, em 2015, o Infraprev se dedicou a escutar seus participantes. Foi um ano de investimentos em comunicação e pesquisa, que resultaram na evolução da marca.

Este Relatório Anual tem como conceito o ato de ouvir e seus diferentes significados. As ondas sonoras foram a grande inspiração para o seu projeto gráfico.

OUVIR ANTES DE AGIR

PALAVRA DA DIRETORIA EXECUTIVA



O Infraprev é um fundo de pensão de vanguarda, cada vez mais comprometido com os participantes, patrocinadores, instituidores e a sociedade, utilizando as melhores práticas do mercado de previdência complementar.

Para alcançar bons resultados, o Infraprev trabalha com um modelo de gestão orientado para a perspectiva de curto e de longo prazos, com foco nos resultados e na satisfação dos clientes, com a valorização dos recursos humanos e visão de sustentabilidade.

Apesar de ter sido um ano difícil economicamente, em 2015, o Infraprev trabalhou para captar novos participantes, aumentar a produtividade, ampliar a cobertura e proteção previdenciária de seus clientes, identificar novas oportunidades de investimentos, aprimorar a comunicação com os participantes e melhorar os processos.

Essas ações estratégicas foram definidas em seu Planejamento Estratégico, revisado anualmente, em que traça antecipadamente os possíveis caminhos a serem percorridos. Saber onde pisamos é fundamental. Por isso, cada passo é planejado para garantir uma caminhada segura.

Nos investimentos, o foco é sempre superar a meta atuarial. Em 2015, a meta no curto prazo de 17,07% ficou acima da rentabilidade de 11%, influenciada pela alta inflacionária. Todavia, é preciso atentar que os recursos para a aposentadoria são constituídos por investimentos de longo prazo, cujo desempenho é muito positivo. Em 13 anos, a rentabilidade de 454,85% ficou superior a meta de 360,18%.

Como a economia é influenciada por vários fatores, nos melhores momentos adotamos metas mais ousadas para gerar recursos e suportar momentos adversos, como o que vivemos em 2008, ano da crise econômica mundial, e também em 2015.

Na perspectiva previdenciária aumentamos a taxa de juros que compõe a meta atuarial de 5% para 5,5%, com base em estudos atuariais. Registramos superávit nos planos de benefício definido e déficit no plano de contribuição variável. Quanto ao déficit técnico provocado pela conjuntura econômica, não há necessidade de equacionamento, pois o valor é inferior ao determinado pela Resolução CNPC Nº 22 e a precificação dos títulos públicos federais, permitido pela legislação, reverte integralmente o déficit e ocasiona ainda superávit.

(da esquerda para a direita) Diretor de Benefícios, Diblain Carlos da Silva; Diretor-Superintendente, Carlos Frederico Aires Duque; e Diretor de Administração e Finanças, Miguel Alexandre da Conceição David

G4-1

PALAVRA DA DIRETORIA EXECUTIVA

Os desafios são grandes, uma vez que os interesses dos participantes são a base para a construção de todo esse processo. Por isso, em 2015, dedicamos o ano para ouvir ainda mais os participantes. Além da pesquisa anual, ouvimos pessoalmente o que os participantes pensam do seu fundo de pensão. Os grupos de discussões criados em cinco estados permitiram levantar as suas percepções. A riqueza de informações possibilitou ao Instituto reformular a sua marca, para ficar mais atual e adequada às necessidades do mercado.

O Infraprev também inaugurou em 2015 uma nova forma de se comunicar com os seus participantes, que foi a palestra via webcast. Tivemos a oportunidade de falar sobre a gestão do Instituto para participantes em todo o Brasil e esclarecer dúvidas em tempo real, por meio desse canal de comunicação, mais participativo e dinâmico. A ação faz parte do Programa de Educação Previdência e Financeira.

Sempre preocupado com a transparência, o Instituto vem ao longo dos anos criando e ampliando os canais de comunicação e relacionamento com os participantes. Traba-

lhamos para que todos tomem conhecimento da gestão de forma rápida e eficiente.

Administrar planos de benefícios com eficiência e transparência, atendendo continuamente às expectativas dos participantes é a nossa missão. Para cumpri-la é preciso se superar a cada dia. E é o que vem sendo feito ao longo dos anos.

Um futuro melhor aos participantes não é apenas questão de saber alocar os recursos financeiros dos planos. É investir com consciência. Por isso, o Infraprev adotou uma série de medidas e ações para garantir investimentos responsáveis, incorporando questões ambientais, sociais e de governança corporativa nas análises e tomadas de decisão. Participamos de iniciativas sustentáveis voltadas para o negócio, o meio ambiente e as pessoas, porque queremos um mundo melhor para as gerações futuras.

Nessa trajetória de 33 anos, podemos afirmar que só tivemos sucesso. O Infraprev encerrou o ano com

patrimônio de R\$ 2.999 bilhões, total de 14.071 participantes, sendo 10.934 ativos e 3.137 assistidos. Ocupa, hoje, a 37ª posição no ranking da Associação Brasileira de Previdência Complementar – Abrapp, no total de 261 fundos de pensão associados. Já recebeu reconhecimento do mercado com prêmios de melhor relatório anual, de ações de sustentabilidade e certificados de empresa cidadã.

Nosso desafio para os próximos anos é poder ampliar a base de clientes, oferecendo produtos previdenciários de excelência a custos competitivos, garantindo continuidade ao processo de geração e valor já existente.

O Infraprev de hoje é resultado de uma concepção estratégica bem-sucedida desenvolvida no passado e das sucessivas ações operacionais. Por isso, o futuro precisa ser idealizado permanentemente para que o Instituto possa acompanhar o ritmo atual de mudanças no patrocinador-fundador e nos cenários econômicos.

ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DELIBERATIVO

Flávio Rodrigues

PRESIDENTE

José Francisco Marinho Freire

Keyla Regina da Silva Torres Bosco Matias

Ricardo de Castro Brum

TITULARES

Aramis da Silva Gomes

Alex Fabiano Oliveira da Costa

Joel Alves Ramires

Paulo Cesar Pacheco de Lima

SUPLENTES

CONSELHO FISCAL

Ánete Viana Damasceno

PRESIDENTE

Cristiane Dias Silva

Vera Lúcia Lima Paulino

Wagner Cunha Machado

TITULARES

Bruno Tavares Basseto

Dourival Pereira dos Santos

Jurandyr Machado da Cunha

Edson Antonio Cavalcante

SUPLENTES

DIRETORIA EXECUTIVA

Carlos Frederico Aires Duque

DIRETOR-SUPERINTENDENTE

Miguel Alexandre da Conceição David

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Diblain Carlos da Silva

DIRETOR DE BENEFÍCIO

(Administração: referência dezembro/2015)

PATROCINADOR-FUNDADOR

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero

PATROCINADORES

Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S/A

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S/A

Aeroportos Brasil Viracopos S/A

Instituto Infraero de Seguridade Social - Infraprev

INSTITUIDOR

Associação Nacional de Empregados da Infraero - ANEI

MISSÃO, VISÃO E VALORES

MISSÃO

"Administrar planos de previdência complementar com eficiência e transparência, contribuindo para a qualidade de vida dos participantes, agregando valor à política de recursos humanos dos patrocinadores e ao fortalecimento dos instituidores."

VISÃO

Ser reconhecido como um fundo de pensão inovador, competitivo e cada vez mais comprometido com os participantes, patrocinadores, instituidores e sociedade, com base nos princípios de sustentabilidade."

VALORES

- Excelência na gestão do patrimônio dos planos de benefícios previdenciários.
- Cordialidade no tratamento dos participantes.
- Transparência das informações sobre a gestão dos planos de benefícios previdenciários.
- Prevalência dos interesses do Infraprev no processo decisório.
- Comprometimento com a diversidade, gênero e raças.
- Ambiente participativo, justo, ético e probo.
- Reconhecimento da contribuição individual e de grupo.
- Comprometimento com os princípios de sustentabilidade.
- Portfólio de investimentos com foco em empresas socialmente responsáveis.
- Inovação em todos os níveis do Infraprev.

OUVIR O NOVO



SOBRE O **RELATÓRIO**

O Relatório Anual do Infraprev abrange as informações de janeiro a dezembro de 2015. Tem como finalidade prestar contas aos participantes ativos e assistidos, patrocinadores e sociedade sobre a gestão. Contém informações importantes sobre as atividades de previdência, finanças e administração em comparação aos dados do reporte anterior, que foi em 2014.

Foi formulado de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative - GRI* (opção “de acordo” - Essencial), rede mundial de especialistas que orienta o uso de diretrizes para relatórios de sustentabilidade. Não houve verificação externa do relatório anual 2015.

Os dados apresentados tiveram como filtro: as expectativas do público de interesse (pessoas que influenciam ou são influenciadas pelo negócio), contextualização, inclusão dos assuntos relevantes, equilíbrio, comparabilidade, exatidão, tempestividade, clareza e confiabilidade.

Os riscos e oportunidades do ambiente externo do Infraprev, identificados no planejamento estratégico 2015 e, classificados como relevantes pelo Instituto e sua equipe, foram considerados na elaboração deste relatório.

A Diretoria Executiva da entidade revisa todo o conteúdo dos relatórios anuais, garantindo que todos os aspectos relevantes pertinentes ao negócio sejam abordados.

PARTES INTERESSADAS

Em 2105, não foi identificada nenhuma mudança nas interações do Infraprev em razão das suas atividades. Por isso para este ano foi utilizado o mapeamento das partes interessadas realizado em 2014, com a participação de todos os empregados. Esta última revisão resultou na tabela "Público de Interesse do Infraprev" e teve como objetivos: adequação ao multipatrocínio e definição das pessoas que participaram do processo de consulta quanto ao conteúdo do relatório.

PÚBLICO DE INTERESSE DO INFRAPREV		
Alta Interferência	Média Interferência	Baixa Interferência
Patrocinadores	Abrapp	Corretoras
Instituidores	Sindicatos*	Escritórios Jurídicos
Conselhos	Imprensa	
Participantes/Beneficiários		
Previc		
Empregados		
Incluídos	Incluídos	Incluídos
SPPC*	Consultorias de Risco	Consultorias Macroeconômicas
CNPC	Avaliadoras de Imóveis	Órgãos Certificadores
DEST*		CVM
Consultorias Atuariais		BACEN
Gestores Externos		Receita Federal
Custodiantes		
Retirados	Retirados	Retirados
Assets	IBA	
FUNDOS DE INVESTIMENTO		
Comentários		
* SPPC migrou de Baixa para Alta Interferência	* Sindicatos migraram de Baixa para Média Interferência	
* DEST migrou de Média para Alta Interferência		

ASSETS	Responsáveis pela gestão de ativos financeiros com foco em investimentos coletivos ou individuais de terceiros.
BACEN	Banco Central do Brasil
CNPC	Conselho Nacional de Previdência Complementar
CONSULTORIAS ATUARIAIS	Consultorias que analisam um conjunto de hipóteses (financeiras, econômicas, demográficas e de expectativa de vida) e definem a metodologia para o cálculo dos benefícios a serem pagos, e das contribuições que deverão ser efetuadas aos planos.
CONSULTORIAS DE RISCO	Consultorias que auxiliam no planejamento, organização, direção e controle dos riscos em uma organização.
CONSULTORIAS MACROECONÔMICAS	Consultorias que analisam a determinação e o comportamento da renda, produtos, níveis de preços, emprego e desemprego, estoque de moeda, taxa de juros, balança de pagamentos e taxa de câmbio.
CUSTODIANTES	Bancos custodiantes ou simplesmente, custodiantes, são bancos responsáveis por guardar os ativos financeiros de seus clientes e tratar de todas as operações relacionadas à posse.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
FUNDOS DE INVESTIMENTO	São um tipo de aplicação financeira que reúne recursos de um conjunto de investidores (cotistas), com o objetivo de obter lucro com investimentos em títulos e valores mobiliários, nas cotas de outros fundos ou de bens imobiliários.
GESTORES EXTERNOS	São representados por instituições financeiras e profissionais responsáveis pela gestão dos recursos financeiros de um fundo de investimentos, conforme estabelecido em regulamento próprio.
IBA	Instituto Brasileiro de Atuários
ÓRGÃOS CERTIFICADORES	Órgãos com autoridade legal ou moral, que emitem declarações formais de credibilidade quanto à qualificação de um profissional, produto ou serviço.
SPPC	Secretaria de Políticas de Previdência Complementar

PARTES INTERESSADAS

Todos os integrantes deste quadro foram consultados em 2014 via e-mail através de pesquisa por sistema informatizado, com exceção da imprensa pois o Instituto conta apenas com demandas pontuais junto a jornalistas.

Na pesquisa, o Infraprev apresentou temas que considerava relevantes para o negócio com base no planejamento estratégico, nas pesquisas de clima e satisfação de 2014. Também abriu à votação outros indicadores que poderiam ser incluídos caso a demanda do público de interesse fosse superior a 50%, conforme resultado abaixo.

VOTAÇÃO: PÚBLICO DE INTERESSE	
Item de Consulta	Percentual de Votação
Informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização	97,10%
Energia: Consumo e redução de consumo	74,10%
Consumo de papel/ Descarte de equipamentos eletrônicos	55,10%
Benefícios concedidos a empregados de tempo integral, estendidos a empregados temporários ou de meio período	55,60%

A pesquisa de clima organizacional referentes a 2015 foi postergada para o primeiro semestre de 2016. A metodologia em uso permite intervalos de 1 ano, 1 e 1/2 ano ou 2 anos.

Na pesquisa realizada em 2014 também havia tópico em que o público poderia elencar quaisquer temas não disponibilizados à votação. Todos os itens solicitados pelas partes interessadas foram incluídos no relatório 2015 e divulgados, detalhadamente, no relatório anual 2014 do Infraprev.

QUEM SOMOS



OUVIR A SI MESMO

O INFRAPREV

O Instituto Infraero de Seguridade Social – Infraprev, fundo de pensão dos empregados da Infraero, Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S/A, Aeroportos Brasil Viracopos S/A e Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S/A, atua no segmento de previdência complementar fechada desde 1982. É uma sociedade civil, de caráter privado, sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro, não recebe nenhuma ajuda financeira do governo.

O Infraprev atua apenas no Brasil, em modelo de gestão participativa, com o comprometimento dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, da diretoria e dos empregados, todos alinhados com os ideais dos participantes, do patrocinador, instituidor e da sociedade.

Tornou-se em 2010 um fundo de pensão multipatrocinado. Em 2012, lançou o primeiro plano de benefícios instituidor para familiares dos empregados da Infraero, em parceria com a Associação Nacional de Empregados da Infraero (Anei).

Em 2015, deu continuidade à oferta de planos a entidades de classe e empresas do segmento aeroportuário, tendo como maior objetivo aumentar as adesões nas próprias concessionárias conveniadas, sem diversificar a oferta a outros segmentos de atuação.

O Infraprev tem como valores a excelência na gestão dos recursos, investimentos responsáveis, inovação, sustentabilidade, transparência das informações, cordialidade no tratamento dos participantes, diversidade e um ambiente participativo.

Os padrões de ética e conduta do Instituto estão expressos em código próprio e, se baseiam na comunicação responsável, no relacionamento justo e paritário, na satisfação de seus clientes, na identificação de novos negócios, no acompanhamento dos riscos socioambientais, no combate à corrupção e solução dos conflitos de interesse, na isenção político-partidária e na não discriminação.



DESCRIÇÃO	QUANTIDADE / R\$ MIL				
	2011	2012	2013	2014	2015
Empregados	65	70	74	71	69
Receitas Previdenciárias	131.858	144.936	142.346	141.731	152.115
Receitas Administrativas	4.730	1.459	2.586	15.112	17.923
Receita Líquida do Investimento	160.613	291.116	108.130	265.761	292.380
Ativo Total	1.939.026	2.293.080	2.435.957	2.712.784	3.011.672
Patrimônio Social	1.931.000	2.282.864	2.409.455	2.697.787	2.999.929

* Os valores referentes ao custeio administrativo (recursos financeiros para gestão dos planos) foram deduzidos das Receitas Previdenciárias e da Receita Líquida do Investimento. Estes valores passaram a compor as Receitas Administrativas.

A fiscalização quanto à conformidade das regras estatutárias e dispositivos internos do Infraprev é exercida sistematicamente pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. Nos casos de entidades submetidas à Lei Complementar nº 108, como o Infraprev, há também fiscalização exercida pela empresa pública patrocinadora-fundadora, a Infraero.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Houve eleição de conselheiros em 2015. Os membros eleitos e indicados aos conselhos Deliberativo e Fiscal tomaram posse em 15 de junho, na sede do Infraprev. O mandato é de quatro anos. Iniciou em 19 de maio de 2015 e o término é em 18 de maio de 2019.

Conselho Deliberativo: Flávio Rodrigues – titular indicado reconduzido, Keyla Regina da Silva Torres Bosco Matias – titular reeleita, Alex Fabiano Oliveira da Costa – suplente eleito e Joel Alves Ramires – suplente indicado reconduzido.

Conselho Fiscal: Ánete Viana Damasceno - titular e Bruno Tavares Basseto - suplente eleitos, Cristiane Dias Silva – titular e Dourival Pereira dos Santos – suplente indicados.

O processo de eleição dos Conselhos ocorre a cada dois anos, garantindo a alternância e a paridade no processo de gestão; seus membros são independentes, não remunerados e impedidos de exercer cumulativamente qualquer função de gestão ou participação financeira no Instituto.

Os requisitos mínimos de formação de conselheiros estão relacionados à experiência (financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou auditoria), a não condenação criminal ou à penalidade administrativa por infração como servidor público ou da legislação de seguridade social.

O Infraprev possui na governança corporativa 16 Conselheiros (as), sendo 13 homens e 3 mulheres. Os inscritos para participar do processo eleitoral preenchem um documento chamado “Declaração de não impedimento”, assim como quando empossados. O mesmo ocorre com os conselheiros indicados pelo patrocinador. Em 2016, será realizada autodeclaração racial para os conselheiros.

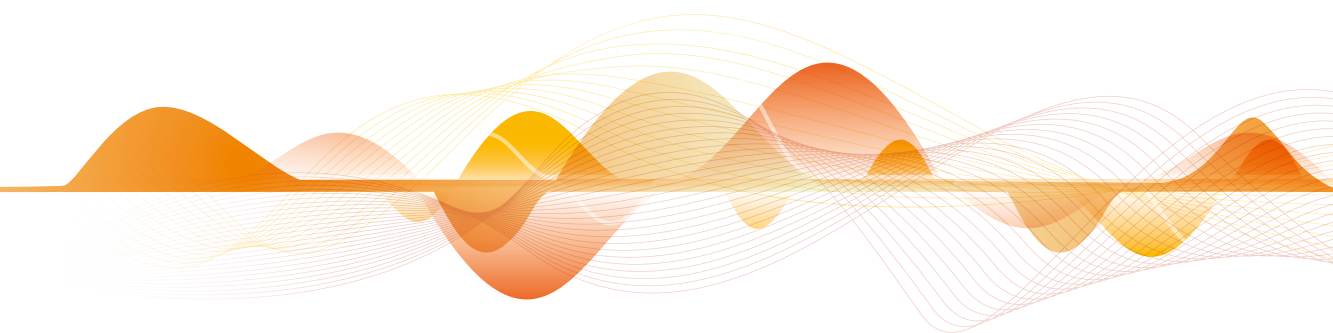
A diversidade é considerada em função do processo eleitoral democrático para composição dos órgãos de governança. A independência, o conhecimento técnico e as experiências, incluindo tópicos econômicos, ambientais e sociais, são determinantes para o exercício do cargo, o qual exige certificação e experiência profissional decorrentes de lei.

ESTRUTURA

O estatuto deve conter regras claras sobre os órgãos estatutários: Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Além de suas atribuições, responsabilidades, prazos de mandato, impedimentos e forma de constituição paritária por indicação dos patrocinadores e por eleição direta dos participantes.

A administração do Infraprev é de responsabilidade da Diretoria Executiva - DIREX, formada por três diretores: Superintendente, de Administração e Finanças e de Benefícios. Eles possuem mandato de três anos, com possibilidade de recondução. Os diretores são nomeados pelo Conselho Deliberativo, podendo ser empregados ou não da Entidade, e aprovados pelo Patrocinador, na forma das regras estatutárias em vigor.

O Conselho Deliberativo é responsável pelas orientações gerais de organização, operação e administração, enquanto o Conselho Fiscal acompanha e supervisiona a gestão administrativa e econômico-financeira dos planos de benefícios e dos recursos garantidores.



G4-34 G4-39 G4-38 G4-40 G4-DMA

O Conselho Fiscal é responsável pela fiscalização da gestão administrativa e financeira da Entidade. Há total independência de atuação dos órgãos de governança, a qual decorre da legitimidade específica e prerrogativa legal e estatutária.

Os conselhos possuem quatro membros titulares e quatro suplentes, com mandato de quatro anos. Metade indicada pelo patrocinador-fundador, metade eleita pelos participantes ativos e assistidos. O presidente do Conselho Deliberativo não cumula a função de Diretor Executivo.

Todos estes órgãos previstos no estatuto são diretamente responsáveis ou assessoram as decisões de impacto econômico, social e ambiental do Infraprev.

A composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal ocorre de forma paritária a cada 4 anos, sendo 50% eleitos pelos participantes ativos e assistidos e 50% indicados pelos patrocinadores, observando-se as disposições das Leis Complementares acima mencionadas e as regras estatutárias em vigor.

O mandato dos membros da Diretoria Executiva é de 3 anos e os dos Conselhos Deliberativo e Fiscal de 4 anos, com total independência de atuação, a qual decorre da estabilidade legal e estatutária prevista para o exercício do cargo.

Além da Diretoria Executiva e dos Conselhos, há um Comitê de Gestão de Investimentos e outro Comitê de Gestão de Riscos, respectivamente com a finalidade de apoiar a DIREX nas diretrizes de gestão das operações financeiras e dos riscos envolvidos. São formados por integrantes da equipe do Instituto nas áreas de investimentos e controle de riscos.

O Infraprev também conta com um Comitê de Produtos, órgão colegiado de caráter permanente e não estatutário, que tem por finalidade dar suporte às atividades de multipatrocínio, analisar as propostas de adesão de novos patrocinadores e/ou instituidores e emitir proposta com estudo de viabilidade. É composto pelas gerências de Comunicação (coordenadora), Controles Internos, Controle de Riscos do Ativo e do Passivo, de Seguridade, Jurídica e de Controladoria.

Em 2015, houve a criação de grupos gerenciais. A Comissão de Investimentos que tem como atribuição discutir anualmente a proposta da Política de Investimentos e Riscos do Infraprev, bem como a confecção do estudo de *Asset Liability Management* - ALM e Macroalocação dos Investimentos. É composta pelo Diretor Administrativo Financeiro - DIRAF e pelas gerências de Análise de Investimentos e Participações - GEANI, de Investimentos - GEINV, de Controles Internos - GECOI e de Controle de Riscos do Ativo - GECAP. A Comissão Anticorrupção tem a incumbência de adotar medidas de aperfeiçoamento da gestão em aderência ao Guia de Boas Práticas Anticorrupção para Entidades Fechadas de Previdência Complementar sob a ótica da Lei nº12.846/13 elaborado pela Abrapp/Sindapp. É composta pelas gerências de Análise de Investimentos e Participações - GEANI, de Investimentos - GEINV, de Controladoria - GECOT, Jurídica - GEJUR de Controles Internos - GECOI e de Controle de Riscos do Ativo e Passivo - GECAP.

DIREX	CONDE	CONFI
3 empregados do gênero masculino, com faixa etária entre 51 a 59 anos. 4,35% de indivíduos que integram os órgãos de governança.	8 membros, sendo 7 do gênero masculino e 1 do gênero feminino. Faixa etária do gênero masculino: 30 a 50 anos - 1; 51 a 60 anos - 4; acima de 61 anos - 2; Faixa do gênero feminino: 30 a 50 anos - 1.	8 membros, sendo 6 do gênero masculino e 2 do gênero feminino. Faixa etária gênero masculino: 31 a 40 anos - 2; 41 a 50 anos - 2; 51 a 60 anos - 2; acima de 61 anos - 2.

As gerências informam mensalmente os resultados de suas atividades à Diretoria Executiva que encaminha ao conhecimento dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. O Comitê de Gestão de Investimentos - CGI e o Comitê de Gestão de Riscos - CGR se reúnem mensalmente e as atas ordinárias das reuniões são encaminhadas ao CONFI.

O Infraprev está submetido à auditoria externa de empresa independente e à auditoria anual da Infraero com temas de sua escolha.

G4-22

G4-DMA G4-LA12

G4-36

G4-FS9

ÉTICA E CONDUTA

O Infraprev possui o canal etica@infraprev.org.br e duas urnas em sua sede para recebimento de dúvidas ou denúncias referentes às disposições de seu Código de Ética e Conduta. O canal etica@infraprev.org.br está disponível 24 horas por dia, todos os dias da semana.

Os canais para recebimento de denúncias e os procedimentos para o tratamento administrativo das questões podem evitar passivos trabalhistas e fidelizar participantes. Em 2015 não foram recebidas denúncias.

Todos os fornecedores têm ciência deste Código formalizada via contrato. É documento disponível no portal do Instituto www.infraprev.org.br, que possibilita o recebimento de denúncias mesmo que anônimas.

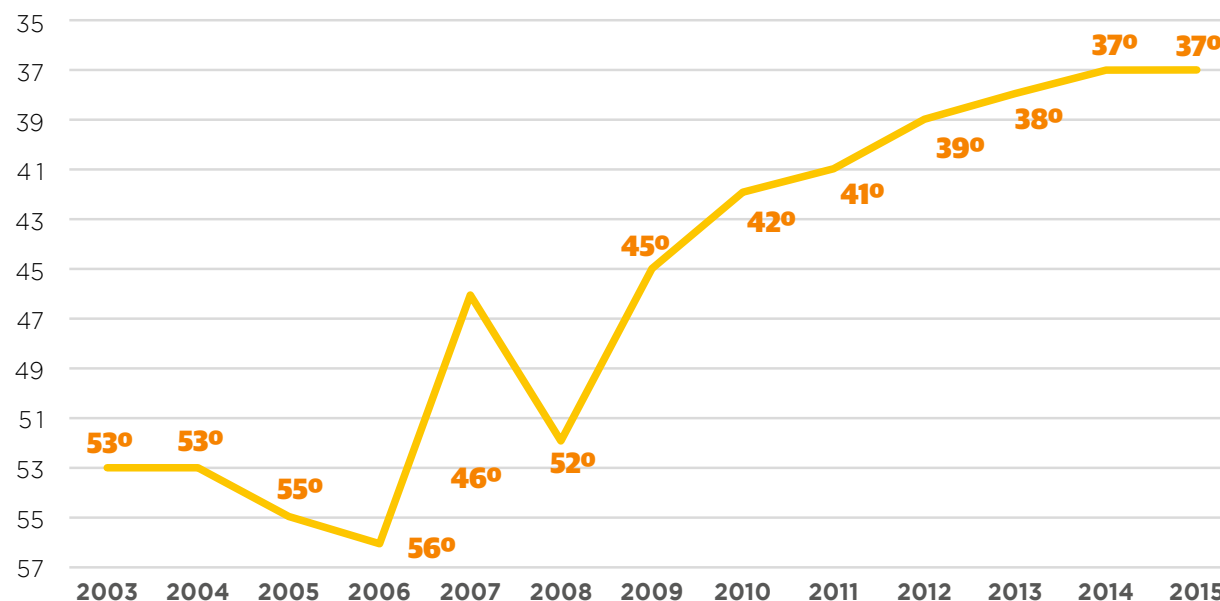
As denúncias são tratadas de modo confidencial, de acordo com o regimento do Comitê de Ética e Conduta do Infraprev.

Os motivos das demandas trabalhistas são monitorados pelo Instituto, para melhoria da gestão de pessoas e com o objetivo de afastar penalidades por descumprimento da legislação. Após o recebimento de ações judiciais, a Gerência Jurídica comunica e orienta a área responsável quanto às medidas que deverão ser adotadas para evitar novas reclamações.

Não houve registro de reclamações trabalhistas distribuídas por ex-empregados do Infraprev no exercício de 2015.

EVOLUÇÃO RANKING ABRAPP

No ranking da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) o Infraprev ficou em 2015 na 37ª posição. A classificação dos fundos de pensão é realizada com base no patrimônio das entidades.



PRÊMIOS E CERTIFICAÇÕES

O reconhecimento do trabalho voltado ao crescimento sustentável pode ser constatado nas certificações recebidas em 2015. O Infraprev conquistou o 1º Prêmio Abrapp de Sustentabilidade, o selo da 5ª edição do Programa de Pró-Equidade de Gênero e Raça do governo federal, o certificado de empresa cidadã concedido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC-RJ) e foi o 2º lugar no 17º Prêmio da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) de melhor Relatório Anual.

Na premiação da Abrapp, o Instituto venceu com o case “Temas Econômicos - Política e Gestão de Investimentos/Critérios Socioambientais”, na categoria B, dos fundos de pensão que possuem ativos acima de R\$ 2 bilhões até R\$ 15 bilhões. É concedido às melhores práticas envolvendo questões ambientais, sociais, econômico-financeiras e de governança no âmbito das entidades fechadas.

O selo do Programa de Pró-Equidade de Gênero e Raça já é o segundo adquirido. O grupo técnico da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) aprovou as ações voltadas para igualdade de gênero e raça desenvolvidas pelo Comitê de Pró-Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do Instituto. Entre elas estão o percentual mínimo de admissões de brancos e negros, ampliação da licença-paternidade para dez dias úteis, palestra sobre cuidados com a saúde e a divulgação de temas relacionados nas redes sociais.

Para o certificado de empresa cidadã, recebido pelo terceiro ano, o Instituto enviou ao CRC-RJ informações contábeis de 2014 quanto aos investimentos em programas socioambientais, em tecnologia da informação e recursos humanos. Os indicadores GRI são um dos critérios técnicos avaliados para a premiação. E nesse quesito o Infraprev saiu na frente, já que desde 2012 produz seu relatório anual baseado na metodologia internacional. A análise foi feita por uma equipe de mestrandos e doutores da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. A certificação incentiva e reconhece a implantação de boas práticas ligadas à responsabilidade social e ambiental em instituições brasileiras.

Foi o sexto ano consecutivo que o Infraprev ficou entre os melhores na premiação da Abrasca, na categoria 'Organizações Não Empresariais'. Nesta última edição conquistou o 2º lugar. O prêmio aponta os melhores relatórios anuais e estimula as instituições a produzirem, com clareza e criatividade, suas principais informações para seus clientes e a sociedade.

GESTÃO **ESTRATÉGICA**



OUVIR CADA
POSSIBILIDADE

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em 2015, o Planejamento Estratégico foi composto por oito estratégias chaves e 15 objetivos táticos. Foi, ainda, elaborado sob quatro perspectivas - Financeira, Cliente, Processos Internos e Aprendizado e Aprimoramento. Seu desenvolvimento se deu a partir da análise de cenários e da análise SWAT (sigla em inglês para análise de oportunidades, ameaças, pontos fortes e fracos).

Para a definição do conteúdo deste relatório foram considerados os seguintes itens do planejamento estratégico:

CENÁRIO INFRAPREV 2015

EXTERNO

RISCOS	OPORTUNIDADES	GESTÃO
Competitividade no setor de previdência	Crescimento do setor de transporte aéreo e de infraestrutura	Editais de Concessão da Infraero com compromisso de manutenção dos planos de aposentadoria do Infraprev. Ações de Marketing.
Reestruturação da Infraero	Novos modelos de gestão da infraestrutura de transporte aéreo	Oferta do Plano de Contribuição Definida - Produto flexível, adequado ao perfil de cada novo Patrocinador/Instituidor.
Atual perfil do consumidor	Uso de novas tecnologias	Disponibilidade de autoatendimento, aplicativo para telefones celulares, uso das redes sociais e mensagens de texto.
Mudança nas relações de emprego	Redução do custo operacional	Processo de seleção: Integração dos anseios da geração Y de empregados (digitais, inovadores, imediatistas, de fácil mobilidade), com as características do setor de previdência (visão de longo prazo, sem constantes alterações de demanda). Objetivo: reter talentos e evitar novos custos com seleção, contratação e rescisão.
Instabilidade regulatória	Melhoria contínua dos processos de gestão	Acompanhamento cotidiano do Diário Oficial para identificação de novas leis. Treinamento de empregados nos processos e procedimentos alterados pela legislação.
Instabilidade do Cenário Econômico	Diversificação dos investimentos	Investimentos em novas estratégias de negócio. Análise de possibilidades de investimento no exterior.
Baixa Cultura Previdenciária	Educação financeira e previdenciária	Programa de Educação Financeira e Previdenciária praticado desde 2011. Público Alvo: participantes ativos e assistidos, empregados e dirigentes (conselheiros e diretores).

Os planos de ação, indicadores e metas foram construídos conforme a necessidade de busca de novos mercados, definição de estratégias de vendas, novas oportunidades de investimentos, aprimoramento da comunicação com os participantes, melhoria de processos, desenvolvimento de pessoas e soluções tecnológicas.

Dentre as ações realizadas, os destaques do ano foram: Estudo junto aos participantes, que levou a elaboração da nova marca; Desempenho da pesquisa de satisfação de clientes, cujo nível se mantém elevado, apesar do cenário de incerteza para os participantes ativos e Manutenção do quadro de participantes, mesmo com as saídas, fruto das ações e campanhas de permanência no Instituto e de novas adesões.

A Diretoria Executiva e membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal participam de revisão anual das metas e objetivos estratégicos do Instituto, com eventual atualização de missão, visão e valores, quando necessário.

TABELA DO MAPA ESTRATÉGICO DO INFRAPREV

PERSPECTIVAS	DIRETRIZ ESTRATÉGICA: CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL DO INFRAPREV
Financeira	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aumentar a participação nos novos mercados (participantes, patrocinadores e instituidores). 2. Maximizar o desempenho econômico-financeiro dos planos administrados.
Cliente	<ol style="list-style-type: none"> 3. Criar valores excepcionais para os clientes do Instituto. 4. Reforçar a percepção de segurança dos clientes quanto à solidez econômico-financeira do Instituto.
Processos Internos	<ol style="list-style-type: none"> 5. Identificar nos processos os pontos fundamentais de agregação de valor para os clientes.
Aprendizado e Aprimoramento	<ol style="list-style-type: none"> 6. Aperfeiçoar o modelo de governança. 7. Desenvolver uma nova cultura organizacional, com ênfase em inovação, sustentabilidade e gestão do conhecimento. 8. Definir um novo patamar para o Capital Informacional.

INICIATIVAS SUSTENTÁVEIS

O Infraprev endossa as iniciativas de caráter econômico, ambiental e social. Anualmente, renova o seu apoio a estas organizações. Participa dos grupos de trabalho dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI) e da Declaração do Capital Natural (DCN). Acompanha os eventos e evolução das diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) para relatórios responsáveis, como também do Carbon Disclosure Project (CDP).

PRI - Princípios que norteiam o mercado financeiro para integrar meio ambiente, sociedade e governança em suas decisões de investimento.

CDP - Projeto que reúne dados sobre as emissões de gases de efeito estufa, consumo de água e risco florestal nos negócios, acelerando as soluções para as mudanças do clima.

GRI - Rede composta por especialistas de todo o mundo que estimula a divulgação de relatórios empresariais responsáveis por comparar o desempenho das corporações e dos países.

DCN - Compromisso do mercado financeiro para identificar a dependência dos negócios ao meio ambiente e integrar o capital natural em produtos e serviços, com contabilidade e reporte próprios.

Possui, ainda, diretrizes para a gestão de pessoas e a alocação de recursos com base no Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Previdência Social (MPS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O acordo visa à promoção do trabalho decente e ao investimento em projetos socialmente responsáveis.

Participa do Programa Pró-equidade de Gênero e Raça da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, para aprimorar seu modelo de gestão à equidade de gênero e raças.

Em 2015, o Infraprev deixou de enviar cartas de engajamento às corretoras para incentivá-las aos Princípios para o Investimento Responsável e à adesão ao *Carbon Disclosure Project* (CDP), pois a listagem das corretoras não se alterou ao longo do ano. Por outro lado, o Instituto enviou cartas a 95 empresas que não atenderam à solicitação do CDP para responderem ao seu questionário sobre o uso da água, emissões e o risco florestal.

O Infraprev é membro de 5 Comitês de Investimentos dos 14 fundos de investimento em participações (FIP) que compõem sua carteira própria (um fundo encerrado em 2015). Nestes Comitês, o Instituto possui direito a votar em cada ponto deliberado (inclusive social, ambiental e de governança corporativa), dando a possibilidade de engajamento nos temas de sustentabilidade e monitoramento dos critérios de governança.

Os votos são previamente definidos no Comitê de Gestão de Investimentos (CGI) e suas manifestações ficam registradas em atas divulgadas no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no Relatório de Atividades Diárias - RAD do Instituto. Em 2015, houve votos quanto à mudança de gestores e prestadores de serviços. Todos os votos do Instituto são próprios.

O Instituto também promove o engajamento de bancos e gestores externos às práticas sustentáveis. Faz parte do Conselho Técnico Consultivo do CDP da América Latina e da Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar -Abrapp.

COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO

O Infraprev deu continuidade ao trabalho de ouvir os participantes para poder melhorar as ações de Comunicação e do Atendimento aos participantes. O Diagnóstico Estratégico de Comunicação, realizado no último trimestre de 2014, serviu de base para a reformulação da Política de Comunicação e elaboração de um Planejamento de Comunicação do Infraprev, aprovados em 2015.

Para esse trabalho foram feitas entrevistas, por meio de questionário com perguntas em profundidade, com lideranças do Infraprev e seus patrocinadores, além de enquetes digitais com empregados e participantes do Instituto. As entrevistas pessoais com as lideranças envolveram 26 profissionais das seguintes áreas e instituições: diretoria, gerências e conselhos deliberativo e fiscal do Infraprev e representantes dos patrocinadores.

O diagnóstico com os públicos estratégicos demonstrou a necessidade de realizar a comunicação de forma integrada e estruturada, como também um estudo da marca que foi desenvolvido em 2015.

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

A Política de Comunicação Corporativa foi atualizada em 2015. É o instrumento normativo que tem como objetivo contribuir para o cumprimento da missão institucional do Infraprev e estabelecer diretrizes para todas as ações de comunicação e relacionamento com os *stakeholders* (públicos de interesse), orientando estratégias para aumentar a visibilidade da sua marca, imagem e reputação, por meio da disseminação de sua identidade.

Em um mundo altamente conectado em que todos os cidadãos podem produzir conteúdo, é necessário praticar a Comunicação Integrada, com uma mensagem única para todos os públicos de interesse para que tenha força e credibilidade. Mas sempre com a adequação da linguagem a cada público e a cada canal de comunicação.

A Política estabelece a adoção de estratégia institucional para empregados; participantes ativos e assistidos; patrocinadores e instituidores; entidades representativas; sistema de previdência complementar; imprensa e potenciais patrocinadores e instituidores.

A estratégia deve ser aplicada de maneira harmônica e unificada, de forma a solidificar a confiança de todos esses públicos e da sociedade em geral e, conseqüentemente, fortalecer a marca Infraprev.

São Princípios básicos da comunicação no Instituto:

Ética – a ação de comunicação caracteriza-se pelo compromisso ético e pelo exercício pleno da responsabilidade econômica e socioambiental do Infraprev. A comunicação é, por isso, pautada pela verdade e pela manutenção de um clima propício ao diálogo.

Transparência – o Infraprev posiciona-se de maneira transparente para o mercado e para a sociedade em geral, priorizando canais que promovam essa interação. A transparência é a principal geradora de credibilidade da marca.

Atualidade – a constante atualização do sistema de comunicação do Infraprev permite que ele se aproprie dos recursos disponíveis pelas novas tecnologias e se mantenha em nível de igualdade com seus parceiros e com o próprio mercado.

Agilidade – o processo de comunicação do Infraprev deve ser ágil o suficiente para atender às demandas que surgem do mercado. A agilidade das respostas e dos posicionamentos do Instituto junto aos públicos de interesse, em tempo hábil, gera credibilidade e contribui para o fortalecimento da reputação corporativa.

Engajamento – a comunicação integrada – interna e externa – privilegia a participação dos empregados e dos demais públicos com o objetivo de criar vínculos, a fim de buscar respaldo à tomada de decisões em relação às ações institucionais.

Relevância – o processo de comunicação, principalmente o conteúdo, deve ser pautado por temas que despertem a atenção dos públicos. Uma informação só é relevante quando tem significado para o receptor e, ao mesmo tempo, seja do interesse estratégico do Infraprev.

EVOLUÇÃO DA MARCA

O Infraprev encerrou 2015 com a criação e aprovação de uma nova marca que passa a ser utilizada em 2016. O seu desenvolvimento levou em consideração a visão de futuro do Instituto “Ser reconhecido como um fundo de pensão inovador, competitivo e cada vez mais comprometido com os participantes, patrocinadores, instituidores e sociedade, com base nos princípios de sustentabilidade”.

Para o estudo de uma nova marca, foram montados cinco grupos de foco com participantes, em diferentes estados – Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul – além do Distrito Federal. Foram utilizadas técnicas de Design Thinking. A técnica permite observar tudo aquilo que prejudica ou impede a experiência (emocional, cognitiva, estética) e o bem-estar das pessoas. Na análise das discussões entre os membros dos grupos foram consideradas, além das palavras e expressões ditas por eles no debate, suas expressões faciais e outros estímulos positivos e negativos. O objetivo principal foi saber como a marca Infraprev se inseria no público de atuais participantes do Instituto.

A percepção dos entrevistados indicou a necessidade do reposicionamento da marca para um cenário em que o Infraprev precisa se lançar no mercado, para no futuro ter novos patrocinadores e instituidores. Sinalizaram que isso deveria ser feito de modo cuidadoso, sem rompimentos drásticos. Sugeriram, também, que atributos e características positivas que dão solidez à marca Infraprev fossem reforçados.

Com base no estudo, a construção da nova marca para o Infraprev partiu da premissa de que não se trata de uma ruptura, mas sim de uma evolução. A evolução de uma marca que tem uma história de 33 anos, que precisa manter as suas características de proteção, segurança e confiança. Mas que necessita também inovar e evoluir com seus participantes.



PESQUISA DE SATISFAÇÃO

O Infraprev realiza pesquisa anual com participantes ativos, assistidos, contatos Infraero e empregados. O objetivo é avaliar as ações do Instituto, para que se possa melhorar os seus processos internos, os serviços e a comunicação.

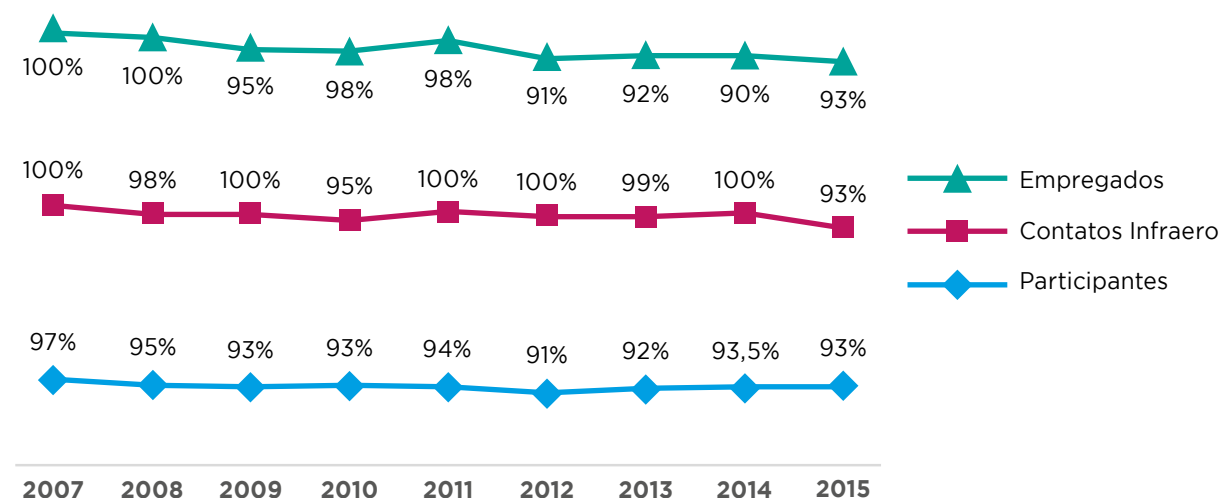
Em 2015, foram avaliados hábitos, grau de conhecimento e de satisfação desses públicos com relação à gestão do Infraprev no ano, serviços e benefícios oferecidos e os canais de comunicação. Da mesma forma, foi medida a aderência da imagem do Instituto, forças e fragilidades, bem como os principais atributos associados ao Instituto (solidez, modernidade, eficiência, transparência e sustentabilidade).

As entrevistas foram realizadas com 604 participantes ativos, 283 assistidos (aposentados e pensionistas), 45 empregados e 73 contatos da Infraero. Um instituto de pesquisa foi contratado para aplicar o questionário por telefone e produzir os relatórios. A escolha dos entrevistados foi feita por amostragem e de forma aleatória.

Participantes - A avaliação geral foi de 93% tanto para ativos quanto assistidos. Continua positiva, mas há perda da percepção de excelência (ótimo) de acordo com o histórico para os ativos, porém a pesquisa revela que o cenário negativo em que o País está inserido pode contaminar as avaliações das instituições. Segurança para o futuro surge como o principal atributo para o ativo. “Atender às necessidades” em conjunto com ser provedor confiável “complemento de renda/aposentadoria” e “sem atrasar” surgem como principais fatores da avaliação positiva para os assistidos. A média de notas quanto à imagem da gestão administrativa e financeira teve uma redução nos ativos alcançando 7,8 e para os assistidos foi de 8,7, igual à obtida no ano anterior. Entre os que avaliam positivamente a instituição, se destacam as percepções de “gestão competente” e “os bons resultados obtidos”.

Resultados históricos da pesquisa

(soma Ótimo e Bom)



Contatos Infraero - Para os empregados da Infraero que dão apoio as questões do Infraprev em suas unidades aeroportuárias, a avaliação geral do Instituto permanece com um patamar de avaliações positivas (Ótimo + Bom) superior a 90%, 93% neste levantamento. A nota da gestão administrativa e financeira ficou quase meio ponto abaixo da obtida no ano anterior, de 8,7 em 2014 para 8,3 em 2015. A boa gestão, transparência e confiança são os principais atributos das avaliações positivas dessa gestão.

Empregados - 93% também foi o percentual de avaliação dos empregados do Infraprev para a gestão. Transparência é o principal atributo de imagem para o resultado positivo. A média de notas referente a gestão administrativa e financeira foi 8, é similar à obtida no ano anterior.

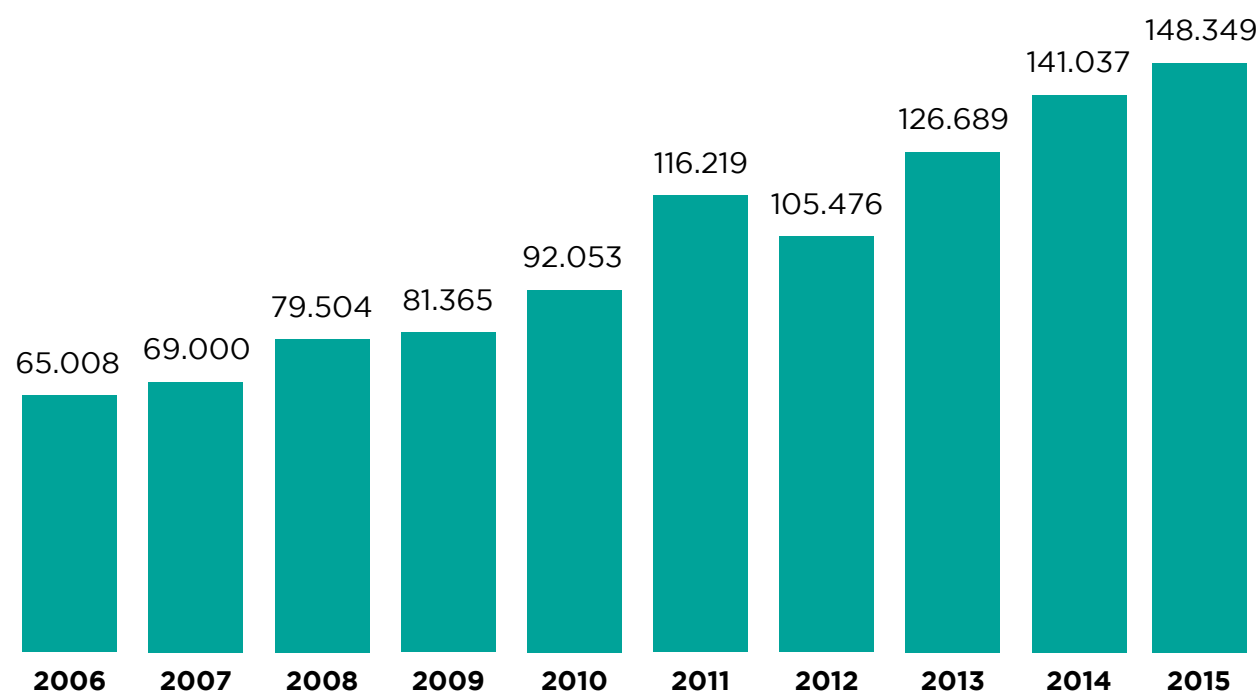
As ações de sustentabilidade promovidas pelo Infraprev são conhecidas por 98% dos empregados, 75% dos contatos na Infraero, 69% dos assistidos e 57% dos participantes ativos.

PORTAL INFRAPREV

O portal Infraprev - www.infraprev.org.br - recebeu mais de 148 mil acessos em 2015 - maior número de visitas registrado desde a criação em 2004. A quantidade de páginas acessadas foi de 1.421 milhão - recorde no comparativo dos últimos 11 anos e resultado 22% (255.356) maior que 2014. Também aumentou em 5% a quantidade de usuários no portal (48.005). Cada um navegou em média dez páginas por visita.

No Autoatendimento, os itens mais procurados foram o simulador de empréstimo, o de aposentadoria e o painel de visão geral do plano. A página da web proporciona informações sobre a gestão do Infraprev, planos de benefícios, investimentos, além de notícias. Também ficam disponíveis as publicações (Jornal Futuro, regulamentos, estatuto, código de ética), política de investimentos, simuladores, dentre outros itens.

Quantidade de visitas ao portal



CANAL DE VÍDEOS

Aposentadoria, Como Planejar a Aposentadoria no Plano CV, Auxílio-doença, Pensão e Pensão e Investimentos foram temas de vídeos publicados no portal. O mais recente, realizado em 2015, foi sobre Investimentos, com duração de aproximadamente cinco minutos. As três palestras via webcast - Gestão de Investimentos, Opções de Desligamento e Resultado de 2014 apresentada pelo Diretor-Superintendente - também geraram vídeos. Ao todo, já são oito disponíveis no Canal de Vídeos. O Canal de Vídeos do portal obteve 1.206 visualizações durante o ano. A palestra sobre as Opções de Desligamento foi o tema que mais interessou os participantes, obtendo 34% do total (489).

NEWSLETTER E SMS

As mensagens via e-mail e celular permitem uma comunicação segmentada aos diversos públicos do Infraprev. Do total de 72 newsletters enviadas em 2015 mais de 30% foram relacionadas à educação previdenciária. A taxa média de abertura pelos participantes foi 32%, resultado acima do percentual estipulado pelo mercado que é de 20%. As mensagens via SMS totalizaram 52 no ano e abordaram temas sobre eleição de conselheiros, data de crédito de empréstimo, Autoatendimento, Jornal Futuro e simulação de aposentadoria.

COMUNICAÇÃO DIGITAL	PÚBLICO	PRINCIPAIS ASSUNTOS	QUANTIDADE	MÉDIA MENSAL
Newsletters	Participantes dos planos CV, BDI, BDII e PAII, aposentados, conselheiros, fundações Abrapp e contatos nos aeroportos.	Serviços do Autoatendimento, Aposentadoria, contribuição para Plano CV, Jornal Futuro, Autoatendimento, atualização de e-mail e celular, aplicativos e redes sociais.	72	6 e-mails
Mensagem via SMS	Participantes dos planos CV, BDI, BDII e PAII	Informe de empréstimo na conta do participante, contribuição para o Plano CV, simulação e Jornal Futuro.	52	4 mensagens

REDES SOCIAIS

Facebook - É um canal de comunicação e relacionamento, que permite a interação não só entre os participantes, mas também de pessoas que se interessam pelos assuntos abordados pelo Infraprev - previdência, finanças e sustentabilidade. Em 2015, o conteúdo publicado na rede atingiu 21.500 pessoas. Foram 145 postagens, 1.620 curtidas, 159 comentários e 100 compartilhamentos. Destaque para o volume dos comentários na rede social que aumentou 536% em relação a 2014. O Instituto encerrou o ano com 4.775 seguidores.

CURTIDORES	CURTIDAS	COMENTÁRIOS	COMPARTILHAMENTOS	ALCANCE DE PESSOAS *
4.775	1.620	159	100	25.391

*Número de pessoas que receberam algum tipo de notificação referente ao Facebook do Infraprev - publicações, publicações de outras pessoas na própria página e menções.

Twitter - Encerrou o ano com 707 seguidores. Foram publicados 1.245 tweets que obtiveram 3.463 cliques nas 48 notícias mais populares do ano. Previdência, incluindo as campanhas realizadas pelo Instituto no Facebook, economia e sustentabilidade continuaram sendo os assuntos de maior interesse.

Youtube - Contém seis vídeos - Iniciativas Sustentáveis, Plano Associativo, Sustentabilidade, Planos de Previdência, Institucional - Atividades do Infraprev e Educação Previdenciária. Juntos tiveram um total de 2.288 visualizações.

ATENDIMENTO AO PARTICIPANTE

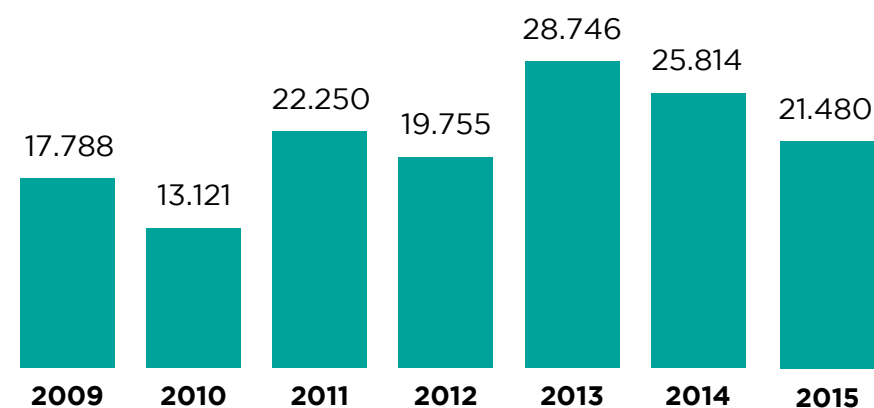
O Infraprev disponibiliza diversos canais de atendimento aos participantes e ao seu grupo familiar para prestar orientações e esclarecimentos sobre empréstimo, simuladores, aposentadoria, requerimento de pensão, pecúlio, auxílio-doença, serviços no portal e demais benefícios assegurados pelos seus planos de previdência. Os canais são a Central de Atendimento (telefone 0800-707-1273), e-mail - Fale Conosco (no portal), atendimento presencial, Autoatendimento (no portal e no celular) e as redes sociais.

Em 2015, foram efetuados 21.480 atendimentos por telefone (0800), e-mail e presencial, registrando-se decréscimo em relação ao ano anterior. A diminuição na quantidade de atendimen-

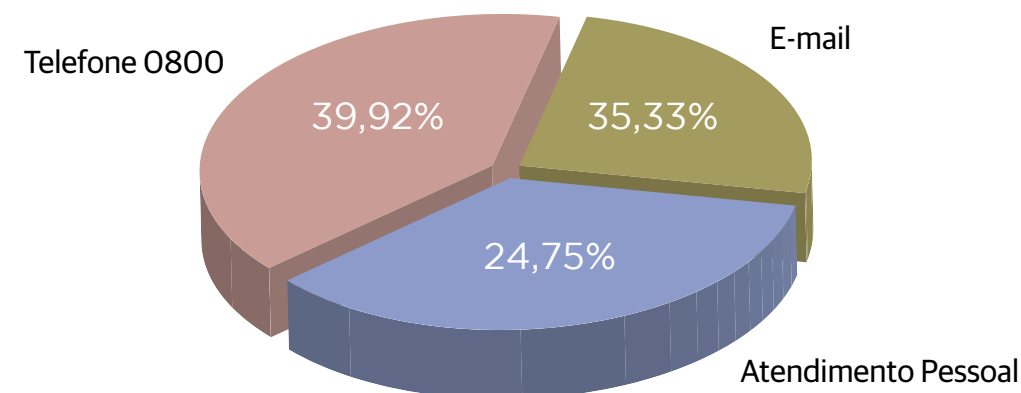
tos foi reflexo da restrição nas concessões de empréstimo. Outro fato é que o Infraprev, por meio de diversas campanhas de divulgação da ferramenta de e-mail marketing, tem incentivado o participante a acessar os serviços de autoatendimento no portal.

Redes Sociais - As redes sociais já estão sendo utilizadas por alguns participantes como canal de atendimento. Em 2015, foram registradas 76 mensagens que geraram respostas a participantes - 66 no Facebook e 10 no Twitter.

Total de atendimentos efetuados



O canal mais utilizado pelos participantes foi o telefone (0800) com 39,92%. Em seguida, o atendimento por e-mail com 35,33% e por último o atendimento pessoal 24,75%.



Relatório Anual 2015 • Infraprev
G4-4 G4-49 G4-50 G4-PR4 G4-PR7 G4-PR8 G4-PR9 G4-HR3 G4-S08 G4-DMA

Foram realizados 8.364 atendimentos receptivos pelo telefone 0800 em 2015. A maior parte das ligações efetuadas (90,47%) foi resolvida no primeiro contato pelos atendentes. As demandas geradas foram encaminhadas às áreas de Empréstimo e Seguridade, com prazo de resposta de até três dias úteis.

Das interações efetuadas com os participantes os assuntos mais solicitados foram: simulações de empréstimo, esclarecimentos e simulações de aposentadoria, emissão de senha e atualização cadastral.

Em 2015, não ocorreu nenhum caso de desconformidade quanto aos atendimentos prestados. Assim como não ocorreu nenhum caso de discriminação ou multa e sanção não monetária referentes a regulamentos, informações de produtos ou serviços, privacidade e registro de dados de clientes e procedimentos de comunicação e marketing.

O Infraprev monitora casos de desconformidade para reduzir a incidência de riscos e prevenir perdas.

As críticas registradas pelos participantes nos canais de atendimento são repassadas por e-mail ao diretor-superintendente, assim como as notícias pontuais que são veiculadas na mídia. Em 2015 não houve comunicação de preocupações críticas aos altos órgãos de governança.

CLUBE DE VANTAGENS

O Infraprev também oferece aos seus participantes ativos e assistidos um Clube de Vantagens, divulgado através de seu portal www.infraprev.org.br, via newsletter (por e-mail) e, ocasionalmente em seu Jornal Futuro. Em 2015, foram firmadas mais 13 novas parcerias para descontos, sendo que apenas uma encerrada no mês de dezembro. O Clube de Vantagens oferece descontos em grandes redes de varejo, locação de automóveis, drogarias e corretoras de seguro.

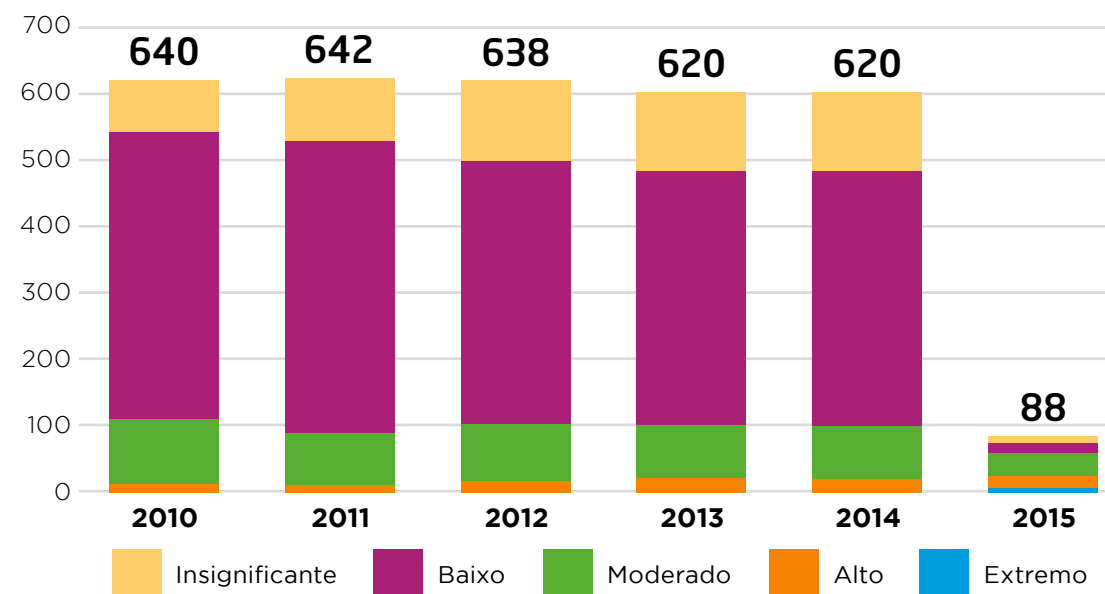
GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Infraprev realizou, em 2015, a revisão da sua matriz de riscos. O trabalho desenvolvido pela Gerência de Controles Internos, com apoio de consultoria externa, começou com a definição dos macroprocessos, processos e subprocessos, que resultou na identificação de 88 riscos. Foi realizada uma análise desses riscos com relação à natureza e às suas consequências.

Observa-se no gráfico grande diferença do resultado de 2015 em relação aos anos anteriores na quantidade de riscos. A redução ocorreu, porque na nova metodologia foram consideradas separadamente as causas dos riscos e os riscos propriamente ditos e, na metodologia anterior, ambos se misturavam.

Para fins de gestão, a natureza dos riscos foi classificada na seguinte ordem: catástrofe (2%), confiabilidade de dados (10%), erro operacional (44%), imagem (5%), modelagem (2%), qualificação (8%), regulamentação (24%) e sistêmico (5%). E as consequências foram classificadas como financeiras (45%), de imagem (19%), ineficiência operacional (18%), motivacional (1%), perda de informações (2%) e legal (14%).

Para mitigar os 88 riscos identificados em todas as gerências do Infraprev, foram desenvolvidos planos de ação que serão acompanhados e implementados em 2016.



No Infraprev, a Gerência de Controles Internos é responsável pela identificação e tratamento dos riscos socioambientais e de governança corporativa. A Gerência de Administração e Pessoas fica responsável pela temática pertinente à equidade de gênero, raça e diversidade, que também possui Comitê próprio de mesmo nome.

Por outro lado, as gerências de Análise de Investimentos e Participações (GEANI), de Investimentos (GEINV), de Investimentos Imobiliários (GEIMO) e de Empréstimos (GEEMP) ficam encarregadas de administrar diretamente os riscos econômico-financeiros da alocação de recursos.

Além destas atribuições fixas, a Diretoria Executiva poderá deliberar em reuniões, via ata, e-mail ou reformulação de áreas, a delegação de temas ambientais, econômicos e sociais às diversas áreas de negócios do Infraprev.

O Infraprev, em 2015, instaurou o Comitê de Gestão de Riscos - CGR com a finalidade de verificação constante e diligência dos investimentos quanto aos riscos de governança e imagem que poderiam incorrer em impactos negativos ao Instituto. Os pareceres elaborados são de conhecimento do Comitê de Gestão de Investimentos - CGI para adoção das medidas cabíveis nas operações com investimentos.

Todos os fatos que podem trazer impactos negativos à imagem do Instituto, são ordinariamente registrados em Ata dos Comitês de Gestão de Riscos e de Gestão de Investimentos, compostos alternadamente pelos diretores em exercício. Em 2015, não houve preocupações críticas reportadas por esses Comitês.

Riscos nos Investimentos

O controle dos riscos de investimentos é realizado através de pareceres de riscos, Relatório das Atividades Diárias - RAD e da análise dos relatórios de riscos por consultoria contratada. Os riscos do passivo são monitorados através da avaliação atuarial anual e revisão periódica dos regulamentos dos planos de benefício.

O controle de risco nos investimentos é feito em ambiente isolado, com gravação de todas as operações, registro das suas operações, assinatura de termo de confidencialidade e sigilo das in-

formações e dissociação dos dados de análise de investimentos, para evitar conflitos de interesse e o acesso a informações privilegiadas. Todos os membros das áreas técnicas e que fazem parte do processo decisório dos investimentos são certificados. Além disso, a estrutura da organização para a decisão de investimentos é composta por dois comitês distintos em suas análises.

Todos os investimentos ou contratação de serviços de terceiros são normatizados. As áreas jurídica, de investimentos, de controles internos e de riscos acompanham as novas legislações de combate à corrupção para atualização dos procedimentos e normas do Instituto.

Procedimentos de segurança da informação e de combate a fraudes e à corrupção evitam perdas patrimoniais, de credibilidade e imagem. Todas as atividades do Instituto estão submetidas às disposições do seu Código de Ética e Conduta, que é de conhecimento de todos os empregados, dirigentes e conselheiros.

Não houve em 2015 treinamentos específicos anticorrupção, mas foi formado grupo de trabalho anticorrupção para identificar e prevenir potenciais riscos em relação a todas as atividades do Instituto.

Além disso, ainda em 2015 foi enviado a todos os gestores externos a Política de Consequências que prevê procedimentos de controle e advertências no caso de descumprimento e inobservâncias do regulamento. Não foi identificado, risco direto relacionado à corrupção.

Procedimentos de segurança da informação e de combate a fraudes e à corrupção evitam perdas patrimoniais, de credibilidade e imagem.

Em mapeamento inicial para detalhamento de impactos em comunidades locais, foi identificado um investimento de caráter florestal com probabilidade de riscos.

Os principais aspectos identificados foram tráfego de veículos pesados, o uso da água, incêndios, ruído de máquinas pesadas e produção de poeira. No entanto, além do diálogo e inclusão das comunidades locais nas atividades, a gestão ambiental certificada deste investimento prevê programa de monitoramento, comitês de combate a incêndios e controle dos potenciais impactos.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

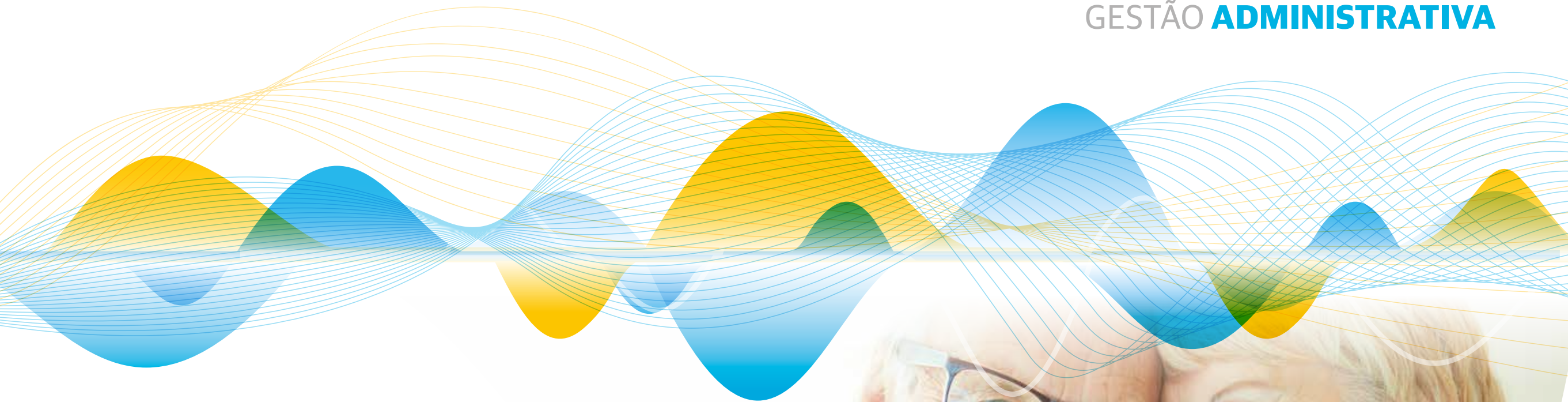
O Infraprev continuou investindo em 2015 no aprimoramento de ferramentas via web, possibilitando aos participantes um atendimento diferenciado, personalizado e com maior rapidez. Foram disponibilizadas no Autoatendimento do portal e do aplicativo mobile, novas funcionalidades, permitindo ao participante a visualização de todas as suas informações de forma intuitiva.

O ambiente de contingência sugerido pelo Plano de Continuidade do Negócios (PCN) foi implementado. O PCN aponta como necessário a replicação dos serviços estrategicamente considerados críticos à saúde do negócio. Este documento define e norteia a periodicidade e frequência das replicações.

O ambiente de contingência é armazenado em servidores virtuais. Ao substituir equipamentos físicos por um ambiente virtual, o Infraprev adota a “TI Verde”, que proporciona a redução nos impactos ambientais envolvidos na produção dos equipamentos. “TI Verde” é uma tendência que alia preservação do meio ambiente e o uso consciente dos recursos tecnológicos.

No ano, ainda foram adquiridos três equipamentos de grande valor operacional para a estrutura de Tecnologia da Informação, um *Storage* e dois Switches para rede SAN – *Storage Area Network*. *Storage* é um dispositivo que tem como função armazenar os dados de todos os servidores do Instituto. O novo *Storage* agrega, além de segurança da informação, a possibilidade de crescimento exponencial dos dados, uma vez que a capacidade de armazenamento cresceu em torno de 250%.

Os Switches SAN são os equipamentos que trabalham como interlocutores dos Servidores e *Storage* garantindo redundância na conectividade.



OUVIR A
EXPERIÊNCIA

FORNECEDORES

Os principais fornecedores do Infraprev são prestadores de serviços relacionados a investimentos e à avaliação de riscos.

Quanto à avaliação de riscos, a consultoria atuarial contratada fica no Rio de Janeiro e é responsável por auxiliar o Instituto na determinação das contribuições, dos benefícios e na adequação da taxa de juros e demais parâmetros.

O Instituto não identificou em 2015 nenhum caso de desconformidade na cadeia de fornecedores com as leis ou com as suas políticas. Este risco de infração é mitigado por processo due diligence, análise de governança das empresas contratadas e inclusão de obrigações contratuais para observação do trabalho decente e da legislação trabalhista em vigor.

FORNECEDORES	RISCOS ENVOLVIDOS	MITIGAÇÃO
Gestores Externos	Descumprimento do Regulamento	Realização de Due Dilligence
	Risco de Imagem	Acompanhamento do Fundos
	Risco de Falência	Comparativo com o consenso de mercado/ análise crítica
	Situação cadastral irregular perante à CVM	
Corretoras	Falência	Renovação Cadastral a cada dois anos
	Falhas Operacionais	Acompanhamento das operações realizadas
	Situação cadastral irregular perante à CVM, SISBACEN, SERASA	
Custodiantes	Falhas Operacionais	Acompanhamento das operações diariamente
	Situação cadastral irregular perante o Banco Central	Acompanhamento das posições de carteiras junto aos extratos emitidos pelas câmaras de liquidação
Consultorias de Risco e de Investimentos	Influência na tomada de decisão	Comparativo com o consenso de mercado
	Falha Operacional	Análise crítica
Ferramentas	Falha Operacional/ Queda de Sistema	Mapeamento das falhas apresentadas e feedback ao Prestador de Serviço.
	Informações descasadas	

Os prestadores de serviços relativos a investimentos estão concentrados no eixo Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo). Por serem fiscalizados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Banco Central têm baixa incidência de irregularidades trabalhistas, de mão de obra escrava, infantil e violação dos direitos humanos. Ainda assim, na ocorrência de irregularidades inicia-se uma nova concorrência para substituição do prestador de serviço.

O Processo de contratação de fornecedores de material de escritório é feito por meio de cotação, em que se escolhe de 3 a 5 fornecedores. Normalmente os fornecedores estão situados no Município do RJ, onde, a escolha se deve as questões de preços, custo de frete, rapidez na entrega dos produtos e possibilidade de faturamento.

Em 2015, o gasto com material de escritório correspondeu a 0,001% do orçamento geral do Instituto. Em média, os processos de compras ocorrem bimestralmente, os fornecedores só são considerados fixos para fins de cotação, porque não há muitos fornecedores que trabalhem no comércio atacadista e aceitem o faturamento.

A empresa que presta serviços atuariais para o Instituto é a Mercer Human Resource Consulting LTDA, na figura da atuária Maria da Fé Pinto, que é legalmente a atuária responsável pelos Planos de Benefícios administrados pelo Infraprev (BD I, BD II, e CV) e presta serviços no Rio de Janeiro. A Mercer tem contrato com o Instituto desde 2008, entretanto a cada ano os termos e serviços a serem realizados são revisados e reavaliados. Ao longo de 2015 os serviços atuárias e financeiros representaram cerca de 1,57% do orçamento total do Instituto.

O custo de contratação dos prestadores de serviços para avaliação dos riscos dos investimentos e provimento de dados representou, em 2015, 0,89% das despesas administrativas do Infraprev.

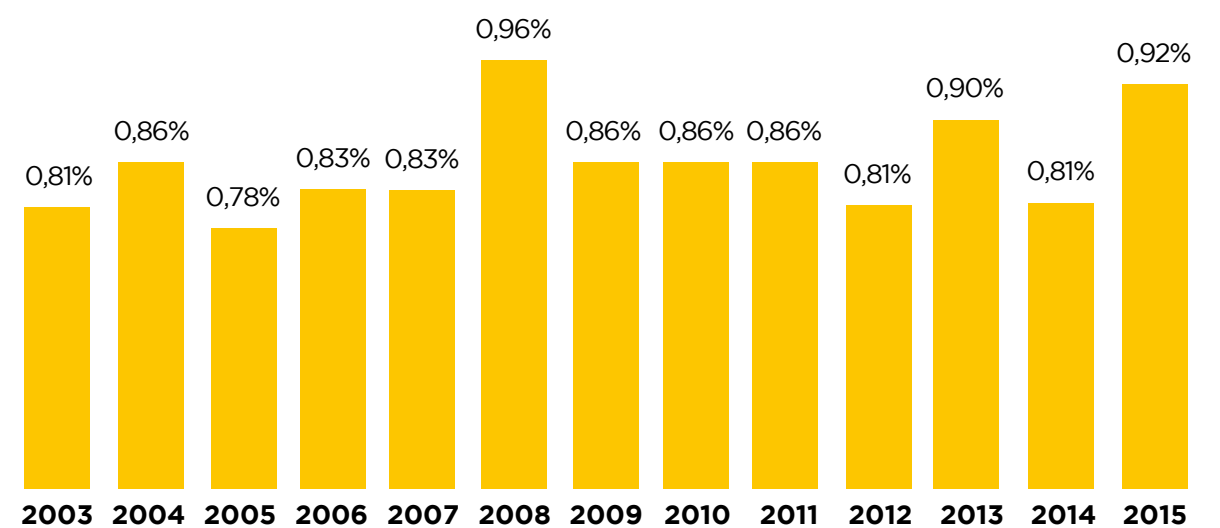
O Instituto não identificou em 2015 nenhum caso de desconformidade na cadeia de fornecedores com as leis ou com suas políticas. Este risco de infração é mitigado por processo de due diligence, análise de governança das empresas contratadas e inclusão de obrigações contratuais para observação do trabalho decente e da legislação trabalhista em vigor.

O Instituto monitora as principais mudanças comparando os exercícios anuais. Em 2015, não houve alterações significativas quanto ao porte e à cadeia de fornecedores.

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas compreendem gastos com pessoal, serviços de terceiros e outros encargos administrativos realizados para a manutenção do Infraprev. Em 2015, totalizaram 0,94% dos Recursos Garantidores, abaixo do limite de 1% estabelecido pela Resolução do CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, para o Plano de Custeio Anual.

Evolução com relação aos recursos garantidores



GESTÃO **PREVIDENCIÁRIA**



OUVIR OS SEUS SONHOS

PREMISSAS ATUARIAIS

O Infraprev, no encerramento do exercício de 2015, não realizou nenhuma alteração nas hipóteses atuariais nos seus planos de benefícios. Ou seja, foram mantidas as hipóteses da Avaliação Atuarial de 2014. As hipóteses utilizadas (Tábua de Mortalidade, Taxa de Juros, Rotatividade etc.) foram analisadas pela consultoria atuarial externa, pela Gerência de Controle de Riscos do Ativo e Passivo, pelo Conselho Fiscal, e devidamente aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo.

META ATUARIAL

O percentual mínimo de rentabilidade dos planos de benefícios aumentou em 2015. Estudos atuariais sinalizaram a possibilidade do aumento da taxa de juros que compõe a meta atuarial, que passou de 5% para 5,5%. A medida resultou no aumento da projeção de aposentadoria no Plano de Contribuição Variável, para os participantes que optarem pelo recebimento sob a forma de Renda Mensal Vitalícia. O impacto estimado pela adoção de nova taxa de juros foi o aumento da ordem de 7% nos benefícios.

Para a alteração do percentual, o Infraprev considerou instrução da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), órgão fiscalizador, que estabelece as orientações e procedimentos para realização de estudo técnico específico para a definição da taxa de juros mais adequada à realidade de cada plano de benefícios. O estudo atuarial constatou que os planos de benefícios comportam no momento taxa de juros de 5,5%.

CONTRIBUIÇÃO ADMINISTRATIVA

Houve alteração na contribuição administrativa do Plano de Contribuição Variável. Por recomendação da última avaliação atuarial, o Infraprev retornou ao percentual da contribuição praticado em 2013, tanto para participantes como para o patrocinador Infraero. O Instituto havia efetuado, em 2014, a redução momentânea dessa contribuição. No entanto, a avaliação atuarial, de forma prudencial, sinalizou a necessidade de retorno ao nível contributivo de 2013.

O processo de avaliação é anual e tem o objetivo de determinar o percentual de contribuição administrativa mais adequado para que o Instituto possa cumprir com as atividades de gestão dos planos.

PLANOS DE BENEFÍCIOS

O Instituto administra dois planos de Benefício Definido (BD) fechados ao ingresso de novos participantes; um plano de Contribuição Variável (CV), com mais de 95% dos participantes do Instituto e um plano de Contribuição Definida (CD), associativo, voltado aos familiares dos participantes.

Plano CV - O Plano de Contribuição Variável registrou déficit técnico em 2015 de R\$ 39.191.640. O Plano havia encerrado o exercício de 2014 com superávit, entretanto a situação se reverteu em déficit em função da rentabilidade do plano não ter atingido a meta atuarial. No entanto, não há necessidade da elaboração de plano para equacionamento do déficit em 2016, pois o valor é inferior ao permitido pela Resolução CNPC nº 22, de novembro de 2015. O cálculo do limite do déficit do Plano CV fica em torno de R\$ 67 milhões. Outro ponto que equilibra o déficit é a precificação dos ativos. O ajuste de precificação para os títulos que compõem a carteira do Plano CV ficou em torno de R\$ 80 milhões, ou seja, o valor é mais do que suficiente para a reversão do déficit apurado.

Plano BD I Saldado - O Plano de Benefício Definido I encontra-se saldado desde 1º/12/2013 e encerrou o exercício de 2015 com superávit de R\$ 8.850.588. O valor passou a constituir a Reserva de Contingência de 2015.

Plano BD II - O Plano de Benefício Definido II registrou superávit técnico de ordem de R\$ 2.534.190. A diferença entre o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano e o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para a constituição da Reserva de Contingência, conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008. Como o superávit técnico existente foi superior ao limite permitido Resolução CGPC 26/2008 para Reserva de Contingência, o excedente irá constituir a Reserva Especial para revisão do plano.

Plano PAI I - O Plano Associativo I, na modalidade de contribuição definida, destinado a familiares dos participantes vinculados à Associação Nacional dos Empregados da Infraero (Anei), fechou o ano equilibrado.

G4-8

DEMONSTRATIVO DE PARTICIPANTES			
PARTICIPANTES	dez/15	dez/14	VARIÇÃO
Ativos	10.934	11.398	-4,07%
Assistidos	3.137	2.919	7,47%
TOTAL	14.071	14.317	-1,72%

PARTICIPANTES EM DEZEMBRO DE 2015

TIPO DE PLANO	ATIVOS	ASSISTIDOS *	TOTAL
Plano CV	10.854	2.968	13.822
Plano BD I	35	149	184
Plano BD II	4	20	24
Plano PAI I	41	-	41
TOTAL	10.934	3.137	14.071

* aposentados, auxílio-doença e pensionistas.

1 - Categoria ativo (ativo + BPD) por faixa etária:

Faixa etária	Nº participantes Ativos*
Até 30 anos	880
De 31 a 50 anos	6.288
Acima de 50 anos	3.766
TOTAL	10.934

* Incluído os participantes autopatrocinados e em Benefício Proporcional Diferido

2 - Categoria ativo (ativo + autoatrocinado + BPD) por sexo:

Por sexo	Nº participantes Ativos*	%
Masculino	7.462	68,25%
Feminino	3.472	31,75%
TOTAL	10.934	100,00%

* Incluído os participantes autopatrocinados e em Benefício Proporcional Diferido

3 - Categoria assistidos (aposentados + pensionista + auxílio-doença) por faixa etária:

Faixa etária	Nº participantes Ativos*
Até 30 anos	26
De 31 a 50 anos	214
Acima de 50 anos	2.897
TOTAL	3.137

* Correspondem aos participantes que estão recebendo algum benefício previdenciário do Infraprev

4 - Categoria assistidos (aposentados + pensionista + auxílio-doença) por sexo:

Por sexo	Nº participantes Ativos*	%
Masculino	1.781	56,77%
Feminino	1.356	43,23%
TOTAL	3.137	100,00%

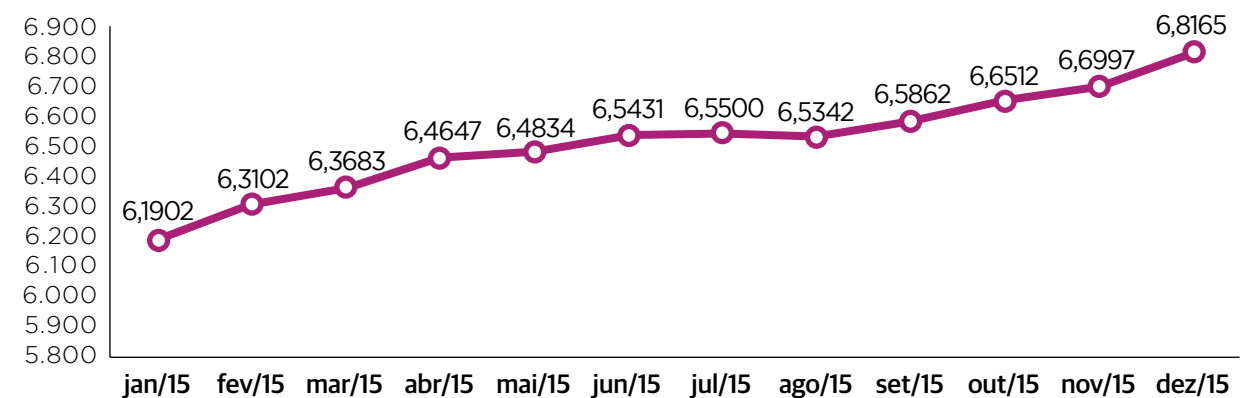
* Correspondem aos participantes que estão recebendo algum benefício previdenciário do Infraprev

EVOLUÇÃO DA COTA

A cota representa a menor parte do patrimônio do plano. Os valores da cota são reajustados em função do desempenho dos investimentos (renda fixa, renda variável, imóveis, empréstimos e investimentos estruturados). Para obter o valor da cota, o Infraprev considera o patrimônio do mês anterior mais a rentabilidade dos investimentos e deduz custos administrativos e de investimentos.

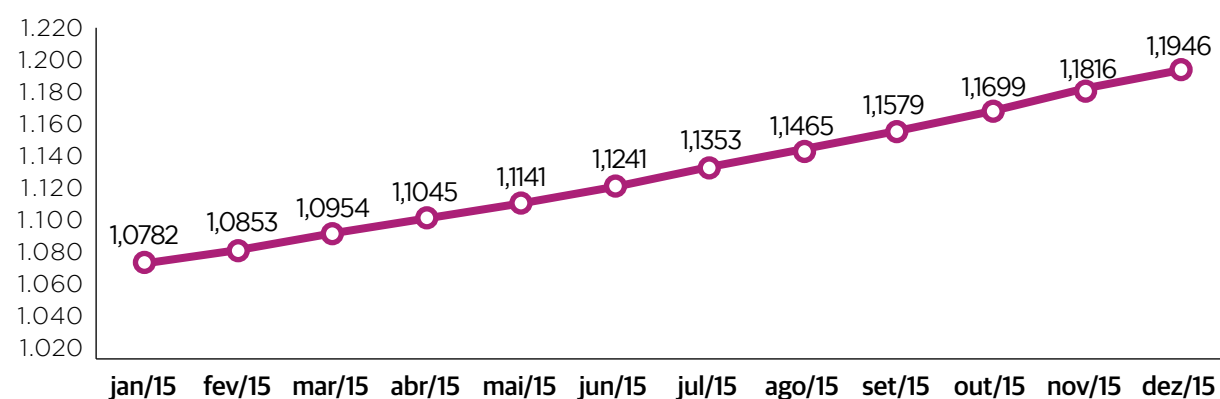
Em 2015, a cota do Plano CV apresentou evolução positiva de 10,48%.

Evolução da Cota do Plano CV



A cota do Plano PAI I teve crescimento de 11,72% em 2015.

Evolução da Cota do Plano PAI I



CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

O quadro apresenta a quantidade de benefícios administrados em 2015. O Autopatrocínio e o Benefício Proporcional Diferido (BPD) são opções de permanência no plano de benefícios quando o participante se desliga do patrocinador.

O Autopatrocínio permite ao participante continuar efetuando todas as suas contribuições e a do patrocinador, até a data do preenchimento das condições de elegibilidade ao benefício de aposentadoria previstas no regulamento do plano. O participante pode optar pelo autopatrocínio quando se desligar do patrocinador ou em alguns casos de suspensão de contrato de trabalho.

No BPD, permanece no plano efetuando apenas as contribuições administrativas de participante e patrocinador, até que seja elegível a uma aposentadoria, desde que possua tempo mínimo de contribuição de três anos.

Os regulamentos dos planos previdenciários apresentam disposições relacionadas à concessão dos benefícios e as opções dos participantes para dispor de seus recursos durante o período de vinculação (resgate, portabilidade ou autopatrocínio), atendendo às normas do órgão fiscalizador (Previc).

CONCESSÕES EM 2015

BENEFÍCIOS	CV	BD I	BD II	ANEI	Total
BENEFÍCIOS	1.044	18	-	-	1.062
Aposentadoria por invalidez	14				14
Aposentadoria por tempo de contribuição normal	126	5			131
Aposentadoria por tempo de contribuição antecipada	98				98
Aposentadoria por idade	1				1
Aposentadoria especial					0
Auxílio-doença	691	7			698
Auxílio-reclusão					0
Pensão	47	3			50
Aposentadoria de pagamento único	9				9
Pecúlio por morte pagamento único	58	3			61

PORTABILIDADE

PORTABILIDADE	33	0	0	1	34
----------------------	-----------	----------	----------	----------	-----------

RESGATE

RESGATE	149	4	12	0	165
----------------	------------	----------	-----------	----------	------------

POSIÇÃO EM 31/12/2015

Autopatrocínio - vinculado	57
Autopatrocínio - desvinculado	19
Benefício Proporcional Diferido/BPD	5

Houve um aumento de 211 benefícios concedidos no Plano de Contribuição Variável em 2015 em relação ao ano anterior. Nos planos de Benefício Definido, fechado a entrada de novos participantes, houve apenas sete.

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL	31/12/2015	Concessão 2015	Cessação 2015	31/12/2014
BENEFÍCIOS				
Aposentadoria por invalidez	249	14	12	247
Aposentadoria por tempo de contribuição normal	1.044	126	33	951
Aposentadoria por tempo de contribuição antecipada	677	98	16	595
Aposentadoria por idade	109	1	3	111
Auxílio-doença	141	691	686	136
Pensão	748	47	16	717
Aposentadoria de pagamento único	-	9	9	-
Pecúlio por morte (pagamento único)	-	58	58	-
Total	2.968	1.044	833	2.757

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	31/12/2015	Concessão 2015	Cessação 2015	31/12/2014
BENEFÍCIOS				
Aposentadoria por invalidez	21			21
Aposentadoria por tempo de contribuição	58	5	2	55
Aposentadoria por idade	12			12
Aposentadoria especial	2			2
Auxílio-doença	3	7	6	2
Pensão	73	3		70
Aposentadoria de pagamento único	-	-	-	-
Pecúlio por morte (pagamento único)	-	3	3	-
Total	169	18	11	162

OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em se tratando de uma entidade de previdência complementar o princípio contábil da entidade baseia-se também na segregação dos patrimônios dos planos pois, de acordo com a legislação, embora seja único o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica -CNPJ da entidade, os planos são identificados por um registro único, o Cadastro Nacional de Plano de Benefício -CNPB, que reforça a autonomia entre eles. Desta forma, os movimentos de arrecadação de contribuições e pagamentos de benefícios são individualizados sob pena de descumprimento da legislação vigente. A legislação permite que os fluxos secundários sejam compartilhados, como é o caso da movimentação de investimentos, ou seja, a legislação permite que os fundos de pensão administrem suas carteiras de investimento no regime de multifundo (segregação real) ou unifundo (segregação por cotas). No caso do Infraprev, utiliza o regime multifundo, de forma a garantir, com total segurança, a independência dos patrimônios dos planos administrados.

O Plano de Custeio é definido anualmente por consultoria contratada, com base no cálculo de contribuições para a sustentação dos planos de benefícios. No caso do Plano de Contribuição Variável, plano com o maior número de participantes do Instituto, as contribuições são definidas de acordo com a destinação, conforme quadro a seguir.

A contribuição básica efetivada pelo participante para formação do saldo de conta de aposentadoria, corresponde a um percentual aplicado mensalmente, em regra, sobre a remuneração do participante. O percentual de contribuição básica deve observar o mínimo definido no regulamento do Plano de Contribuição Variável: (Tabela em anexo) UP - Unidade previdenciária - este valor será atualizado pelo índice de reajuste salarial concedido em caráter geral pelo patrocinador-fundador aos seus empregados - a partir de 1º/08/15, 1 UP = R\$ 380,60.

A contribuição principal corresponde ao valor recolhido pelo patrocinador por cada participante, para formação do saldo de aposentadoria. O percentual da contribuição principal é atualizado, em virtude do tempo contribuído para o plano de benefícios.

No caso do Plano de Contribuição Variável, plano com o maior número de participantes do Instituto, as contribuições são definidas de acordo com a destinação, conforme quadro a seguir:

CONTRIBUIÇÃO	ORIGEM	DESTINAÇÃO
Básica	Participante	Formação do benefício de aposentadoria “programada”.
Principal	Patrocinador	
Especial	Participante / Patrocinador	Custeio dos benefícios de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e pensão por morte.
Específica	Participante / Patrocinador	Cobertura do pecúlio por morte assegurado aos dependentes beneficiários.
Administrativa	Participante / Patrocinador	Custeio de Gestão Administrativa da entidade.

A contribuição básica efetivada pelo participante para formação do saldo de conta de aposentadoria corresponde a um percentual aplicado mensalmente, em regra, sobre a remuneração do participante.

O percentual de contribuição básica deve observar o mínimo definido no regulamento do Plano de Contribuição Variável:

SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	PERCENTUAL MÍNIMO INCIDENTE SOBRE O SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO
Até 5 UPs (R\$ 1.903,01)	1% do seu Salário de Participação
Acima de 5 até 10 UPs (R\$ 1.903,02 à R\$ 3.806,03)	2% do seu Salário de Participação
Acima de 10 até 20 UPs (R\$ 3.806,04 à R\$ 7.612,05)	4% do seu Salário de Participação
Acima de 20 UPs (R\$ 7.612,06)	5% do seu Salário de Participação

UP - Unidade Previdenciária - este valor será atualizado pelo índice de reajuste salarial concedido em caráter geral pelo patrocinador-fundador aos seus empregados - a partir de 1º/08/15, 1 UP = R\$ 380,60. A contribuição principal corresponde ao valor recolhido pelo patrocinador por cada participante, para formação do saldo de aposentadoria.

O percentual da contribuição principal é atualizado, em virtude do tempo contribuído para o plano de benefícios, conforme tabela a seguir:

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO PLANO	PERCENTUAL INCIDENTE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO BÁSICA
De 0 a 60 meses	80%
De 61 a 120 meses	90%
De 121 a 240 meses	100%
Acime de 240 meses	120%

EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E FINANCEIRA

O Programa de Educação Previdenciária e Financeira estabeleceu 21 ações para serem realizadas em 2015. Desse total, 14 foram implementadas.

AÇÃO	PÚBLICO-ALVO	ÁREA RESPONSÁVEL	RESULTADO
1) Publicação de FAQ no site com dúvidas mais frequentes no Aplicativo Autoatendimento para celular e tablet	Participantes de todos os planos	GETEC	Atingimento de quase 10% dos participantes em um semestre Quantidade de downloads no aplicativo por sistema operacional: • Android: 739 • Windows: 36 • IOS: 108
2) Campanha de aumento de contribuição	Participantes ativos do Plano CV	GESEG, GECOM	11% dos participantes fizeram alterações • 834 aumentos • 325 reduções
3) Palestras sobre benefícios do Plano CV por vídeo webcast e presenciais/ aeroportos	Participantes do Plano CV	GESEG, GECOM	a) 1 palestra vídeo webcast - 741 acessos b) 4 palestras (Santos Dumont/RJ, Congonhas/SP, Superintendência/SP e Campo de Marte/SP - média de 100 participantes por palestra
4) Palestra sobre resultados do Infraprev por vídeo webcast	Participantes de todos os planos	DIREX, GECOM	458 acessos 20 perguntas - 5 respondidas ao vivo e 15 por e-mail
5) Palestras sobre investimentos por vídeo webcast	Participantes de todos os planos	GEANI, GEINV, GECOM	110 acessos 20 perguntas - 6 respondidas ao vivo e 14 por e-mail
6) Vídeo sobre os investimentos contidos na carteira	Participantes de todos os planos	GEINV, GEANI, GECOM	Publicado no portal em 02/12/2015 28 dias - 47 visualizações

AÇÃO	PÚBLICO-ALVO	ÁREA RESPONSÁVEL	RESULTADO
7) Publicação de matérias sobre sustentabilidade Jornal Futuro (março/abril, julho/agosto, novembro/dezembro)	Participantes de todos os planos	GECOI, GECOM	Envio por e-mail Abertura Mar/Abr: 8997 31% Mai/Jun: 7.913 15% Jul/Ago: 7.639 37% Nov/Dez: 7.836 34%
8) Palestra sobre diversos temas de previdência	Empregados	GEADP, GESEG	Presença de 28 empregados, do total de 74
9) Palestras das gerências sobre suas atividades - Programa Conheça o seu negócio	Empregados	GEADP, GECOM	9 gerências fizeram apresentações, média de 30 empregados por palestra
10) Workshop sobre sustentabilidade	Empregados	GECOI, GEADP	22 empregados presentes do total de 74
11) Publicação de matérias sobre sustentabilidade no Mural Conexão Total (março, junho e outubro)	Empregados	GECOI, GECOM	3 matérias publicadas no mural
12) Palestras sobre investimentos	Conselheiros	GEANI, GEINV, GEADP	Junho - realizada por gestor externo Julho - área de investimento do Infraprev
13) Palestra sobre responsabilidade socioambiental e governança corporativa	Conselheiros	GECOI, GEADP	Workshop Governança Corporativa para conselheiros suplentes - 100% de participação 100% consideraram que o evento alcançou os objetivos: 71% excelente e 29% bom
14) Campanha Previdência e Finanças pelas Redes Sociais	Participantes ativos e assistidos, empregados, conselheiros sociedade	GECOM	Número de pessoas alcançadas - 5.144 Quantidade de interações (curtidas, compartilhamentos e comentários)

CUSTOS PREVIDENCIAIS

Os custos com a administração dos planos de benefícios representam as despesas com pessoal, encargos, serviços técnicos, depreciações e outras despesas.

Rubricas	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV	Plano PAI-1	Total 2015
Pessoal e Encargos	192.276,00	102.041,68	6.553.586,94	71,29	6.847.975,91
Conselheiros	1.145,24	607,49	39.012,74	0,75	40.766,22
Dirigentes	26.536,56	14.081,35	904.284,53	11,73	944.914,17
Pessoal Próprio	163.047,53	86.531,85	5.557.572,42	58,31	5.807.210,11
Outras Despesas	1.546,67	820,99	52.717,25	0,50	55.085,41
Estagiários	1.546,67	820,99	52.717,25	0,50	55.085,41
Outras Despesas	-	-	-	-	-
Treinamento Congresso e Seminário	2.397,84	1.272,38	81.624,83	0,38	85.295,43
Viagens e Estadias	9.195,72	4.879,67	313.331,21	2,41	327.409,01
Serviços de Terceiros	124.725,46	83.755,45	2.008.159,95	21,19	2.216.662,05
Pessoa Física	70,29	37,24	2.391,47	-	2.499,00
Consultoria Atuarial - Comum	-	-	-	-	-
Consultoria Atuarial - Específica	72.063,99	55.822,07	213.478,30	-	341.364,36
Gestão/Planejamento Estratégico	679,51	359,56	23.088,12	0,50	24.127,69
-	-	-	-	-	-
Auditoria Externa	3.968,08	2.101,24	135.392,06	0,82	141.462,20
Consultoria Jurídica - Comum	6.716,03	3.570,91	229.389,30	0,67	239.676,91
Consultoria Jurídica - Específica	-	-	-	-	-
Assessoria Técnica	32.214,64	17.083,63	1.097.391,08	17,25	1.146.706,60
Processamento de Dados	7.845,12	4.161,91	267.282,13	0,87	279.290,03
Microfilmagem e digitalização	1.127,80	597,75	38.390,15	1,08	40.116,78
Consultoria Imobiliária	40,00	21,14	1.357,34	-	1.418,48
Despesas Gerais	31.208,35	16.559,80	1.063.554,34	19,06	1.111.341,55
Despesas Gerais Comuns	31.208,35	16.559,80	1.063.554,34	19,06	1.111.341,55
Despesas Gerais Específicas	-	-	-	-	-
Depreciações a Amortizações	9.783,93	5.198,79	333.967,82	(5,25)	348.945,29
Tributos	16.251,29	8.622,70	553.771,97	5,74	578.651,70
Taffic	1.547,00	309,40	76.160,00	14,28	78.030,68
Outras Despesas	27.696,37	14.732,10	939.713,38	-	982.141,85
Total	415.081,96	237.371,97	11.923.870,44	129,10	12.576.453,47



OUVIR
A RAZÃO

CENÁRIO ECONÔMICO

Da mesma maneira que se iniciou, 2015 terminou sem nenhuma perspectiva de melhora no mercado financeiro e com um cenário externo incerto. As contas públicas fecharam com um déficit de R\$ 119 bilhões (2% do PIB), houve a perda do grau de investimento pela Fitch e S&P e a inflação fechando em 10,67%, atingiu o maior nível desde 2002.

O índice Bovespa completou o terceiro ano de quedas consecutivas, encerrando 2015 com desvalorização de 13,31%. A piora dos principais indicadores da economia associada à turbulência do cenário político, além da queda nos preços das principais commodities (petróleo com queda de 44,1% e minério de ferro com baixa de 38,9%) contribuíram para minar a confiança na economia brasileira.

O dólar acumulou valorização de 47% cotado a R\$ 3,90. Seu comportamento refletiu, principalmente, a baixa capacidade do governo em implementar medidas que pudessem resgatar a credibilidade e a recuperação da economia. O Banco Central precisou atuar de forma consistente através de leilões de swap para tentar conter a alta da moeda, porém sem sucesso.

No cenário internacional os assuntos recorrentes durante quase todo o ano tiveram como destaque a crise na Grécia, somada à desaceleração da economia chinesa e à expectativa de que a decisão pelo aumento dos juros nos Estados Unidos acontecesse a cada reunião do Federal Reserve (FED).

Dezembro ficou marcado por decisões importantes no cenário externo, com o FED elevando a taxa básica de juros nos Estados Unidos e na Europa. O baixo patamar da inflação fez com que o Banco Central Europeu (BCE) ajustasse suas medidas de estímulo anunciando o prolongamento do programa de compras mensais de ativos até março de 2017. Na Ásia, a atividade econômica deu sinais de recuperação na China e o banco central japonês também promoveu ajustes no seu programa de estímulos monetários.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Para a elaboração da Política de Investimentos (PI) anual são levadas em consideração premissas financeiras e atuariais. O documento contempla as metas de alocação e referencial de rentabilidade para cada segmento, bem como o cenário macroeconômico. A PI busca privilegiar a sustentabilidade de resultados no longo prazo em detrimento da visão de curto prazo, ainda predominante no mercado financeiro.

Para cada plano de benefício há uma política de investimentos: CV, BDI, BDII, Anei e o Plano de Gestão Administrativo (PGA). O PGA engloba recursos administrativos do Infraprev.

A principal diretriz estabelecida pela Política de Investimentos para a carteira do Plano CV em 2015 foi a manutenção da participação em renda variável, algumas realocações dentro da carteira de títulos públicos. O objetivo foi a obtenção de melhores retornos conjugados com os compromissos do passivo, que são os pagamentos de benefícios. Em relação aos planos BDI Saldado, BDII e Anei não houve alterações significativas nas estratégias de investimentos, comparada ao ano anterior.

Para 2016, a PI foi definida por uma Comissão de Investimentos do Instituto que estabeleceu as premissas financeiras e atuariais da política, com base no Estudo de Asset Liability Management (ALM), que alinha ativo (investimentos) com o passivo (compromissos previdenciais). A taxa mínima de retorno dos investimentos de INPC+ 5,5% ao ano é a meta atuarial dos planos de benefícios.

O ALM considera em suas premissas, características da população de participantes, como: idade, salário, sexo, tempo de contribuição, tempo para aposentadoria, número e idade de dependentes no momento da análise dos investimentos que o Instituto possui em carteira. Além disso, o cenário econômico e a expectativa de taxa de juros também são avaliados.

Com todos esses elementos, os técnicos traçaram o fluxo das obrigações previdenciais (passivo atuarial) e definiram as melhores composições de carteira de investimentos que maximizem os resultados financeiros, respeitando o grau de liquidez e a rentabilidade mínima necessárias ao pagamento dos benefícios aos participantes e seus beneficiários.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc fiscaliza o cumprimento da Política de investimentos, assim como o seu Conselho Fiscal.

QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS

Todos os investimentos próprios e sob gestão externa devem estar de acordo com as diretrizes da Política de Investimentos. E, quando são identificados riscos significativos ao patrimônio, à sociedade ou ao meio ambiente o Instituto opta pelo não investimento ou pela análise de viabilidade do desinvestimento.

A análise socioambiental dos investimentos do Infraprev é baseada nas dimensões de sustentabilidade a serem observadas de acordo com o setor econômico e com o tipo de investimento (classe de ativo).

O trabalho infantil e escravo pode gerar impactos negativos na rentabilidade dos investimentos e no valor das ações, além é claro das consequências sociais indesejadas. Por este motivo, o Infraprev monitora o risco de incidência em suas operações.

A análise socioambiental prévia aos investimentos é efetiva no mapeamento dos possíveis riscos de trabalho infantil, forçado, escravo ou análogo. Em 2015 não foram identificados riscos significativos relacionados ao trabalho infantil na carteira de investimentos. Houve apenas um investimento com notícias públicas relacionadas ao trabalho análogo ao escravo e o Instituto optou pela liquidação da posição.

Dos ramos de atividades no Brasil que possuem maior incidência de risco de trabalho escravo e infantil, o Infraprev investe aproximadamente 9,59% dos recursos totais. Considerando as operações financeiras nas atividades de pecuária bovina, fabricação de papel e celulose, cana de açúcar, carvão e madeira. As áreas de investimento possuem atribuição de diligência contínua dos investimentos, especialmente quanto aos mais expostos a estes riscos.

DADOS ECONÔMICOS

Em razão do seu dever fiduciário na administração de recursos dos participantes, o Infraprev monitora constantemente seu desempenho econômico-financeiro.

O Patrimônio Social é composto pelas receitas (recursos da Patrocinadora, do Instituidor e dos participantes) e pela rentabilidade dos investimentos. Sendo que os ganhos com investimentos são medidos através da meta atuarial.

Valor econômico direto gerado e distribuído.

DESCRIÇÃO	R\$ Mil				
	2011	2012	2013	2014	2015
Valor Econômico Direto Gerado (EVG)	297.203	437.511	253.062	407.492	444.548
Receitas	297.203	437.511	253.062	407.492	444.548
Valor Econômico Distribuído (EVD)	204.902	312.661	374.950	469.103	512.303
Custos operacionais	5.388	5.795	6.718	6.900	8.260
Salários e Benefícios de empregados	7.289	8.484	9.950	10.194	14.386
Pagamentos para Provedores de Capital	59.944	66.680	105.157	100.752	120.003
Pagamentos ao Governo (apenas Brasil)	2.116	2.476	3.458	3.359	1.340
Investimentos na Comunidade	189.189	295.013	353.857	346.980	365.516
Outros	920	893	967	915	2.796
Valor Econômico Acumulado (EVG-EVD)	92.301	277.090	-121.888	-61.610	-67.754

* Desde 2014 foram inseridos nos Pagamentos para Provedores de Capital o valor dos benefícios pagos durante o ano.

DESEMPENHO DOS INVESTIMENTOS

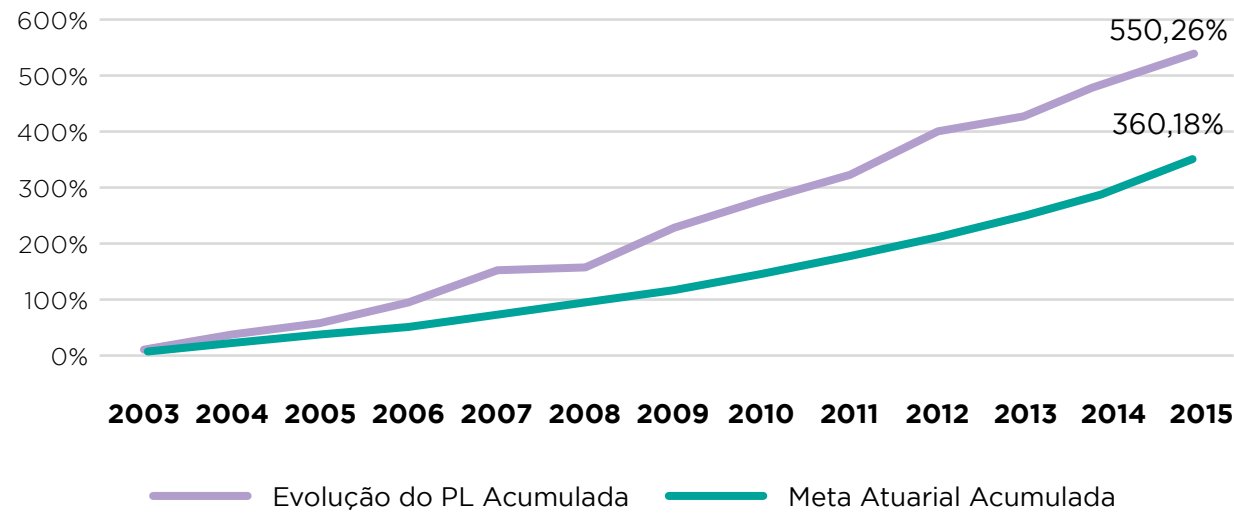
O resultado das empresas em 2015 foi afetado pela crise econômica. Isso não foi diferente no sistema de previdência complementar. O Infraprev obteve uma rentabilidade de 11% abaixo da meta atuarial de 17,07% (INPC +5,5% ao ano). No entanto, o percentual alcançado ficou acima da Poupança (8,07%) e do IPCA (10,67%) e próximo ao INPC (11,28%).

O desempenho das carteiras apresentou os seguintes resultados: Empréstimos com 16%; Imóveis com 17,94%; Renda Fixa com 16,99%; Renda Variável com -5,57% e Investimentos Estruturados com -5,36%. Apesar da Renda Variável registrar rentabilidade negativa, o percentual foi superior ao índice Ibovespa que teve desvalorização de 13,31%.

No longo prazo o resultado é positivo, sem comprometimento no pagamento dos benefícios atuais e futuros. De 2003 a 2015, a rentabilidade dos investimentos alcançou 454,85% acima da meta atuarial de 360,18%. O patrimônio teve crescimento de 550,26% no mesmo período e supera em 95,41 pontos percentuais a meta. O patrimônio fechou 2015 em R\$ 2,999 bilhões.

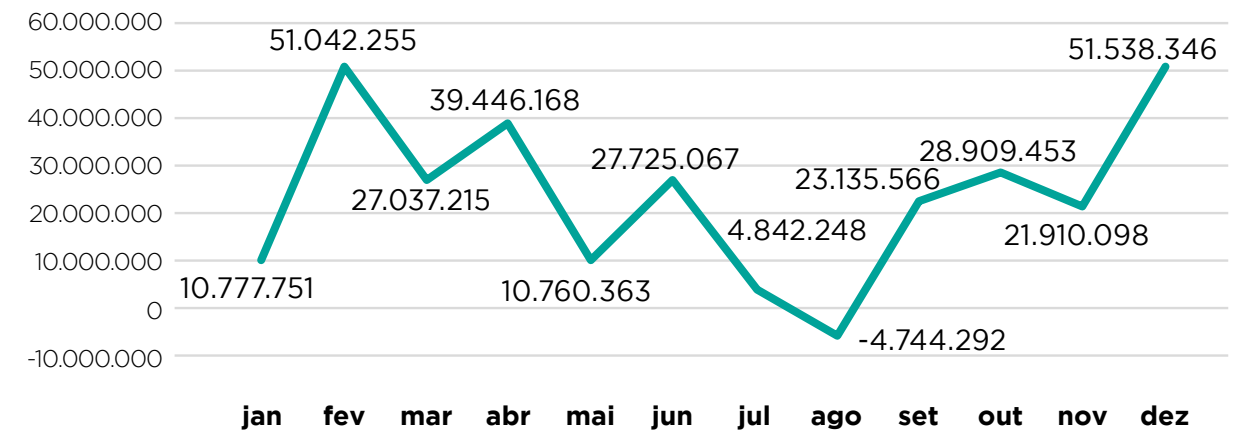
DESCRIÇÃO	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV	Plano PAI I	Consolidado
Patrimônio Social	88.447.977,40	13.058.803,06	2.902.202.319,02	220.121,00	2.999.929.220,48
Patrimônio de Cobertura do Plano	81.420.312,13	12.179.129,92	2.771.273.946,96	220.121,00	2.865.093.510,01
Provisões Matemáticas	72.569.723,61	9.644.939,51	2.810.465.587,44	220.121,00	2.892.900.371,56
Benefícios Concedidos	52.182.102,00	4.227.575,00	816.565.938,02	0,00	872.975.615,02
Benefícios a Conceder	20.536.614,61	5.467.738,21	1.993.899.649,42	220.121,00	2.020.124.150,24
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-149.020,00	-50.373,70	0,00	0,00	-199.393,70
Equilíbrio Técnico (Resultado)	8.850.588,52	2.537.190,41	-39.191.640,48	0,00	-27.806.861,55
Fundos	3.027.665,27	879.673,14	130.928.372,06	0,00	134.865.710,47
Previdenciais	0,00	0,00	33.947.624,86	0,00	33.947.624,86
Administrativos	2.310.366,90	767.348,37	85.105.492,75	0,00	88.183.208,02
Investimentos	717.298,37	112.324,77	11.875.492,45	0,00	12.704.877,59

Patrimônio Líquido X Meta Atuarial - 2003 a 2015

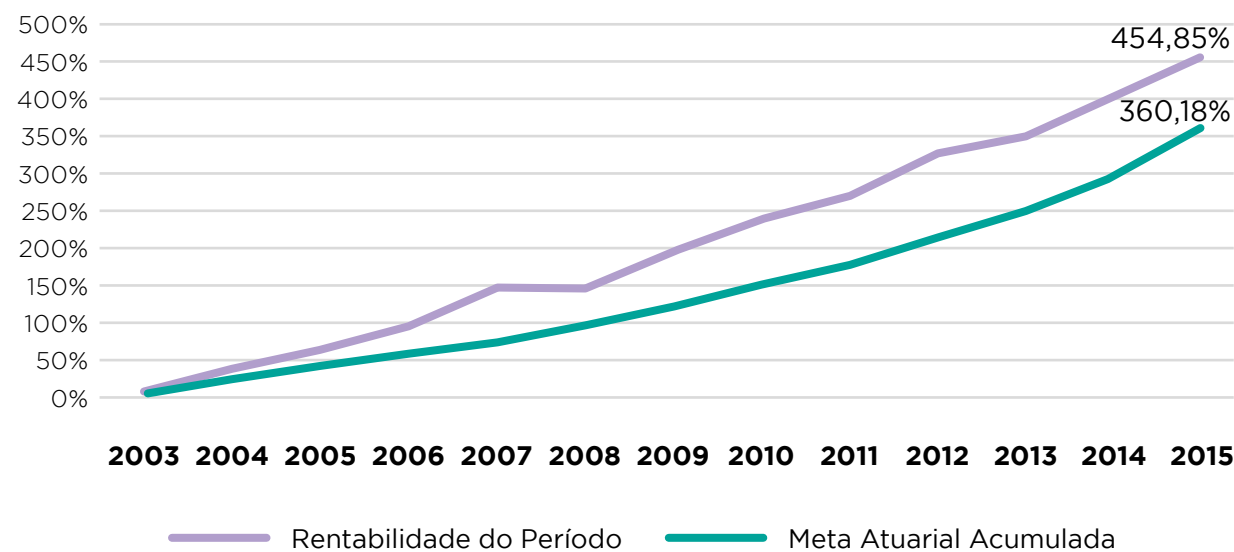


Receita líquida das aplicações - R\$ Mil

Em 2015, a receita líquida total dos investimentos gerada foi de R\$ 292.380 mil.

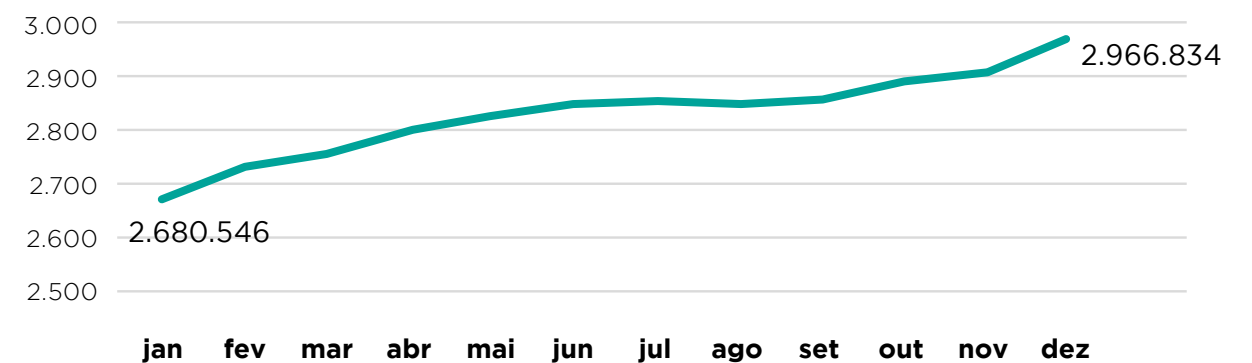


Rentabilidade X Meta Atuarial - 2003 a 2015



Evolução dos Investimentos - R\$ Mil

Os investimentos totalizaram R\$ 2.966.834.371,70, em dezembro de 2015, distribuídos em Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Imóveis e Empréstimos a Participantes.



PERFORMANCE POR SEGMENTO

Resultados alcançados com base na rentabilidade bruta dos investimentos por classe de ativos.

DESCRIÇÃO	2003 (%)	2004 (%)	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)	2008 (%)	2009 (%)	2010 (%)	2011 (%)	2012 (%)	2013 (%)	2014 (%)	2015 (%)	2003 a 2015 % Acumulado
Renda Fixa	22,05	15,71	12,19	14,42	12,45	10,74	7,63	11,20	14,31	17,41	2,11	14,70	16,99	396,84
Renda Variável	72,19	16,90	27,15	27,08	49,70	-32,63	61,73	2,31	-13,08	7,98	-4,55	5,52	-5,57	384,50
Investimentos Estruturados **	-	-	-	-	-	-	1,66	14,90	12,81	10,39	19,68	3,66	-5,36	70,79
Imóveis	6,43	34,86	6,71	23,44	15,75	11,88	67,94	52,29	36,38	19,38	10,28	7,20	17,94	1.321,51
Empréstimos	24,86	24,48	24,35	21,66	20,92	22,77	35,81	20,78	20,21	18,19	15,51	14,89	16,02	1.152,56
Rentabilidade Bruta	24,32	18,85	16,35	19,18	22,64	-0,24	21,95	11,60	9,32	14,73	5,19	11,08	11,00	454,85
Meta Atuarial *	17,01	12,50	11,34	8,98	11,47	13,64	10,42	12,45	12,55	12,31	10,86	11,65	17,07	360,18

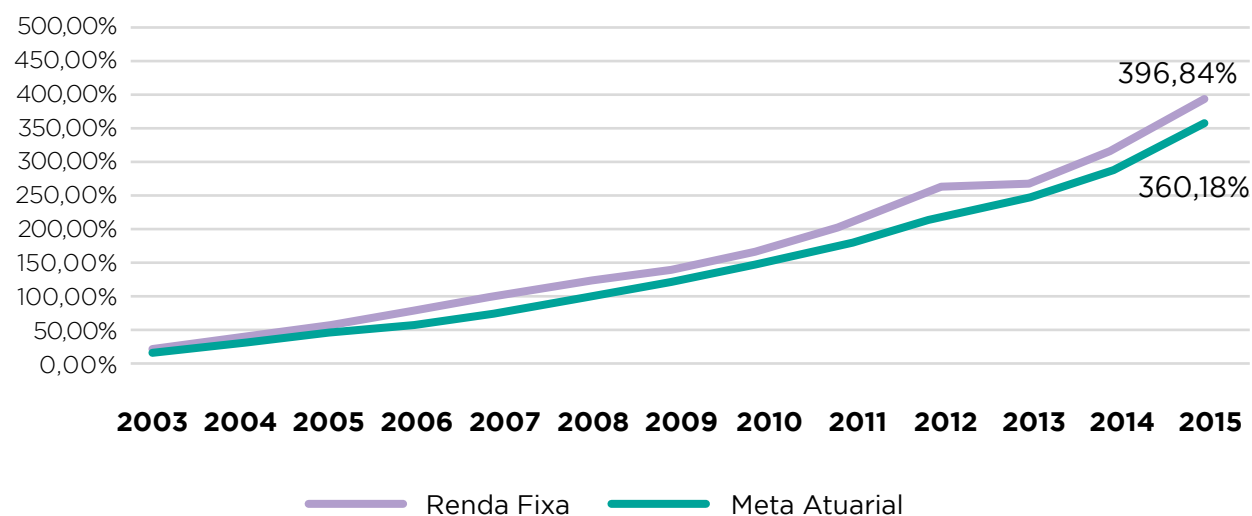
(*) Rentabilidade mínima dos planos de benefícios que atualmente é de INPC+5,5% ao ano

(**) A rentabilidade de 70,79% de investimentos estruturados se refere à data de criação da carteira em 2009 até dezembro/2015

CARTEIRA DE RENDA FIXA

A carteira de renda fixa encerrou o ano com rentabilidade de 16,99%, próxima a meta atuarial de 17,07%, impulsionada pelos títulos públicos indexados pelo IPCA, fundos de investimentos em direitos creditórios e debêntures. No acumulado de 2003 a 2015, a rentabilidade alcançada foi de 396,84% e supera a meta atuarial, no mesmo período, de 360,18%.

Renda Fixa x Meta Atuarial

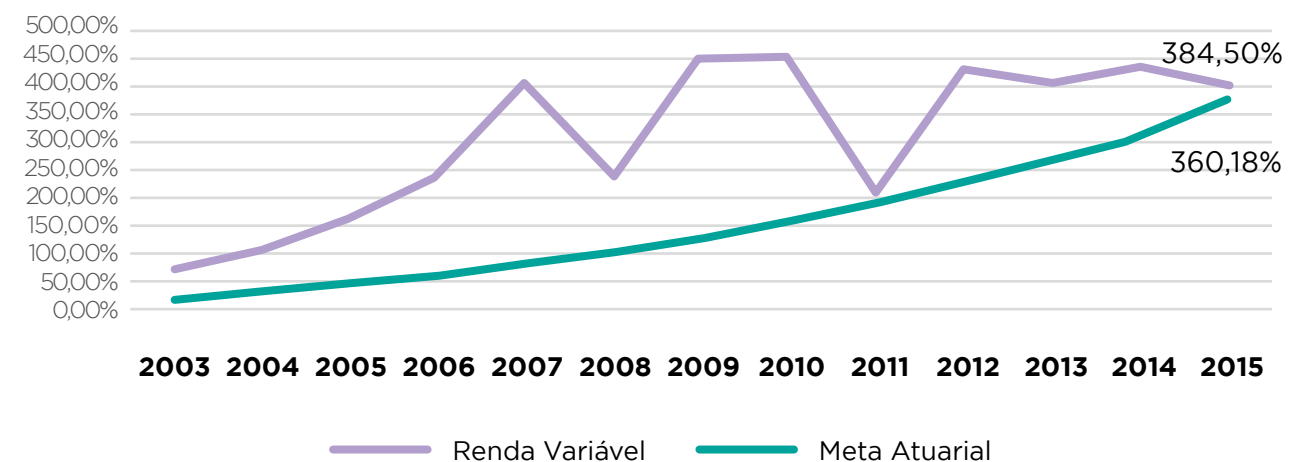


CARTEIRA DE RENDA VARIÁVEL

A rentabilidade da carteira de renda variável foi afetada por eventos adversos no cenário doméstico e internacional fechando o ano em -5,58%, porém superou o Ibovespa que desvalorizou 13,31%.

Quanto à carteira própria de renda variável, aproximadamente 27,35% dos investimentos estão contemplados no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e aproximadamente 54,67% estão presentes no Índice de Carbono Eficiente (ICO2).

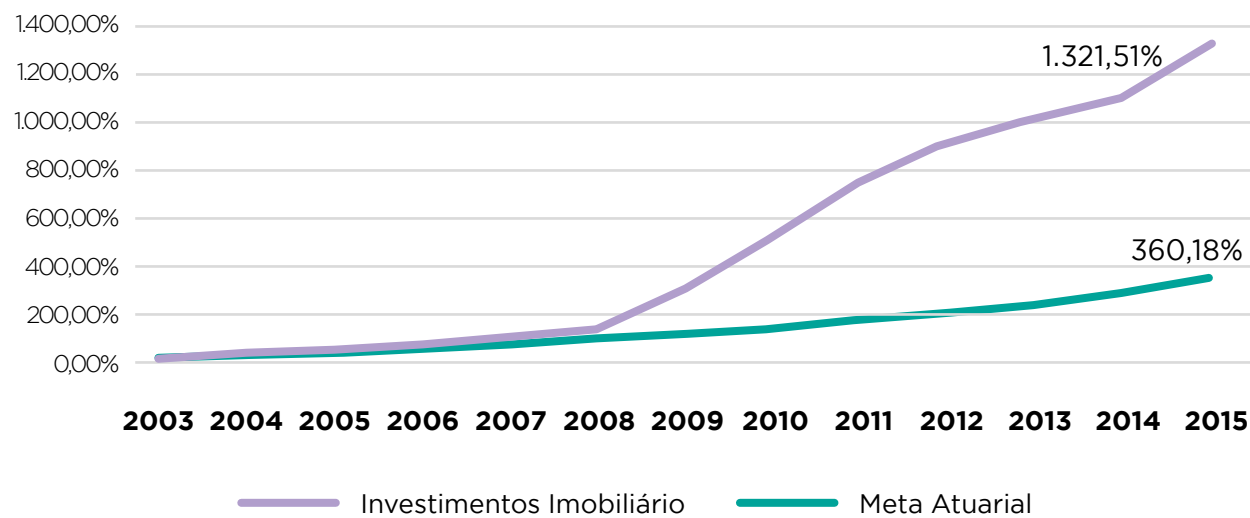
Renda Variável x Meta Atuarial



CARTEIRA IMOBILIÁRIA

O desempenho do segmento de imóveis foi de 17,94% e ficou 0,76% acima da meta atuarial. O principal fator que contribuiu para esse resultado foi a reavaliação patrimonial da carteira imobiliária, com uma taxa de vacância reduzida em relação ao mercado local, fruto de uma gestão eficiente que adotou a estratégia de renegociação dos contratos de locação, visando manter os imóveis alugados.

Investimento Imobiliário x Meta Atuarial



CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS

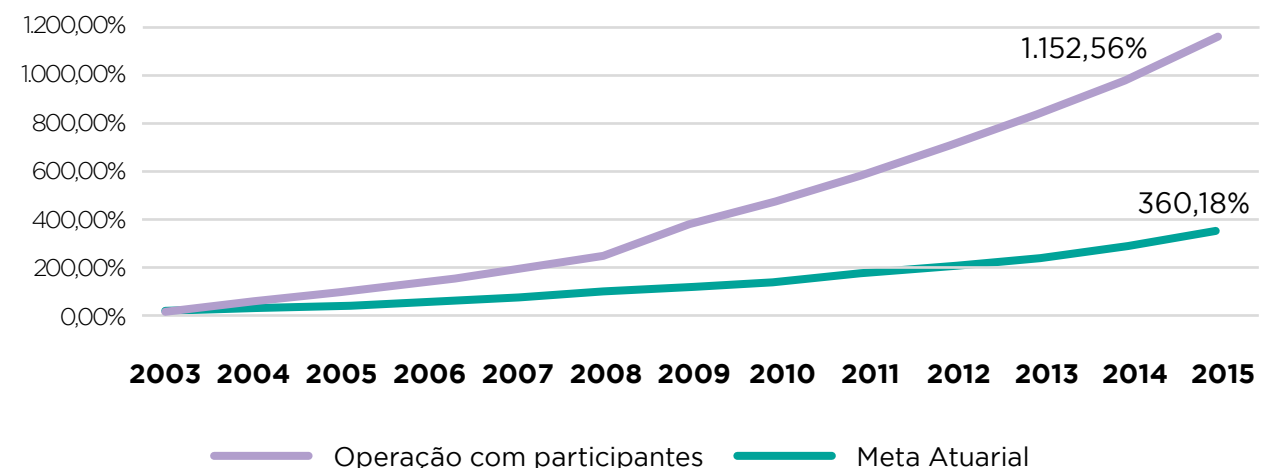
A rentabilidade da carteira de empréstimos em 2015 foi de 16,02%. Ficou abaixo da meta atuarial de 17,07%. No entanto, no acumulado dos últimos 13 anos, a rentabilidade de 1.152,56% superou a meta de 360,18%. Foram concedidos 2.749 contratos de empréstimos que totalizaram valores na ordem de R\$ 53.808.616,47.

O Infraprev efetuou alguns ajustes nas regras de empréstimo em 2015. O prazo máximo de concessão passou para 72 meses com valor limitado a 10 vezes a remuneração do participante, observada a capacidade de margem consignável e o fundo garantidor passou de 2% para 2,22%. As medidas refletiram o momento econômico do País. Elas foram elaboradas com base na análise de riscos de crédito e reduzem os riscos sobre a concessão de benefícios futuros aos participantes.

Outras medidas instituídas foram: determinação do teto máximo para prestação com base no salário base mais o anuênio; prazo de concessão de 60 meses e a apuração da margem consignável com base no benefício hipotético, para os participantes elegíveis a aposentadoria, que possuem mínimo de 48 anos e cinco anos de contribuição ao plano; escalonamento no prazo de concessão para aposentados, que vai reduzindo conforme o aumento da idade e limite de idade de 70 anos para concessão de empréstimos.

As medidas propostas pelo Comitê de Gestão de Risco foram elaboradas levando em consideração as regras de aplicação dos recursos garantidores, pois o empréstimo é um dos segmentos de investimentos, e também na análise de riscos de crédito, para ajustar a carteira à reestruturação que está ocorrendo no patrocinador Infraero.

Operação com Participantes x Meta Atuarial



G4-4

O empréstimo além de um investimento é um serviço aos participantes, pois o Infraprev oferece taxa de juros inferior às praticadas pelas instituições financeiras credenciadas junto à Infraero. Possui 90% dos seus contratos ativos vinculados aos empregados da Infraero e os demais 10% distribuídos entre concessionárias e participantes assistidos.

G4-9

Atualmente, o saldo devedor da carteira representa 7,21% do limite máximo determinado pela mesma resolução.

EMPRÉSTIMOS	QUANTIDADE/PERCENTUAL 2014	QUANTIDADE/PERCENTUAL 2015
Contratos Concedidos	nº 4984 - R\$ Mil 137.709	nº 2.749 - R\$ Mil 53.808
Taxa Média Mensal de Juros	1,166089%	1,605698%
Inadimplência Acumulada	2,43% - R\$ Mil 5.350	3,07% - R\$ Mil 6.575
Saldo Total de Empréstimos	R\$ Mil 220.596	R\$ Mil 214.050
Cobranças Judiciais (%/nº de Contratos)	2,61% - nº 251	2,91% - nº 283
Nº total médio de Contratos	9.600	9.717

G4-DMA G4-PR3

As operações com participantes (empréstimos e financiamentos) não são obrigatórias para os fundos de pensão, mas quando praticadas, contam com norma interna específica e divulgação clara quanto à taxa de juros adotada no período, os custos operacionais e despesas administrativas de gestão.

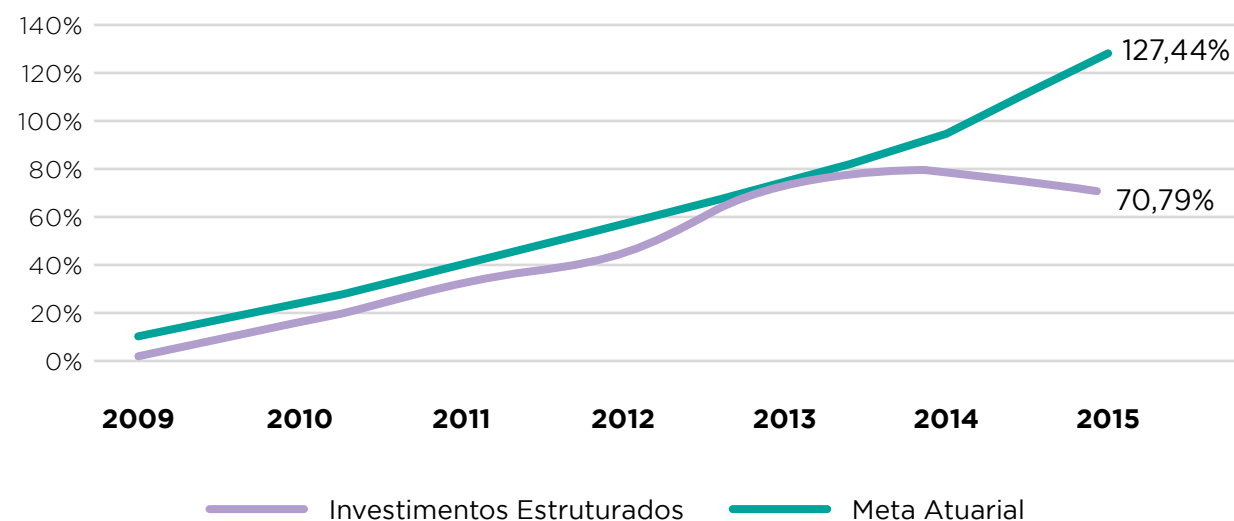
Como diferencial na concessão de empréstimos, o Instituto realoca para o final dos contratos as parcelas de participantes em gozo de benefício de auxílio-doença e licença à maternidade, não consignadas pelo Patrocinador.

O Infraprev conta ainda com processo de repactuação extraordinária, nos casos de perda de função, para enquadrar novamente a margem consignável dos contratos. Promove cobranças judiciais quando esgotadas as medidas administrativas.

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Os investimentos estruturados tiveram retorno negativo de 5,36%, ficando abaixo da meta atuarial devido a fase inicial em que se encontra a maioria dos fundos de participações da carteira do Instituto. No longo prazo, de 2009 quando foram instituídos até 2015, a meta atuarial de 127,44% também se mantém acima da rentabilidade acumulada de 70,79%.

Investimentos Estruturados x Meta Atuarial



DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR CARTEIRA - R\$ MIL

Descrição	2015	▲%	2014	▲%
Renda Fixa	1.944.272	65,53	1.504.131	56,40
Títulos Governamentais	1.361.217	45,88	978.042	36,67
Letras do Tesouro Nacional	15.331	0,52	13.838	0,52
Letras Financeiras do Tesouro	-	0,00	16.539	0,62
Notas do Tesouro Nacional	1.345.886	45,36	947.665	35,53
Instituições Financeiras e Outros Títulos de Renda Fixa	583.055	19,65	526.089	19,73
Debêntures	56.746	1,91	63.636	2,39
Quotas de Fundos Investimentos-RF	385.920	13,01	231.588	8,68
Fundo de Direitos Creditórios	16.724	0,56	19.191	0,72
Letra Financeira de Instituição Financeira	80.332	2,71	77.510	2,91
Depósito a Prazo com Garantia Especial	34.978	1,18	125.733	4,71
Certificado de Recebíveis Imobiliários	8.356	0,28	8.431	0,32
Renda Variável	232.965	7,85	323.938	12,15
Ações/ Mercado à vista	136.922	4,62	240.535	9,02
Fundo de Ações	70.215	2,37	67.691	2,54
Índice Futuro	7.994	0,27	15.712	0,59
Empréstimos de ações	17.833	0,60	-	0,00
Investimentos Estruturados	392.073	13,22	442.308	16,58
Fundo em Participações	365.516	12,32	381.571	14,31
Fundos de Investimentos Imobiliários	26.557	0,90	28.092	1,05
Fundo Multimercados	-	0,00	32.645	1,22
Investimentos Imobiliários	183.474	6,18	174.840	6,56
Imóveis	183.474	6,18	174.840	6,56
Operações com Participantes	214.050	7,21	221.837	8,32
Empréstimos	214.050	7,21	221.837	8,32
TOTAL	2.966.834	100,00	2.667.054	100,00

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR INDEXADOR DE 2014/2015 - R\$ MIL

Ativo	Limite Legal	2015	▲%	2014	▲%
Renda Fixa	100	1.944.272	65,53	1.504.131	56,40
Pré-Fixada		15.331	0,52	13.838	0,52
Indexada a Selic		-	0,00	16.539	0,00
Indexada IPCA		1.389.219	46,82	1.081.829	40,56
Quotas de Fundo de Investimentos - RF		385.920	16,19	231.588	9,72
Indexada CDI		137.078	4,62	141.146	5,29
Outros		16.724	0,00	19.191	0,00
Renda Variável	70	232.965	7,85	323.938	12,15
Ações à Vista		136.922	4,62	240.535	9,02
Fundo de Ações		70.215	2,95	67.691	2,84
Índice Futuro		7.994	0,37	15.712	0,66
Empréstimos de Ações		17.833	0,75	-	0,00
Investimentos Estruturados	20	392.073	13,22	442.308	16,58
Fundos de Participações		365.516	12,32	381.571	14,31
Fundos Imobiliários		26.557	0,90	28.092	1,05
Fundos Multimercados		-	0,00	32.645	1,22
Investimentos Imobiliários	8	183.474	6,18	174.840	6,56
Imóveis		183.474	6,18	174.840	6,56
Operação com Participantes	15	214.050	7,21	221.837	8,32
Empréstimos		214.050	7,21	221.837	8,32
INVESTIMENTOS TOTAIS		2.966.834	100,00	2.667.054	100,00

INVESTIMENTO POR PLANOS DE BENEFÍCIOS

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	PLANO BD I		PLANO BD II		PLANO CV		PLANO PGA		PLANO PAI I	
Veículo de Investimento	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total
Depósitos	1.239,27	0,00%	408,26	0,00%	847.365,97	0,03%	2.747,83	0,00%	489,57	0,23%
Títulos de Renda Fixa	74.437.344,14	90,15%	11.187.749,27	91,14%	1.798.793.719,13	64,08%	64.579.855,40	100,00%	217.096,02	99,78%
Títulos Públicos	55.533.936,81	67,26%	9.202.897,14	74,97%	1.266.922.779,39	45,13%	34.501.022,34	53,42%	-	0,00%
Títulos Privados	1.129.321,10	1,37%	87.617,47	0,71%	179.194.656,38	6,38%	0,00	0,00%	-	0,00%
Fundos de Investimentos	17.132.603,15	20,75%	1.809.480,49	14,74%	336.699.137,78	11,99%	30.061.448,24	46,55%	217.096,02	99,78%
FI Bradesco Ref DI Premium	16.315.513,05	19,76%	1.689.438,62	13,76%	225.136.435,97	8,02%	30.061.448,24	46,55%	-	0,00%
FI BRAD RF DI Federal	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	217.096,02	99,78%
Lancer - FI de Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	817.090,10	0,99%	120.041,87	0,98%	64.268.157,98	2,29%	-	0,00%	-	0,00%
FIF Capital Markets	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Modal Gaia	-	0,00%	-	0,00%	7.418.639,14	0,26%	-	0,00%	-	0,00%
Plural Capital FIC FIM	-	0,00%	-	0,00%	39.875.904,69	1,42%	-	0,00%	-	0,00%
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	641.483,08	0,78%	87.754,17	0,71%	15.977.145,58	0,57%	17.384,82	0,03%	-	0,00%
FIDC Industrial Exodus III - 4ª série	-	0,00%	-	0,00%	4.233.307,28	0,15%	-	0,00%	-	0,00%
Sul Invest FIDC - Multissetorial - 5ª Série	592.654,16	0,72%	84.664,88	0,69%	3.841.550,98	0,14%	-	0,00%	-	0,00%
FIDC Vinci Crédito E	-	0,00%	-	0,00%	7.365.847,58	0,26%	-	0,00%	-	0,00%
FIDC Multissetorial BVA Máster I	34.206,24	0,04%	2.164,15	0,02%	375.793,42	0,01%	12.178,63	0,02%	-	0,00%
FIDC Multissetorial BVA Máster II	14.622,68	0,02%	925,14	0,01%	160.646,32	0,01%	5.206,19	0,01%	-	0,00%
Renda Variável	-	0,00%	-	0,00%	232.964.785,79	8,30%	-	0,00%	-	0,00%
Carteira Própria	-	0,00%	-	0,00%	144.916.378,35	5,16%	-	0,00%	-	0,00%
Empréstimos de Ações	-	0,00%	-	0,00%	17.833.286,04	0,64%	-	0,00%	-	0,00%
Fundos de Investimentos em Ações	-	0,00%	-	0,00%	70.215.121,40	2,50%	-	0,00%	-	0,00%
ETF ISHARES BOVA	-	0,00%	-	0,00%	37.917.000,00	1,35%	-	0,00%	-	0,00%
Sulamérica Expertise	-	0,00%	-	0,00%	7.920.203,80	0,28%	-	0,00%	-	0,00%
Patria PIPE FIC FIA	-	0,00%	-	0,00%	14.514.774,96	0,52%	-	0,00%	-	0,00%
Vinci Gas Valor Small FIC FIA	-	0,00%	-	0,00%	9.863.142,64	0,35%	-	0,00%	-	0,00%
Investimentos Estruturados	6.843.769,17	8,29%	1.016.706,24	8,28%	384.212.742,02	13,69%	-	0,00%	-	0,00%
Fundos de Investimentos em Participações	6.843.769,17	8,29%	1.016.706,24	8,28%	357.655.772,04	12,72%	-	0,00%	-	0,00%
FIP Bozano Educacional III	-	0,00%	-	0,00%	113.549,49	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
FIP Brasil Energia	330.639,59	0,40%	49.595,94	0,40%	9.344.453,09	0,33%	-	0,00%	-	0,00%
FIP Caixa Ambiental	195.090,55	0,24%	29.263,59	0,24%	5.513.603,29	0,20%	-	0,00%	-	0,00%

INVESTIMENTO POR PLANOS DE BENEFÍCIOS

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	PLANO BDI		PLANO BDI II		PLANO CV		PLANO PGA		PLANO PAI I	
Veículo de Investimento	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total
FIP Coliseu	579.834,45	0,70%	86.975,17	0,71%	16.388.050,35	0,58%	-	0,00%	-	0,00%
Florestas do Brasil FIP	926.530,30	1,12%	131.542,24	1,07%	26.192.819,36	0,93%	-	0,00%	-	0,00%
Florestas do Brasil FIP 2ª Emissão	-	0,00%	-	0,00%	4.901.135,79	0,17%	-	0,00%	-	0,00%
Global Equity Properties FIP	2.032.724,62	2,46%	302.486,84	2,46%	95.566.569,95	3,40%	-	0,00%	-	0,00%
FIP Kinea II	-	0,00%	-	0,00%	5.970.108,04	0,21%	-	0,00%	-	0,00%
Riviera GR Industrial FIP	-	0,00%	-	0,00%	26.581.506,57	0,95%	-	0,00%	-	0,00%
Multiner FIP	2.778.949,66	3,37%	416.842,46	3,40%	78.538.021,37	2,80%	-	0,00%	-	0,00%
Multiner FIP 2ª Emissão	-	0,00%	-	0,00%	62.607.269,56	2,23%	-	0,00%	-	0,00%
Multiner FIP 3ª Emissão	-	0,00%	-	0,00%	21.114.356,98	0,75%	-	0,00%	-	0,00%
P2 Brasil Infraestrutura III FIQ FIP	-	0,00%	-	0,00%	902.213,65	0,03%	-	0,00%	-	0,00%
Patriarca FIP	-	0,00%	-	0,00%	723.586,87	0,03%	-	0,00%	-	0,00%
GTD FIP	-	0,00%	-	0,00%	308.047,70	0,01%	-	0,00%	-	0,00%
FIQ FIP Hamilton Lane	-	0,00%	-	0,00%	2.568.422,52	0,09%	-	0,00%	-	0,00%
Gávea Institucional FIQ FIP	-	0,00%	-	0,00%	322.057,46	0,01%	-	0,00%	-	0,00%
Fundos de Investimentos Imobiliário	-	0,00%	-	0,00%	26.556.969,98	0,95%	-	0,00%	-	0,00%
Fundo Imobiliário Panamby	-	0,00%	-	0,00%	12.518.242,73	0,45%	-	0,00%	-	0,00%
Fundo Imobiliário Via Parque Shopping	-	0,00%	-	0,00%	14.038.727,25	0,50%	-	0,00%	-	0,00%
Carteira Imobiliária	-	0,00%	-	0,00%	183.473.508,07	6,54%	-	0,00%	-	0,00%
Empréstimos e Financiamentos	1.287.256,22	1,56%	70.299,88	0,57%	212.692.893,96	7,58%	-	0,00%	-	0,00%
Exigível Contingencial	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Valores a Pagar e Valores a Receber	(1.623,16)	0,00%	(243,24)	0,00%	(5.792.412,26)	-0,21%	(1.321,49)	0,00%	(4,36)	0,00%
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	82.567.985,64	100,00%	12.274.920,41	100,00%	2.807.192.602,68	100,00%	64.581.281,74	100,00%	217.581,23	100,00%

INVESTIMENTO CONSOLIDADO

Veículo de Investimento	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total
Depósitos	852.250,90	0,03%
Títulos de Renda Fixa	1.949.215.763,96	65,70%
Títulos Públicos	1.366.160.635,68	46,05%
Títulos Privados	180.411.594,95	6,08%
Fundos de Investimentos	385.919.765,68	13,01%
FI Bradesco Ref DI Premium	273.202.835,88	9,21%
FI BRAD RF DI Federal	217.096,02	0,01%
Lancer - FI de Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	65.205.289,95	2,20%
FIF Capital Markets	-	0,00%
Modal Gaia	7.418.639,14	0,25%
Plural Capital FIC FIM	39.875.904,69	1,34%
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	16.723.767,65	0,56%
FIDC Industrial Exodus III - 4ª série	4.233.307,28	0,14%
Sul Invest FIDC - Multisetorial - 5ª Série	4.518.870,02	0,15%
FIDC Multisetorial BVA Master	424.342,44	0,01%
FIDC Multisetorial BVA Master II	181.400,33	0,01%
FIDC Vinci Crédito E	7.365.847,58	0,25%
Ações	232.964.785,79	7,85%
Carteira Própria	144.916.378,35	4,88%
Empréstimos de Ações	17.833.286,04	0,60%
Fundos de Investimentos em Ações	70.215.121,40	2,37%
ETF ISHARES BOVA	37.917.000,00	1,28%
Sulamérica Expertise	7.920.203,80	0,27%
Patria PIPE FIC FIA	14.514.774,96	0,49%
Vinci Gas Valor Small FIC FIA	9.863.142,64	0,33%

Veículo de Investimento	Valor Financeiro (em R\$)	% Sobre o Total
Investimentos Estruturados	392.073.217,43	13,22%
Fundos de Investimentos em Participações	365.516.247,45	12,32%
FIP Bozano Educacional III	113.549,49	0,00%
FIF Brasil Energia	9.724.688,62	0,33%
FIP Caixa Ambiental	5.737.957,43	0,19%
FIP Coliseu	17.054.859,97	0,57%
Florestas do Brasil FIP	27.250.891,90	0,92%
Florestas do Brasil FIP 2ª Emissão	4.901.135,79	0,17%
Global Equity Properties FIP	97.901.781,41	3,30%
FIP Kinea II	5.970.108,04	0,20%
Riviera GR Industrial FIP	26.581.506,57	0,90%
Multiner FIP	81.733.813,49	2,75%
Multiner FIP 2ª Emissão	62.607.269,56	2,11%
Multiner FIP 3ª Emissão	21.114.356,98	0,71%
P2 BR INF III FICFIP	902.213,65	0,03%
Patriarca FIP	723.586,87	0,02%
FIQ FIP Hamilton Lane	2.568.422,52	0,09%
GTD FIP	308.047,70	0,01%
Gávea Institucional FIQ FIP	322.057,46	0,01%
Fundos de Investimentos Imobiliário	26.556.969,98	0,90%
Fundo Imobiliário Panamby	12.518.242,73	0,42%
Fundo Imobiliário Via Parque Shopping	14.038.727,25	0,47%
Carteira Imobiliária	183.473.508,07	6,18%
Empréstimos e Financiamentos	214.050.450,06	7,21%
Exigível Contingencial	-	0,00%
Valores a Pagar e Valores a Receber	(5.795.604,51)	-0,20%
Total dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas	2.966.834.371,70	100,0%

INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA

FUNDO	FINANCEIRO	%	GESTOR
FI Bradesco Referenciado	R\$ 273.202.835,90	9,21%	BRADESCO
FI BRAD RF DI FED EXTRA	R\$ 217.096,02	0,01%	BRADESCO
Lancer - FI de Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	R\$ 65.205.289,96	2,20%	RIVIERA INVESTIMENTOS
Modal Gaia	R\$ 7.418.639,13	0,25%	BANCO MODAL
Plural Capital FIC FIM	R\$ 39.875.904,69	1,34%	PLURAL INVESTIMENTOS
FIDC Industrial Exodus III - 4ª série	R\$ 4.233.307,28	0,14%	BRZ INVESTIMENTOS
Sul Invest FIDC - Multissetorial - 5ª Série	R\$ 4.518.870,03	0,15%	GRADUAL INVESTIMENTOS
FIDC Vinci Crédito	R\$ 7.365.847,58	0,25%	VINCI PARTNERS
FIDC Multissetorial BVA Master I	R\$ 424.342,44	0,01%	BRASIL PLURAL
FIDC Multissetorial BVA Master II	R\$ 181.400,33	0,01%	BRASIL PLURAL
Sulamérica Expertise	R\$ 7.920.203,80	0,27%	SULAMERICA INVESTIMENTOS
Patria PIPE FIC FIA	R\$ 14.514.774,96	0,49%	PÁTRIA INVESTIMENTOS
Vinci Gas Valor Small FIC FIA	R\$ 9.863.142,64	0,33%	VINCI PARTNERS
FIP Bozano Educacional III	R\$ 113.549,49	0,00%	BOZANO INVESTIMENTOS
FIP Brasil Energia	R\$ 9.724.688,61	0,33%	BTG PACTUAL
FIP Caixa Ambiental	R\$ 5.737.957,43	0,19%	MANTIQU INVESTIMENTOS
FIP Coliseu	R\$ 17.054.859,97	0,57%	BANCO MODAL
Florestas do Brasil FIP	R\$ 27.250.891,87	0,92%	COPA INVESTIMENTOS
Florestas do Brasil FIP 2ª Emissão	R\$ 4.901.135,81	0,17%	COPA INVESTIMENTOS
Global Equity Properties FIP	R\$ 97.901.781,43	3,30%	GLOBAL EQUITY
FIP Kinea II	R\$ 5.970.108,05	0,20%	KINEA INVESTIMENTOS
Riviera GR Industrial FIP	R\$ 26.581.506,59	0,90%	RIVIERA INVESTIMENTOS
Multiner FIP	R\$ 81.733.813,52	2,75%	A2A ASSET / PLANNER
Multiner FIP 2ª Emissão	R\$ 62.607.269,54	2,11%	A2A ASSET / PLANNER
Multiner FIP 3ª Emissão	R\$ 21.114.356,98	0,71%	A2A ASSET / PLANNER
P2 BR INF III FICFIP	R\$ 902.213,64	0,03%	PÁTRIA INVESTIMENTOS
Patriarca FIP	R\$ 723.586,87	0,02%	BRL TRUST
GTD FIP	R\$ 308.047,70	0,01%	BNY MELLON
Gávea Institucional FIC FIP	R\$ 322.057,45	0,01%	GAVEA INVESTIMENTOS
FIQ FIP Hamilton Lane	R\$ 2.568.422,51	0,09%	HAMILTON LANE
Fundo Imobiliário Panamby	R\$ 12.518.242,73	0,42%	BRKB DTVM
Fundo Imobiliário Via Parque Shopping	R\$ 14.038.727,20	0,47%	RIO BRAVO INVESTIMENTOS
TOTAL GESTÃO TERCEIRIZADA	R\$ 2.966.834.371,70	100,00%	

DIVERSIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Diversificar os investimentos é uma das formas de reduzir os riscos envolvidos nas operações financeiras. Os riscos nos investimentos são monitorados por meio de análises técnicas, acompanhamento do mercado, das notícias públicas das empresas, relatórios de enquadramento e das avaliações das consultorias de risco. Os relatórios mensais de desempenho dos investimentos refletem os resultados da diversificação.

Todos os investimentos do Infraprev são realizados e sediados no Brasil, distribuídos em suas diversas regiões e setores econômicos.

Ao lado e a seguir, quadros demonstrativos da diversificação dos investimentos, por tipo, volume, percentual dos Recursos Garantidores e atividade.

RECURSOS GARANTIDORES 2.966.834.371,70

Classe de ativos

Ações C. Própria 191.434.445,78

% Ações sobre Recursos Garantidores	6,45%
Consumo	1,24%
Holding	1,21%
I Shares	1,56%
Telecomunicação	0,17%
Açúcar e Etanol	0,62%
Petróleo e Petroquímico	0,43%
Bancos	0,39%
Papel e Celulose	0,83%

Fundos de Ações 32.298.121,40

% FIAs sobre RG	1,09%
Pátria PAT PIPE	44,94%
Sul América Expertise	24,52%
Vinci Small Cap	30,54%

Não temos gerência sobre os FIAs, portanto não colocamos os setores de atuação em que cada um investe.

Debêntures 56.745.694,26

% sobre RG	1,91%
Logística	14,50%
Serviços Financeiros	5,62%
Saneamento básico	4,32%
Açúcar e Etanol	21,35%
Energia Elétrica	10,75%
Exploração de Rodovias	43,45%
Mineração	0,01%

Ativos Privados Emissão Instituição Financeira 115.310.174,78

% sobre RG	3,89%
DPGE	30,33%
Letra Financeira	69,67%

Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) 8.355.725,91

% sobre RG	0,28%
------------	-------

Títulos do Governo 1.366.160.635,68

% sobre RG	46,05%
------------	--------

Fundos de Investimentos 362.767.628,64

% IE sobre RG	12,23%
Fundo de Investimentos - RF	95,39%
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	4,61%

Investimentos Estruturados 392.073.217,43

% IE sobre RG	13,22%
Fundo em Participações	93,23%
Fundo Imobiliários	6,77%

Fundos Multimercado Institucional 39.875.904,69

% sobre RG	1,34%
------------	-------

Derivativos 7.993.896,88

POSIÇÃO INFRAPREV FIPS	PERCENTUAL INFRAPREV	
Educação	R\$ 113.549,49	0,03%
Energia	R\$ 9.724.688,62	2,66%
Meio Ambiente	R\$ 5.737.957,43	1,57%
Energia	R\$ 17.054.859,97	4,67%
Reflorestamento	R\$ 32.152.027,69	8,80%
Imobiliário	R\$ 97.901.781,41	26,78%
Consumo	R\$ 5.970.108,04	1,63%
Energia	R\$ 165.455.440,03	45,27%
Financeiro	R\$ 723.586,87	0,20%
Imobiliário	R\$ 26.581.506,57	7,27%
Ações da GTD Participações	R\$ 308.047,70	0,08%
Quotas de outros FIPs	R\$ 2.568.422,52	0,70%
Infraestrutura	R\$ 902.213,65	0,25%
Diversos	R\$ 322.057,46	0,09%
Total	R\$ 365.516.247,45	100,00%

POSIÇÃO FII	PERCENTUAL INFRAPREV	
Desenvolvimento Residencial	R\$ 12.518.242,73	47,14%
Shopping Center	R\$ 14.038.727,25	52,86%
	R\$ 26.556.969,98	100,00%

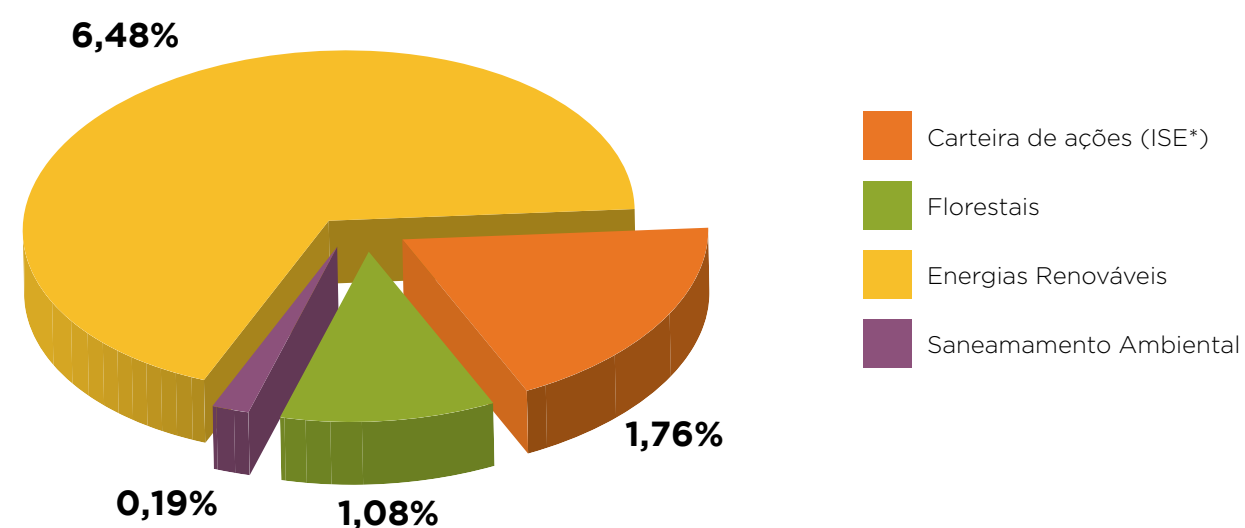
POSIÇÃO INFRAPREV FIDCS	PERCENTUAL INFRAPREV	
R\$ 424.342,44	2,54%	BVA MASTER
R\$ 181.400,33	1,08%	BVA MASTER II
R\$ 4.518.870,03	27,02%	SUL INVEST 5ª SÉRIE
R\$ 4.233.307,28	25,31%	EXODUS III
R\$ 7.365.847,58	44,04%	VINCI
16.723.767,66	100,00%	

Todos os FIDCs que compõem a carteira são do segmento Multicedente Multisacado.

INVESTIMENTOS RESPONSÁVEIS

O Infraprev possui 9,51% de seu patrimônio aplicados em setores que podem gerar impactos econômicos positivos diretos e indiretos na sociedade, como por exemplo, no fomento educacional, aumento de infraestrutura, geração de energia renovável, saneamento básico e preservação de florestas e da biodiversidade.

Dezembro 2015



INVESTIMENTOS NA COMUNIDADE

Da equipe de Análise de Investimentos, duas pessoas estão dedicadas à análise e monitoramento dos investimentos na comunidade - Um Gestor de Participações e uma analista de Participações sob a supervisão do Gerente de Análise de Investimentos e Participações, aproximadamente 50% de uma equipe de 5 componentes, sendo um gerente.

Em aprimoramento a análise e acompanhamento destes investimentos foi aprovado em 2015 Regimento Interno de Fundos que define diretrizes econômico-financeiras, de governança, sociais e ambientais com este propósito.

O Infraprev monitora estes investimentos por sua participação em assembleias, reuniões de comitês de investimentos (quando aplicável), reuniões semestrais ou anuais com os gestores dos fundos de investimento, pelo recebimento de relatórios trimestrais e confecção de relatórios mensais de acompanhamento para a diretoria e conselhos.

CUSTOS DOS INVESTIMENTOS

A tabela ao lado apresenta os custos com a administração dos investimentos que representam as despesas com pessoal e encargos, serviços técnicos, encargos diversos, depreciações e outras despesas.

RUBRICAS	PLANO BD I	PLANO BD II	PLANO CV	PLANO PAI-1	TOTAL 2015
Pessoal e Encargos	164.190,93	12.082,29	7.362.254,88	-	7.538.528,10
Conselheiros	515,73	72,49	44.288,89	-	44.877,11
Dirigentes	11.947,18	1.682,59	1.026.570,01	-	1.040.199,78
Pessoal Próprio	151.031,53	10.228,86	6.231.550,63	-	6.392.811,02
Outras Despesas	696,49	98,35	59.845,35	-	60.640,19
Estagiários	696,49	98,35	59.845,35	-	60.640,19
Outras Despesas	-	-	-	-	-
Treinamento Congresso e Seminário	1.080,46	151,73	92.664,48	-	93.896,67
Viagens e Estadias	4.142,47	581,94	355.700,65	-	360.425,06
Serviços de Terceiros	30.905,76	4.471,25	2.598.898,15	-	2.634.275,16
Pessoa Física	31,83	4,48	2.714,69	-	2.751,00
Gestão do Planejamento Estratégico	305,02	42,49	26.213,22	-	26.560,73
Consultoria de Investimentos	7.363,49	1.176,31	619.184,83	-	627.724,63
Auditoria Externa	1.638,35	233,11	139.590,57	-	141.462,03
Consultoria Jurídica	3.025,72	433,43	260.346,87	-	263.806,02
Consultoria Contábil	-	-	40,00	-	40,00
Assessoria Técnica	3.520,76	478,22	303.454,74	-	307.453,72
Processamento de Dados	14.496,63	2.031,91	1.245.812,32	-	1.262.340,86
Microfilmagem e digitalização	505,85	68,80	-	-	574,65
Consultoria Imobiliária	18,11	2,50	1.540,91	-	1.561,52
Despesas Gerais	14.034,42	1.971,22	1.250.991,49	-	1.266.997,13
Despesas Gerais Comuns	14.034,42	1.971,22	1.250.991,49	-	1.266.997,13
Despesas Gerais Específicas	-	-	-	-	-
Depreciações a Amortizações	4.422,60	637,19	379.073,28	-	384.133,07
Tributos	7.316,04	1.029,69	628.657,49	-	637.003,22
Taffic	1.703,00	340,60	83.840,00	15,72	85.899,32
Outras Despesas	12.433,62	1.838,01	1.066.909,73	-	1.081.181,36
SUBTOTAL	240.229,30	23.103,92	13.818.990,15	15,72	14.082.339,09

CUSTO DIRETO DOS INVESTIMENTOS

RUBRICAS	PLANO BD I	PLANO BD II	PLANO CV	PLANO PAI-1	PGA	TOTAL
Custódia	3.200,80	1.409,60	109.412,08	1.018,46	162,30	115.203,24
Corretagens	-	-	473.179,63	-	-	473.179,63
Despesas Legais e Judiciais Imobiliárias	-	-	31.273,17	-	-	31.273,17
TOTAL	3.200,80	1.409,60	613.864,88	1.018,46	162,30	619.656,04

GESTÃO DE **PESSOAS**



OUVIR
O CORAÇÃO

EMPREGADOS

Em 2015, foram admitidos 05 empregados no Rio de Janeiro, sendo 02 homens: idade de 30 a 55 anos; e 03 mulheres: duas com idade entre 30 a 40 anos e uma acima de 50 anos. Foram desligados 06 empregados no mesmo exercício, sendo eles 04 homens com faixa etária compreendidas entre: 02 abaixo de 30 anos; 01 entre 31 a 40 anos e 01 entre 41 a 50 anos e 02 mulheres, sendo 01 abaixo de 30 anos; 01 entre 31 e 40 anos. Todos lotados no Rio de Janeiro. A taxa de rotatividade foi de 7,97%.

A Pesquisa de Clima Organizacional viabiliza também a análise de efetividade das políticas de retenção de talentos.

Ocorreram 07 processos seletivos no ano. Participaram 47 candidatos (as), sendo 18 do gênero masculino e 29 do gênero feminino.

O Infracprev possui 69 empregados, sendo 33 homens e 36 mulheres, todos sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Destes, 02 trabalhadores ficam lotados em São Paulo (sendo 01 homem e 01 mulher), 01 (mulher) em Brasília e 66 no Rio de Janeiro. São 65 trabalhadores em tempo integral, (33 homens e 30 mulheres) e 03 com jornada de 06 horas/dia (apenas mulheres). Existem 09 terceirizados (05 homens e 04 mulheres). Somente 03 empregados ficam lotados em aeroportos, todos os demais trabalhadores ficam na sede do Instituto, no Rio de Janeiro.

TREINAMENTO

A média de horas de treinamento é realizada para controle estatístico e comparação com o mercado. A política de treinamento do Instituto visa o desenvolvimento individual, à melhoria da produtividade e à retenção de talentos. A avaliação de competências é que determina as necessidades individuais de desenvolvimento.

O Infracprev proporciona aos seus empregados participação em cursos de nível superior, pós-graduação, seminários, congressos e especializações, com incentivo financeiro parcial. E, apesar de ainda não custear mestrado e doutorado, possibilita a dispensa de empregados nos horários de exigência destes cursos.

Até o momento, não há Programa de Preparação de Aposentadoria para os empregados do Instituto, em razão do baixo volume anual de aposentadorias (de 2 a 4 em média/ano). Porém, está prevista elaboração de projeto com esta finalidade no segundo semestre de 2016. Houve capacitação de recursos humanos internos em 2015 para realizar este programa no próximo ano.

O Treinamento Experiencial ao Ar Livre - TEAL, usualmente praticado pelo Infracprev com a finalidade de desenvolver equipes, gerar inter-relacionamento e fundamentar princípios, foi suspenso em 2015 em razão de ajustes no orçamento e da queda de produtividade por repetição.

Contudo, em resposta aos pontos levantados pelos empregados no TEAL 2014 o Instituto promoveu:

- Programa "Líder em mim" voltado para o desenvolvimento de lideranças;
- Vídeo - apresentação do Diretor-Superintendente sobre os resultados do Infracprev em 2014;
- Revisão da Norma de Cargos e Salários;
- Aperfeiçoamento da comunicação interna por meio de e-mails e apresentações no auditório da entidade;
- Palestras por gerência do Projeto "Conheça o seu negócio" com objetivo de maior conhecimento e interação entre as áreas;
- Implantação de um sistema de controle de impressões por pessoa para evitar o desperdício de papel e impressão.

Também em 2015 foi criado um novo meio de interação com os empregados, na intranet do Instituto. Consiste em um Fórum de Ideias para receber sugestões e promover a interação para inovações.

Todos os empregados recebem regularmente análise de desempenho pessoal. A avaliação é um instrumento importante para a gestão de pontos de melhoria, melhor produtividade, pagamento de remuneração variável e desenvolvimento de carreira. Consiste em um processo participativo e dinâmico, onde empregados e gestores são levados à análise e avaliação conjunta sobre os aspectos positivos e negativos das competências e do desempenho do avaliado.

Em 2015, o processo passou por revisão e foi dividido em duas etapas: avaliação por competências e avaliação por metas. Cada área elaborou com sua equipe o plano de metas.

Foram realizados também 07 treinamentos para o grupo de Conselheiros/Diretores.

Diretoria: 02 Diretores participaram do “Seminário Dinâmica com a PREVIC: SBR - Mudanças: Quais são e o que representam para as EFPCs” com carga horária de 10h; 01 Diretor participou do “36º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão” com carga horária de 16h; 01 Diretor participou do “Relato Integrado BNDES” com carga horária de 08h; 02 Diretores participaram do “6º Seminário A Sustentabilidade e o Papel dos Fundos de Pensão no Brasil” com carga horária de 12h;

Conselho: 01 Conselheiro participou do curso “Relatório de Controles Internos” com carga horária de 09h; 08 Conselheiros participaram do “36º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão” com carga horária total de 216h; 03 Conselheiros participaram do “Exercício da Função de Conselheiro” com carga horária total de 192h.

REMUNERAÇÃO

Os diretores são registrados pelo regime CLT e recebem apenas uma remuneração fixa. Não existe distinção dos benefícios a eles concedidos. Apesar dos diretores não possuírem uma avaliação direta de desempenho, são responsáveis perante os conselhos, patrocinadores e instituidores pelo alcance anual das metas estratégicas da entidade. Os conselheiros não são remunerados.

A remuneração dos diretores está limitada a remuneração dos diretores do patrocinador-fundador.

A parte interessada consultada sobre a política de remuneração é o Conselho Deliberativo (que representa Patrocinador e participantes), por meio da aprovação ou retificação do Plano de Cargos e Salários.

Composição da remuneração:

- Salário;
- Anuênio;
- Gratificação de função;

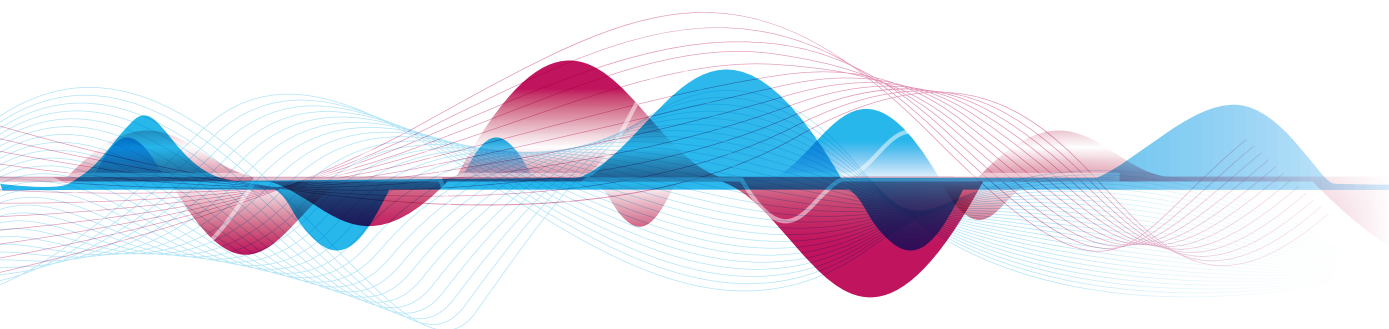
A proporção entre a remuneração anual do colaborador com maior salário base e remuneração média anual dos demais colaboradores é de 23%.

O menor salário pago pelo Infraprev foi 80% maior que o salário mínimo vigente em 2015. Nenhum empregado possui remuneração vinculada às variações do salário mínimo ou ao gênero, e sim ao Plano de Cargos e Salários do Instituto.

O percentual de diferença entre homens e mulheres é de 35%, da média salarial dos homens superior ao das mulheres (considerando diretores e empregados).

Considerando apenas o grupo de empregados o percentual de diferença entre homens e mulheres é de 7% da média salarial dos homens superior ao das mulheres.

HORAS TREINAMENTO	MASCULINO	FEMININO
Diretor	35,50	0,00
Analista	25,00	55,43
Contador	148,00	27,00
Advogado	46,00	110,00
Atuário	36,00	0,00
Assistente	139,67	245,67
TOTAL GERAL	430	438



G4-55

O reajuste salarial foi definido em Acordo Coletivo com percentual integral da inflação dos últimos 12 meses e concedidos a todos os empregados. Os colaboradores terceirizados (contratados) não receberam o mesmo reajuste, pois obedecem a acordo coletivo de suas respectivas categorias repassadas pelo empregador.

Os empregados que trabalham no horário de regime administrativo e os de regime especial recebem salários e benefícios proporcionais a partir da mesma base.

ACORDO COLETIVO

G4-11 G4-DMA

Todos os empregados são abrangidos pelos acordos de negociação coletiva e têm liberdade de se associarem ao sindicato da classe. A Comissão dos Empregados do Infraprev, formalizada através de registro em ata de assembleia, solicita e recebe as sugestões um mês antes da data base (maio) para negociação do Acordo Coletivo junto à Diretoria e Conselho Deliberativo. A Comissão propõe o conteúdo e promove a votação. Em seguida, acompanha a aprovação final dos pedidos formulados para o acordo coletivo anual.

A Comissão dos Empregados pode negociar diretamente com a Diretoria Executiva ou através da área responsável pela administração de pessoal, cuja aprovação final do acordo coletivo é de competência do Conselho Deliberativo do Instituto.

BENEFÍCIOS

Os benefícios oferecidos para todos os empregados são: seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, vale-refeição, vale-alimentação, vale-transporte ou combustível, auxílio à prática desportiva, auxílio-creche, auxílio-educacional, licença-maternidade estendida e previdência complementar. Além da vacinação anual contra a gripe.

Todos os empregados, independentemente do regime de trabalho e da lotação, têm direito aos mesmos benefícios, para regularidade trabalhista e manutenção do bom clima organizacional. É compromisso do Instituto expresso no Acordo Coletivo de Trabalho e em suas normas internas.

Os estagiários possuem um conjunto de benefícios específicos, conforme legislação aplicável a este grupo: vale-refeição proporcional à carga horária do estágio (4 ou 6 horas) e vale transporte. Para as atividades terceirizadas, cujos benefícios são definidos pelas empresas contratadas, o Infraprev exige como critérios para a contratação, a concessão de vale transporte, vale refeição e assistência médica.

O Infraprev concede a seus empregados licença à paternidade estendida, de 10 (dez) dias úteis, enquanto a lei determina apenas 03 (três) dias úteis. Em 2015, 03 (três) empregados do gênero masculino retornaram normalmente às suas atividades após o gozo desta licença.

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA

Anualmente, o Instituto realiza check-up com todos os empregados que vão além dos exames exigidos pela legislação. O médico do trabalho faz relatório anual para apontar os riscos de doença e definir as ações de mitigação. O Infraprev ainda mantém um programa de Shiat-su e, disponibiliza sala de convivência para os empregados.

São realizadas palestras com especialistas para instruir os empregados sobre medidas preventivas de saúde. O Comitê de Pró-equidade de Gênero, Raça e Diversidade também elege temas relevantes a serem discutidos com os empregados.

G4-LA2 G4-DMA

G4-LA3

G4-DMA

O Instituto não possui programas de assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade específicos para doenças graves nem práticas direcionadas exclusivamente a ameaças e violência no local de trabalho.

Contudo, concede benefício de assistência médica aos trabalhadores, extensivo aos seus dependentes, com custo suportado pelo Infraprev e uma participação do empregado de 5% a 20% da mensalidade, de acordo com sua faixa salarial. Além disso, o empregado afastado por auxílio-doença ou acidente de trabalho, recebe vale-alimentação pelo período de até dois anos, a contar da data do início do respectivo benefício.

Não existe comitê formal de saúde e segurança no Infraprev, pois de acordo com a NR 5 sobre Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, não há obrigatoriedade de composição para o porte do Instituto. As ações são centralizadas na área de administração e planejamento, através de medidas do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).

O gerenciamento das práticas de saúde e segurança do trabalhador é avaliado por meio de pesquisa de clima organizacional.

O Infraprev registrou em 2015, 141 dias perdidos por motivo de doença. Este número representa um percentual de 0,8% de absenteísmo no ano. O índice de absenteísmo é monitorado porque pode comprometer a produtividade da entidade. As ausências interrompem ou atrasam os cumprimentos de prazos e entrega de compromissos.

Alguns temas de saúde e segurança são tratados no próprio acordo coletivo: auxílio à prática esportiva; licença-maternidade estendida para seis meses; seguro de vida ou invalidez e plano de assistência médica.

O objetivo destas medidas é reduzir o absenteísmo, incentivar o empregado a ter hábitos de vida saudáveis, manter a equipe motivada e aumentar a produtividade.

DIREITOS HUMANOS

O respeito aos direitos humanos está contemplado na política de investimentos do Infraprev, em seu capítulo dedicado ao tratamento dos riscos socioambientais. A previsão é igualmente reiterada pelo Código de Ética e Conduta do Instituto que se aplica a todos os seus empregados, conselheiros, dirigentes e fornecedores.

Há normativo interno relacionado a compras e contratações que impõem a avaliação prévia quanto à ocorrência de qualquer demanda judicial movida contra o contratante ou prestador de serviços e que envolva questões voltadas aos direitos humanos ou relações trabalhistas.

O Contrato de Prestação de Serviços e Contratações do Infraprev contém cláusula obrigatória de observância dos critérios relacionados a direitos humanos, possibilitando a rescisão do contrato e aplicação de penalidades caso haja conhecimento de que as diretrizes estão sendo violadas.



OUVIR O
MEIO AMBIENTE

CONSUMO DE ENERGIA

Em 2015, houve um consumo mensal médio de energia elétrica de 24.287 (Kwh) ou 87,43 (Gj).

O controle do uso de energia é feito através do volume de consumo, pois o impacto financeiro não seria um bom indicador à medida que a despesa relacionada a este recurso simboliza menos de 0,83% do orçamento do Instituto. Com relação ao consumo de água, a despesa é cobrada na cota condominial.

Os dados de consumo de energia elétrica, em 2015, apresentaram redução de 6,15%, comparados aos números de 2014 em razão da reprogramação do horário de funcionamento do ar-condicionado e da redução de horas extras.

DESCRIÇÃO	2011 (Kwh)	2011 (Gj)	2012 (Kwh)	2012 (Gj)	2013 (Kwh)	2013 (Gj)	2014 (Kwh)	2014 (Gj)	2015 (Kwh)	2015 (Gj)
Eletricidade	23.540	84,42	24.160	86,98	27.040	97,34	25.880	93,17	24.287	87,43

DESCRIÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015
Consumo de energia (Kwh)	23,450	24.160	27.040	25.880	24.287
Número de empregado	65	70	72	71	69
Consumo de energia/empregado	361	345	376	365	352

RESÍDUOS

O Instituto consumiu, em 2015, 776 resmas de papel com uma média mensal de 65. Utilizou como padrão o papel A4, com origem em florestas 100% renováveis e produzido por empresa com a certificação CERFLOR/31-01. O motivo da redução pode ser atribuído à implantação de cotas de impressão por gerência.

O estabelecimento de quotas de impressão, a partir do segundo semestre de 2014, gerou uma economia de papel na ordem de 43% que pode ser constatada através de relatórios do sistema de impressão. O novo fornecedor da solução de impressão proporciona o descarte ecologicamente correto dos suprimentos utilizados.

Há também um software de gerência das impressoras capaz de gerar relatórios de cunho ecológico, como: métricas de produção de Dióxido de Carbono, energia consumida e percentual de custo ambiental em árvores.

O descarte de papel é feito por meio de coleta seletiva, com estimativa de 21 sacos plásticos de 100 litros por semana. E, em 2015, não houve descarte de equipamentos de tecnologia.

EMISSÕES

Em linha com o *Carbon Disclosure Project* (CDP), o Infraprev neutraliza desde 2009 suas emissões anuais de Gases de Efeito Estufa (GEE). Até 2012 compensava suas emissões através do plantio de árvores voltado à preservação da Mata Atlântica brasileira. Em 2013, passou a neutralizar seus GEE com a compra de créditos de carbono (redução de emissões verificadas). Mudança que atribuiu maior credibilidade e verificabilidade ao processo.

O inventário de GEE do Infraprev se baseia nas seguintes metodologias:

- a) *Greenhouse Gas Protocol* (GHG Protocol);
- b) Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR ISO 14064;
- c) Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da Organização das Nações Unidas (ONU).

O histórico de emissões do Instituto pode ser conferido no quadro abaixo:

EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA					
	Emissões/Ano (tCO2e)				
Escopo 1	2011	2012	2013	2014	2015
Combustível Móvel	14,10	8,03	5,01	5,18	4,73
Emissões Fugitivas			0,05	0,05	0,05
Escopo 2					
Energia Elétrica	13,65	19,49	29,46	41,30	36,42
Escopo 3					
Tratamento de Efluentes			3,60	0,64	0,40
Destinação de Resíduos Sólidos	0,89	22,42	7,02	7,98	6,91
Transporte Diário de Empregados	50,12	54,15	80,74	83,90	83,90
Consumo de Água	0,18	0,77	1,01	0,16	0,10
Material de Consumo	10,87	9,27	13,48	19,15	12,75
Viagens Aéreas	46,66	60,55	24,52	34,38	33,55
TOTAL	136,47	174,68	164,89	192,74	178,80

*tCO2e - Tonelada de Carbono Equivalente: É uma medida utilizada para comparar as emissões de Gases de Efeito Estufa GEE, com base no potencial de aquecimento global de cada gás.

O Infraprev aprimorou ao longo dos anos seu processo de neutralização, inserindo desde 2013 mais dois itens para o cálculo anual de GEE: emissões fugitivas (de ar-condicionado e extintores de incêndio) e tratamento de efluentes (tratamento de esgoto).

De 2014 para 2015, o Instituto reduziu em 7% suas emissões de gases de efeito estufa, essencialmente pela diminuição do consumo de energia elétrica e de papel, resultado das medidas citadas sobre a mudança dos horários de funcionamento do ar-condicionado, a redução de horas extras e o controle de impressões.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Balço Patrimonial Consolidado

Em 31 de Dezembro

ATIVO	2015	2014
DISPONÍVEL	20	118
REALIZÁVEL	2.993.507	2.692.736
Gestão Previdencial	13.004	12.727
Gestão Administrativa	7.893	7.779
Investimentos	2.972.610	2.672.230
Títulos Públicos	1.366.361	983.120
Créditos privados e Depósitos	181.244	275.309
Ações	154.756	240.535
Fundos de Investimento	864.932	760.778
Derivativos	7.994	15.712
Investimentos Imobiliários	183.474	174.840
Empréstimos	214.050	221.837
Depósitos Judiciais/Rekursais	-	99
PERMANENTE	18.145	19.930
Imobilizado	13.337	17.087
Intangível	4.808	2.843
TOTAL DO ATIVO	3.011.672	2.712.784

Em Reais Mil

PASSIVO	2015	2014
EXIGÍVEL OPERACIONAL	10.991	9.583
Gestão Previdencial	2.759	2.021
Gestão Administrativa	2.436	2.414
Investimentos	5.796	5.148
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	752	5.415
Gestão Previdencial	752	960
Gestão Administrativa	-	4.308
Investimentos	-	147
PATRIMÔNIO SOCIAL	2.999.929	2.697.786
Patrimônio de Cobertura do Plano	2.865.093	2.573.431
Provisões Matemáticas	2.892.900	2.551.770
Benefícios Concedidos	872.975	754.786
Benefícios a Conceder	2.020.124	1.797.924
(-) Provisões Matemática a Constituir	-199	-940
Equilíbrio Técnico	-27.807	21.661
Resultados Realizados	-27.807	21.661
Superávit Técnico Acumulado	-	21.661
(-) Déficit Técnico	-27.807	-
Fundos	134.836	124.355
Fundos Previdenciais	33.948	26.134
Fundos Administrativos	88.183	83.334
Fundos dos Investimentos	12.705	14.887
TOTAL DO PASSIVO	3.011.672	2.712.784

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS Consolidada

Em 31 de Dezembro

Em Reais Mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variacão(%)
A) Patrimônio Social - In�cio do Exercício	2.697.786	2.409.455	11,97%
1. Adic�es	451.230	418.606	7,79%
(+) Contribui�es Previdenciais	142.464	143.620	-0,80%
(+) Resultado Positivo Líquidos dos Investimentos - Gestão Previdencial	277.258	246.742	12,37%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	1.410	-100,00%
(+) Receitas Administrativas	17.923	15.112	18,60%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	9.397	7.486	25,53%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	4.188	985	325,18%
(+) Constitui�o de Fundos de Investimento	-	3.251	-100,00%
2. Destina�es	-149.087	-130.275	14,44%
(-) Benefícios	-120.003	-100.752	19,11%
(-) Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-243	-	100,00%
(-) Despesas Administrativas	-26.659	-29.523	-9,70%
(-) Reversão de Fundos de Investimento	-2.182	-	100,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	302.143	288.331	4,79%
(+/-) Provisões Matemáticas	341.130	167.620	103,51%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-49.468	118.083	-141,89%
(+/-) Fundos Previdenciais	7.814	5.317	46,96%
(+/-) Fundos Administrativos	4.849	-5.940	-181,63%
(+/-) Fundos dos Investimentos	-2.182	3.251	-167,12%
B) Patrimônio Social - Final do Exercício (A+3)	2.999.929	2.697.786	11,20%

Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido - DMAL Plano I de Benefício Definido

Em 31 de Dezembro

Em Reais Mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Variacão(%)
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	75.039	69.946	7,28%
1. Adic�es	11.341	8.819	28,60%
(+) Contribui�es	751	863	-12,98%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	10.590	7.551	40,25%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	405	-100,00%
2. Destina�es	-4.960	-3.726	33,12%
(-) Benefícios	-4.394	-3.684	19,27%
(-) Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-555	-	100,00%
(-) Custeio Administrativo	-11	-42	-73,81%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	6.381	5.093	25,29%
(+/-) Provisões Matemáticas	6.766	-3.366	-301,01%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-385	8.459	-104,55%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	81.420	75.039	8,50%
C) Fundos não previdenciais	3.027	3.253	-6,95%
(+/-) Fundos Administrativos	2.310	2.572	-10,19%
(+/-) Fundos dos Investimentos	717	681	5,29%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL Plano II de Benefício Definido

Em 31 de Dezembro

Em Reais Mil

DESCRI�O	2015	2014	Variacão(%)
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	10.791	9.966	8,28%
1. Adi�es	1.744	1.276	36,68%
(+) Contribui�es	126	139	-9,35%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.553	1.111	39,78%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	65	26	150,00%
2. Destina�es	-356	-451	-21,06%
(-) Benefícios	-337	-426	-20,89%
(-) Custeio Administrativo	-19	-25	-24,00%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1.388	825	68,24%
(+/-) Provisões Matemáticas	1.219	498	144,78%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	169	327	-48,32%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	12.179	10.791	12,86%
C) Fundos não previdenciais	880	889	-1,01%
(+/-) Fundos Administrativos	767	783	-2,04%
(+/-) Fundos dos Investimentos	113	106	6,60%

Demonstrac o da Muta o do Ativo Líquido - DMAL Plano de Contribui o Variável

Em 31 de Dezembro

Em Reais Mil

DESCRI�O	2015	2014	Variacão(%)
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	2.513.567	2.228.521	12,79%
1. Adi�es	416.504	379.711	9,69%
(+) Contribui�es	151.163	140.659	7,47%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	265.094	238.073	11,35%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	247	979	-74,77%
2. Destina�es	-124.849	-94.665	31,89%
(-) Benefícios	-115.227	-96.621	19,26%
(-) Custeio Administrativo	-9.622	1.956	-591,92%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	291.655	285.046	2,32%
(+/-) Provisões Matemáticas	333.093	170.432	95,44%
(+/-) Fundos Previdenciais	7.814	5.317	46,96%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-49.252	109.297	-145,06%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	2.805.222	2.513.567	11,60%
C) Fundos não previdenciais	96.981	94.079	3,08%
(+/-) Fundos Administrativos	85.106	79.979	6,41%
(+/-) Fundos dos Investimentos	11.875	14.100	-15,78%

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL

Plano Associativo Infraprev I

Em 31 de Dezembro

DESCRI�O	Em Reais Mil		
	2015	2014	Variacão(%)
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	168	112	50,00%
1. Adic�es	97	77	25,97%
(+) Contribui�es	75	70	7,14%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	22	7	214,29%
2. Destina�es	-45	-21	114,29%
(-) Benefícios	-45	-21	114,29%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	52	56	-7,14%
(+/-) Provisões Matemáticas	52	56	-7,14%
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	220	168	30,95%

Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL

Plano I de Benefício Definido

Em 31 de Dezembro

DESCRI�O	Em Reais Mil		
	2015	2014	Variacão(%)
1. Ativos	85.048	78.337	8,57%
Disponível	1	1	0,00%
Recebível	2.479	2.637	-5,99%
Investimento	82.568	75.699	9,07%
Títulos Públicos	55.534	48.001	15,69%
Créditos Privados e Depósitos	1.129	5.258	-78,53%
Fundos de Investimento	24.618	21.027	17,08%
Empréstimos e Financiamentos	1.287	1.413	-8,92%
2. Obriga�es	601	45	1235,56%
Operacional	46	45	2,22%
Contingencial	555	-	100,00%
3. Fundos não Previdenciais	3.027	3.253	-6,95%
Fundos Administrativos	2.310	2.572	-10,19%
Fundos dos Investimentos	717	681	5,29%
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	81.420	75.039	8,50%
Provisões Matemáticas	72.570	65.804	10,28%
Superávit / (Déficit) Técnico	8.850	9.235	-4,17%
6. Apurac�o do Equilíbrio Técnico Ajustado	12.670	-	100,00%
a) Equilíbrio Técnico	8.850	-	100,00%
b) (+/-) Ajuste de Precifica�o	3.820	-	100,00%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	12.670	-	100,00%

Demonstração do Ativo Líquido – DAL Plano II de Benefício Definido

Em 31 de Dezembro

Em Reais Mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Varição(%)
1. Ativos	13.063	11.752	11,16%
Disponível	-	1	-100,00%
Recebível	788	831	-5,17%
Investimento	12.275	10.920	12,41%
Títulos Públicos	9.203	7.036	30,80%
Créditos Privados e Depósitos	88	522	-83,14%
Fundos de Investimento	2.914	3.297	-11,62%
Empréstimos	70	65	7,69%
2. Obrigações	4	71	-94,37%
Operacional	4	6	-33,33%
Contingencial	-	65	-100,00%
3. Fundos não Previdenciais	880	890	-1,12%
Fundos Administrativos	767	783	-2,04%
Fundos dos Investimentos	113	107	5,61%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	12.179	10.791	12,86%
Provisões Matemáticas	9.645	8.426	14,47%
Superávit / (Déficit) Técnico	2.534	2.365	7,15%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	3.300	-	100,00%
a) Equilíbrio Técnico	2.534	-	100,00%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	766	-	100,00%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	3.300	-	100,00%

Demonstração do Ativo Líquido – DAL Plano de Contribuição Variável

Em 31 de Dezembro

Em Reais Mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Varição %
1. Ativos	2.910.902	2.615.805	11,28%
Disponível	15	113	-86,73%
Recebível	97.917	92.591	5,75%
Investimento	2.812.970	2.523.101	11,49%
Títulos Públicos	1.266.923	892.298	41,98%
Créditos Privados e Depósitos	180.027	267.424	-32,68%
Ações	154.756	240.535	-35,66%
Fundos de Investimento	807.104	711.834	13,38%
Derivativos	7.994	15.712	-49,12%
Investimentos Imobiliários	183.473	174.840	4,94%
Empréstimos	212.693	220.359	-3,48%
Depósitos Judiciais/Recurais	-	99	-100,00%
2. Obrigações	8.700	8.158	6,64%
Operacional	8.503	7.116	19,49%
Contingencial	197	1.042	-81,09%
3. Fundos não Previdenciais	96.980	94.080	3,08%
Fundos Administrativos	85.105	79.980	6,41%
Fundos dos Investimentos	11.875	14.100	-15,78%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	2.805.222	2.513.567	11,60%
Provisões Matemáticas	2.810.465	2.477.372	13,45%
Superávit / (Déficit) Técnico	-39.192	10.061	-489,54%
Fundos Previdenciais	33.948	26.134	29,90%
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	41.979	-	100,00%
a) Equilíbrio Técnico	-39.192	-	100,00%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	81.171	-	100,00%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	41.979	-	100,00%

Demonstração do Ativo Líquido – DAL

Plano Associativo Infraprev I

Em 31 de Dezembro

DESCRIÇÃO	Em Reais Mil		
	2015	2014	Variação (%)
1. Ativos	221	169	30,77%
Disponível	1	1	0,00%
Recebível	3	2	50,00%
Investimento	217	166	0,00%
Fundos de Investimento	217	166	30,72%
2. Obrigações	-1	-1	0,00%
Operacional	-1	-1	0,00%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	220	168	30,95%
Provisões Matemáticas	220	168	30,95%

Demonstração do Plano de

Gestão Administrativa – DPGA

Consolidada

Em 31 de Dezembro

DESCRIÇÃO	Em Reais Mil		
	2015	2014	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	83.334	89.274	-6,65%
1. Custeio da Gestão Administrativa	27.320	22.598	20,90%
1.1. Receitas	27.320	22.598	20,90%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	9.651	6.539	47,59%
Custeio Administrativo dos Investimentos	8.084	8.229	-1,76%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	135	344	-60,76%
Receitas Diretas	53	-	100,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	9.397	7.486	25,53%
2. Despesas Administrativas	-26.659	-21.095	26,38%
2.1. Administração Previdencial	-12.577	-10.232	22,92%
Pessoal e Encargos	-6.848	-6.512	5,16%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-85	-71	19,72%
Viagens e Estadias	-328	-266	23,31%
Serviços de Terceiros	-2.217	-1.925	15,17%
Despesas Gerais	-1.111	-1.076	3,25%
Depreciações e Amortizações	-349	-382	-8,64%
Tributos	-657	-	100,00%
Outras Despesas	-982	-	100,00%
2.2. Administração dos Investimentos	-14.082	-10.863	29,63%
Pessoal e Encargos	-7.539	-6.765	11,44%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-94	-95	-1,05%
Viagens e Estadias	-360	-334	7,78%
Serviços de Terceiros	-2.634	-2.014	30,78%
Despesas Gerais	-1.267	-1.121	13,02%
Depreciações e Amortizações	-384	-534	-28,09%
Tributos	-723	-	100,00%
Outras Despesas	-1.081	-	100,00%
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	4.188	985	325,18%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-8.428	-100,00%
6. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	4.849	-5.940	-181,63%
7. Constituição / (Reversão) do Fundo Administrativo (6)	4.849	-5.940	-181,63%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	88.183	83.334	5,82%

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA

Plano I de Benefício Definido

Em 31 de Dezembro

Em Reais Mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Varição(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.572	2.771	-7,18%
1. Custeio da Gestão Administrativa	277	286	-3,15%
1.1. Receitas	277	286	-3,15%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	11	42	-73,81%
Custeio Administrativo dos Investimentos	-	32	-100,00%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	1	2	-50,00%
Receitas Diretas	1	-	100,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	264	210	25,71%
2. Despesas Administrativas	-655	-513	27,68%
2.1. Administração Previdencial	-415	-381	8,92%
2.1.1 Despesas Comuns	-341	-272	25,37%
Pessoal e Encargos	-192	-183	4,92%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-2	-2	0,00%
Viagens e Estadias	-9	-7	28,57%
Serviços de Terceiros	-53	-42	26,19%
Despesas Gerais	-31	-27	14,81%
Depreciações e Amortizações	-10	-11	-9,09%
Tributos	-16	-	100,00%
Outras Despesas	-28	-	100,00%
2.1.2 Despesas Específicas	-74	-109	-32,11%
Serviços de Terceiros	-72	-107	-32,71%
Despesas Gerais	-	-2	-100,00%
Tributos	-2	-	100,00%
2.2. Administração dos Investimentos	-240	-132	81,82%
2.2.1 Despesas Comuns	-238	-129	84,50%
Pessoal e Encargos	-164	-82	100,00%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-1	-1	0,00%
Viagens e Estadias	-4	-4	0,00%
Serviços de Terceiros	-31	-24	29,17%
Despesas Gerais	-14	-12	16,67%
Depreciações e Amortizações	-5	-6	-16,67%
Tributos	-7	-	100,00%
Outras Despesas	-12	-	100,00%
2.2.2 Despesas Específicas	-2	-3	-33,33%
Despesas Gerais	-	-3	-100,00%
Tributos	-2	-	100,00%
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	117	28	317,86%
6. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	-261	-199	31,16%
7. Constituição / (Reversão) do Fundo Administrativo (6)	-261	-199	31,16%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	2.311	2.572	-10,15%

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA

Plano II de Benefício Definido

Em 31 de Dezembro

Em Reais Mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Varição(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	783	841	-6,90%
1. Custeio da Gestão Administrativa	183	156	17,31%
1.1. Receitas	183	156	17,31%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	19	25	-24,00%
Custeio Administrativo dos Investimentos	23	19	21,05%
Resultado Positivo dos Investimentos	141	112	25,89%
2. Despesas Administrativas	-261	-229	13,97%
2.1. Administração Previdencial	-238	-210	13,33%
2.1.1. Despesas Comuns	-182	-146	24,66%
Pessoal e Encargos	-102	-98	4,08%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-1	-1	0,00%
Viagens e Estadias	-5	-4	25,00%
Serviços de Terceiros	-28	-23	21,74%
Despesas Gerais	-17	-14	21,43%
Depreciações e Amortizações	-5	-6	-16,67%
Tributos	-9	-	100,00%
Outras Despesas	-15	-	100,00%
2.1.2. Despesas Específicas	-56	-64	-12,50%
Serviços de Terceiros	-56	-64	-12,50%
2.2. Administração dos Investimentos	-23	-19	21,05%
2.2.1. Despesas Comuns	-23	-19	21,05%
Pessoal e Encargos	-12	-12	0,00%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-	-	0,00%
Viagens e Estadias	-1	-1	0,00%
Serviços de Terceiros	-4	-3	33,33%
Despesas Gerais	-2	-2	0,00%
Depreciações e Amortizações	-1	-1	0,00%
Tributos	-1	-	100,00%
Outras Despesas	-2	-	0,00%
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	62	15	313,33%
6. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	-16	-58	-72,41%
7. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (6)	-16	-58	-72,41%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	767	783	-2,04%

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA

Plano de Contribuição Variável

Em 31 de Dezembro

Em Reais Mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Varição(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	79.979	85.662	-6,63%
1. Custeio da Gestão Administrativa	26.860	22.152	21,25%
1.1. Receitas	26.860	22.152	21,25%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	9.621	6.472	48,66%
Custeio Administrativo dos Investimentos	8.061	8.174	-1,38%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	134	342	-60,82%
Receitas Diretas	52	-	100,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	8.992	7.164	25,52%
2. Despesas Administrativas	-25.743	-20.349	26,51%
2.1. Administração Previdencial	-11.924	-9.637	23,73%
2.1.1. Despesas Comuns	-11.635	-9.285	25,31%
Pessoal e Encargos	-6.554	-6.231	5,18%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-82	-68	20,59%
Viagens e Estadias	-314	-255	23,14%
Serviços de Terceiros	-1.795	-1.441	24,57%
Despesas Gerais	-1.063	-925	14,92%
Depreciações e Amortizações	-334	-365	-8,49%
Tributos	-554	-	100,00%
Outras Despesas	-939	-	100,00%
2.1.2. Despesas Específicas	-289	-352	-17,90%
Serviços de Terceiros	-213	-244	-12,70%
Despesas Gerais	-	-108	-100,00%
Tributos	-76	-	100,00%
2.2. Administração dos Investimentos	-13.819	-10.712	29,00%
2.2.1. Despesas Comuns	-13.735	-10.580	29,82%
Pessoal e Encargos	-7.363	-6.671	10,37%
Treinamentos/Congressos e Seminários	-93	-94	-1,06%
Viagens e Estadias	-355	-329	7,90%
Serviços de Terceiros	-2.599	-1.987	30,80%
Despesas Gerais	-1.251	-972	28,70%
Depreciações e Amortizações	-378	-527	-28,27%
Tributos	-629	-	100,00%
Outras Despesas	-1.067	-	100,00%
2.2.2. Despesas Específicas	-84	-132	-36,36%
Despesas Gerais	-	-132	-100,00%
Tributos	-84	-	100,00%
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	4.009	942	325,58%
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-8.428	-100,00%
6. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	5.126	-5.683	-190,20%
7. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (6)	5.126	-5.683	-190,20%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	85.105	79.979	6,41%

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA

Plano Associativo Infraprev I

Em 31 de Dezembro

Em Reais Mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Varição(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	-	-	0,00%
1. Custeio da Gestão Administrativa	-	4	-100,00%
1.1. Receitas	-	4	-100,00%
Custeio Administrativo dos Investimentos	-	4	-100,00%
2. Despesas Administrativas	-	-4	-100,00%
2.1. Administração Previdencial	-	-4	-100,00%
2.1.2. Despesas Específicas	-	-4	-100,00%
Serviços de Terceiros	-	-4	-100,00%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	-	-	0,00%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT

Plano I de Benefício Definido

Em 31 de Dezembro

Em Reais Mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Varição(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	82.739	75.765	9,20%
1. Provisões Matemáticas	72.570	65.804	10,28%
1.1. Benefícios Concedidos	52.182	43.667	19,50%
Benefício Definido	52.182	43.667	19,50%
1.2. Benefícios a Conceder	20.537	23.005	-10,73%
Benefício Definido	20.537	23.005	-10,73%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	-149	-868	-82,83%
(-) Déficit Equacionado	-149	-868	-82,83%
(-) Patrocinador (es)	-	-690	-100,00%
(-) Assistidos	-149	-178	-16,29%
2. Equilíbrio Técnico	8.851	9.235	-4,16%
2.1. Resultados Realizados	8.851	9.235	-4,16%
Superávit Técnico Acumulado	8.851	9.235	-4,16%
Reserva de Contingências	8.851	9.235	-4,16%
3. Fundos	717	681	5,29%
3.2. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	717	681	5,29%
4. Exigível Operacional	46	45	2,22%
4.1. Gestão Previdencial	44	44	0,00%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2	1	100,00%
5. Exigível Contingencial	555	-	100,00%
5.1. Gestão Previdencial	555	-	100,00%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT

Plano II de Benefício Definido

Em 31 de Dezembro

Em Reais Mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Varição(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	12.295	10.968	12,10%
1. Provisões Matemáticas	9.645	8.426	14,47%
1.1. Benefícios Concedidos	4.227	4.120	2,60%
Benefício Definido	4.227	4.120	2,60%
1.2. Benefícios a Conceder	5.468	4.378	24,90%
Benefício Definido	5.468	4.378	24,90%
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	-50	-72	-30,56%
(-) Serviço Passado	-50	-72	-30,56%
(-) Patrocinador (es)	-22	-34	-35,29%
(-) Participantes	-28	-38	-26,32%
2. Equilíbrio Técnico	2.534	2.365	7,15%
2.1. Resultados Realizados	2.534	2.365	7,15%
Superávit Técnico Acumulado	2.534	2.365	7,15%
Reserva de Contingências	2.122	2.107	0,71%
Reserva para Revisão do Plano	412	258	59,69%
3. Fundos	112	106	5,66%
3.2. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	112	106	5,66%
4. Exigível Operacional	4	6	-33,33%
4.1. Gestão Previdencial	4	6	-33,33%
5. Exigível Contingencial	-	65	-100,00%
5.1. Gestão Previdencial	-	65	-100,00%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT

Plano de Contribuição Variável

Em 31 de Dezembro

Em Reais Mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Varição(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	2.825.795	2.535.825	11,43%
1. Provisões Matemáticas	2.810.465	2.477.372	13,45%
1.1. Benefícios Concedidos	816.566	706.998	15,50%
Contribuição Definida	45.287	27.857	62,57%
Benefício Definido	771.279	679.141	13,57%
1.2. Benefícios a Conceder	1.993.899	1.770.374	12,63%
Contribuição Definida	1.736.625	1.549.892	12,05%
Saldo de contas - Parcela Patrocinador (es)/Instituidor (es)	764.843	684.028	11,81%
Saldo de contas - Parcela Participantes	971.782	865.864	12,23%
Benefício Definido	257.274	220.482	16,69%
2. Equilíbrio Técnico	-39.192	10.061	-489,54%
2.1. Resultados Realizados	-39.192	10.061	-489,54%
Superávit Técnico Acumulado	-	10.061	-100,00%
Reserva de Contingências	-	10.061	-100,00%
(-) Déficit Técnico Acumulado	-39.192	-	100,00%
3. Fundos	45.824	40.234	13,89%
3.1. Fundos Previdenciais	33.948	26.134	29,90%
3.2. Fundos de Investimento - Gestão Previdencial	11.876	14.100	-15,77%
4. Exigível Operacional	8.502	7.116	19,48%
4.1. Gestão Previdencial	2.710	1.971	37,49%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	5.792	5.145	12,58%
5. Exigível Contingencial	196	1.042	-81,19%
5.1. Gestão Previdencial	196	895	-78,10%
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	-	147	-100,00%

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT

Plano Associativo Infraprev I

Em 31 de Dezembro

Em Reais Mil

DESCRIÇÃO	2015	2014	Varição(%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	221	169	30,77%
1. Provisões Matemáticas	220	168	30,95%
1.2. Benefícios a Conceder	220	168	30,95%
Contribuição Definida	220	168	30,95%
Saldo de contas - Parcela Patrocinador (es)/Instituidor (es)	220	168	30,95%
4. Exigível Operacional	1	1	0,00%
4.1. Gestão Previdencial	1	1	0,00%

Notas explicativas da administração às Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015

(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

O Instituto Infraero de Seguridade Social – Infraprev (“Entidade” ou “Infraprev”), antigo Instituto ARSA de Seguridade Social - ARSAPREV, entidade fechada de previdência privada, autorizada a funcionar através da Portaria nº 3.030, de 29 de junho de 1982, do então Ministério da Previdência e Assistência Social, constituído, sem fins lucrativos, sob a forma de sociedade civil pela ARSA – Aeroportos do Rio de Janeiro S/A, posteriormente incorporada à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, em consonância com o Decreto nº 93.609, de 21 de novembro de 1986, doravante designada simplesmente Patrocinador Instituidor.

O Infraprev, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, é uma entidade fechada multipatrocinada de previdência complementar autorizada pela Portaria da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e da Diretoria de Análise Técnica (DITEC) nº 473, de 31 de agosto de 2011, administradora de planos múltiplos, com independência administrativa, patrimonial e financeira, constituída em 25 de maio de 1998, conforme Portaria nº 453 do Ministério da Previdência Social (MPS) na forma da legislação em vigor, com personalidade jurídica distinta de seus Patrocinadores.

São Patrocinadores do Instituto Infraero de Seguridade Social – Infraprev, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero (“Infraero”) – CNPJ: 00.352.294/0001-10, Patrocinador – Fundador, Aeroportos Brasil Viracopos S/A (“Viracopos”) – CNPJ: 14.522.178/0001-07, Aeroporto Internacional de Guarulhos S/A (“Guarulhos”) – CNPJ: 15.578.569/0001-06, Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S/A (“Brasília”) – CNPJ: 15.559.082/0001-86 e o próprio Infraprev – CNPJ: 27.644.368/0001-49 e como Instituidor, a Associação Nacional dos Empregados da Infraero – ANEI (“ANEI”) – CNPJ: 10.554.578/0001-43.

A Portaria PREVIC/DITEC nº 166, de 30 de março de 2012, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, aprova o Regulamento do Plano Associativo Infraprev I – Plano PAI-I, bem como o Convênio de Adesão da ANEI, na qualidade de instituidor deste plano, o qual passa a ser identificado pelo CNPB nº 2012.0008-19. O Plano Associativo Infraprev I – Plano PAI I visa possibilitar a ampliação ao amparo previdenciário aos familiares dos atuais participantes e assistidos da Entidade, associados da ANEI, em linha com os objetivos estratégicos do Multipatrocínio.

O Infraprev administra atualmente 04 (Quatro) Planos de benefícios: 02 (dois) planos de benefícios previdenciais na modalidade de Benefício Definido (BD), sendo um salgado, 01 (um)

plano na modalidade de Contribuição Variável (CV) e 01 (um) plano instituído na modalidade de Contribuição Definida (CD), conforme registro na PREVIC, cujos custeios são estabelecidos pelo atuário com base em Avaliações Atuariais.

Planos	Tipos de Planos	CNPB
Plano DB-I	Benefício Definido (Saldado)	1982.0007-83
Plano DB-II	Benefício Definido	1982.0018-11
Plano CV	Contribuição Variável	2000.0081-19
Plano PAI-I	Contribuição Definida	2012.0008-19

O Infraprev tem como objetivo principal instituir, executar e administrar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, na forma da legislação vigente, com eficiência e transparência, promovendo o bem-estar dos seus participantes. Apresentamos abaixo o número de participantes por plano de benefício em 31 de dezembro:

Participantes	Plano CV		Plano BDI		Plano BD II		Plano PAI-I		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ativos	10.772	11.121	35	43	4	4	41	55	10.852	11.223
Autopatrocinados	76	167	-	-	-	-	-	-	76	167
BPD	6	8	-	-	-	-	-	-	6	8
Assistidos - Aposentados	2.079	1.904	86	83	7	7	-	-	2.172	1.994
Assistidos - Aux. Doença	141	136	3	2	-	-	-	-	144	138
Pensionistas	748	717	60	57	13	13	-	-	821	787
Total	13.822	14.053	184	185	24	24	41	55	14.071	14.317

Os recursos de que a Entidade dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de suas patrocinadoras, participantes, assistidos e autopatrocinados e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva em 17 de fevereiro de 2016.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as Normas e Práticas Contábeis Adotadas no Brasil Aplicáveis às Entidades Reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), e em conformidade com a Resolução CNPCC nº 08, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPCC Nº 12, de 19 de Agosto de 2014, Instrução da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009, Alterada pelas Instruções MPS/PREVIC nº 06, de 13/11/2014, MPS/PREVIC nº 10, de 22/03/2011, MPS/PREVIC nº 05, de 08/09/2011, MPS/PREVIC nº 01, de 22/03/2011 e MPS/PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015 e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.272 de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001 – Entidades Fechadas de Previdência Complementar, assim como, as demais práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos em circulante e não circulante.

Os registros contábeis são efetuados em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, estão sendo apresentados de forma comparativa com os números do exercício de 2014.

Gestão Previdencial: atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios, os institutos do resgate, do autopatrocínio e do Benefício Proporcional Diferido (art. 14 da Lei Complementar nº 109/2001), bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

Gestão Administrativa: atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios (receitas e despesas administrativas).

Fluxo dos Investimentos: registro e controle referentes à aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios, bem como do plano de gestão administrativa – PGA.

Apresentamos a seguir os demonstrativos contábeis exigidos a partir da Resolução CNPCC nº 08, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPCC Nº 12, de 19 de Agosto de 2014 e Instrução nº 25 de 17 de dezembro de 2015.

2.1. Balanço Patrimonial – BP

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários administrados pelo Infraprev, mantidos pelos seus montantes originais, ao final de cada exercício.

2.2. Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS

Este Demonstrativo tem como finalidade evidenciar de forma consolidada as modificações sofridas pelo Patrimônio Social do conjunto de planos de benefícios, ao final de cada exercício.

2.3. Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – DMAL

Este Demonstrativo tem por finalidade demonstrar de forma individualizada as mutações sofridas pelo Ativo Líquido dos planos de benefícios, ao final de cada exercício.

2.4. Demonstração do Ativo Líquido – DAL

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

2.5. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada e individualizada (facultativa) a atividade administrativa da entidade, evidenciando as alterações do fundo administrativo, ao final de cada exercício.

2.6. Demonstração das Provisões Técnicas – DPT

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as alterações do Patrimônio de Cobertura de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício. Mostra os valores das obrigações presentes e futuras dos planos para com seus participantes.

3. Principais práticas contábeis, itens avaliados e critérios adotados

Os principais procedimentos, normas e princípios adotados nas demonstrações contábeis, bem como a legislação pertinente estão resumidos a seguir:

3.1. Resultado das Operações

Os lançamentos contábeis são registrados pelo regime de competência. Na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua efetiva realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

3.2. Realizável da Gestão Previdencial

Registra os recursos a receber provenientes de contribuições do mês, dos participantes e das patrocinadoras, além das contribuições em atraso, contratadas ou não contratadas, devidas pelas patrocinadoras. As contribuições contratadas e não contratadas das patrocinadoras são contabilizadas pelo valor original e atualizadas de acordo com as taxas previstas em instrumentos contratuais ou no regulamento do plano de benefícios, até a data do balanço.

3.3. Realizável da Gestão Administrativa

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e terceiros e gastos antecipados referentes a despesas de períodos subsequentes. Os recursos a receber da gestão administrativa são contabilizados pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

3.4. Realizável de Investimentos

3.4.1. Renda Fixa

São operações com rendas definidas, pré ou pós-fixadas lastreadas em títulos públicos (federais, estaduais e municipais) e privados emitidos por instituições financeiras ou por empresas.

Os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria “Títulos para negociação” e estão ajustados pelo valor de mercado. Os títulos, exceto as ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento” e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

- a) Os títulos pré-fixados de qualquer natureza estão demonstrados, por ocasião de sua aquisição, pelo valor desembolsado, evidenciando-se os juros decorridos, ágio e deságio, sendo as receitas correspondentes registradas em conta de resultado apropriadas até o vencimento da operação, observado o critério “pró-rata temporis”;

- b) Os títulos pós-fixados estão demonstrados, por ocasião de sua aquisição, pelo valor desembolsado, evidenciando-se o valor nominal de sua emissão, atualização monetária, juros decorridos, ágio e deságio, sendo os rendimentos destes títulos apropriados mensalmente observando-se o critério “pró-rata temporis”;
- c) O ágio e deságio dos títulos pré ou pós-fixados, amortizados “pró-rata temporis” pelo critério exponencial, estão atualizados mensalmente, pelo mesmo indexador dos respectivos títulos e;
- d) A entidade classifica os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria em “Títulos para Negociação” e “Títulos Mantidos até o Vencimento” em conformidade com a Resolução MPAS / CGPC nº. 04, de 30 de janeiro de 2002 e pela Resolução MPAS / CGPC nº. 22, de 25 de setembro de 2006, conforme demonstrado na Nota 5.5;
- e) Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, são adotados os critérios definidos no manual de precificação do Custodiante.

3.4.2. Renda Variável

a) Ações - À Vista

- As ações estão escrituradas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de taxas e corretagens, ajustado ao preço de mercado determinado pela cotação de fechamento das ações, no último pregão do ano da Bolsa de Valores, Mercados e Futuros - BMFBovespa.
- A variação decorrente do confronto entre o valor contábil e o da avaliação está apropriada diretamente em conta de resultado.

b) Derivativos

- Os derivativos estão escriturados ao valor dos contratos de liquidação futura, utilizados na administração de riscos contra oscilações de preços e taxas.
- A Entidade faz uso de derivativos apenas para proteção de sua carteira, de acordo com sua Política de Investimentos, conforme permite a Instrução SPC nº 34 de setembro de 2009.
- Os ativos adquiridos ou alienados em operações a termo devem ser contabilizados, na data da operação, por seus valores de cotação no mercado à vista, sendo as parcelas a receber ou a pagar ajustadas a valor presente, tomando-se por base a taxa de cada contrato.
- Os prêmios pagos ou recebidos em operações com opções devem ser contabilizados, na data da operação, na respectiva conta de ativo ou passivo, respectivamente, nela permanecendo até o efetivo exercício da opção, se for o caso, quando então deve ser baixado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como “Rendas/Variações Positivas” ou em “Deduções/Variações Negativas”, no caso de não exercício.

3.4.3. Fundos de Investimentos

Estão demonstrados pelo valor nominal da cota, ajustados com os ganhos ou perdas correspondentes ao período.

3.4.4. Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidas as depreciações acumuladas (exceto terrenos), calculadas pelo método linear e com as taxas ajustadas em função do prazo de vida útil remanescente constante do laudo técnico de avaliação, atendendo o disposto no Anexo “A”, Item II, Subitem 19, letra “h” da IN SPC nº 34 /2009.

3.4.5. Operações com Participantes

As operações com participantes representam os empréstimos concedidos, pelo valor princi-

pal acrescidos dos rendimentos auferidos, deduzidas as amortizações. No ato da concessão é cobrada a cota de fundo garantidor de 2,22% sobre o montante concedido.

A taxa de concessão é pré-fixada e formada pela variação média do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor dos últimos 12 meses, acrescida taxa de juros que varia de 0,62% até 0,94% ao mês, conforme prazo do contrato, resultando em uma taxa média pré-fixada de 1,60% a.m., auferidos até a data do balanço. São cobrados adicionalmente IOF conforme legislação em vigor e taxa de administração de 0,25% sobre o valor solicitado.

3.5. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD

A provisão para perda provável na realização dos ativos é constituída com base no valor do principal, parcelas ou de encargos da operação, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no Item 11, Anexo “A” da IN SPC nº 34/2009.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa devem ser adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

Período de Atraso	% de Provisão
Entre 61 e 120 dias	25%
Entre 121 e 240 dias	50%
Entre 241 e 360 dias	75%
Acima de 360 dias	100%

3.6. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são constituídos para atendimento de objetivos diversos quais sejam: custas como perícias, diligências e emolumentos, depósitos judiciais de garantia, por exemplo, garantia do juízo para execução ou demandas tributárias, depósito judicial de condenação para pagamento da determinação judicial terminativa com encerramento e depósito judicial recursal que são os pagamentos de garantia para interposição de recurso ao Tribunal Superior.

As atualizações monetárias desses depósitos seguem critérios de atualização de acordo com o indexador adotado por cada tribunal onde tramita o processo judicial e, em caso de demandas tributárias na esfera da Justiça Federal, seguem como indexador a taxa Selic.

3.7. Permanente

Está demonstrado pelo custo de aquisição acrescido de correção monetária, até 31 de dezembro de 1995, ajustados por depreciações ou amortizações acumuladas (exceto direito de uso), calculadas pelo método linear, e com as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e por espécie de bens, às seguintes alíquotas:

Tabela de Alíquotas de Depreciações e Amortizações

Descrição	Alíquota Anual
Instalações em Geral	10%
Instalações Elétricas	20%
Móveis, Utensílios, Máquinas e Equipamentos de Uso	10%
Sistemas de Comunicação	10%
Computadores e Periféricos	20%
Veículos (exceto Utilitários)	20%
Software	20%
Implantação, Reorganização e Desenvolvimento	20%

3.8. Exigível Operacional

A Entidade adota a sistemática de provisões em atendimento ao disposto na Resolução CNPC nº 08/2011 e IN SPC nº 34/2009 e ao Princípio Contábil do Regime de Competência, na proporção de 01/12 avos mensais para as seguintes rubricas:

- a) Provisão para Férias;
- b) Provisão para 13º Salário;
- c) Provisão das Contribuições a Receber das Patrocinadoras e Participantes; e,
- d) Provisão do Abono Anual dos Benefícios Devidos.

3.9. Exigível Contingencial

A Entidade adota a sistemática de provisões em atendimento ao disposto na Resolução CNPC nº 08/2011 e IN SPC nº 34/2009 e ao Princípio Contábil do Regime de Competência, na proporção de 01/12 avos mensais para as seguintes rubricas:

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Entidade. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de perda determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos seguintes critérios:

- Efetivar o registro da provisão no Passivo dos planos, em contrapartida da Despesa da administração que lhe deu origem e;
- Existindo depósito judicial este deverá ser registrado em conta do Ativo, no grupo Depósitos Judiciais/Recursais do plano de benefício na gestão correspondente (Previdencial, Administrativa e/ou dos Investimentos).

3.10. Garantia das Provisões Matemáticas e dos Fundos

Os recursos garantidores das provisões matemáticas dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, constituídos de acordo com os critérios fixados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar, bem como, aqueles de qualquer origem ou natureza, correspondentes às demais reservas, fundos e provisões, foram aplicados conforme as diretrizes do regulamento anexo à Resolução CMN nº 3.792, de 25 de setembro de 2009 assim como suas alterações subsequentes.

Consideram-se recursos garantidores dos planos de benefícios administrados pela entidade, as Disponibilidades (grupo 1.1), adicionados os Ativos dos Investimentos (grupo 1.2.3), deduzidos os valores a pagar classificados no Exigível Operacional (grupo 2.1.3) e Exigível Contingencial (grupo 2.2.3).

3.11. Patrimônio Social

a) Provisões Matemáticas

São apurados com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários externos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos destinam-se à cobertura dos compromissos da Entidade com os benefícios de prestação continuada, concedidos a seus assistidos e beneficiários em gozo de tais benefícios.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, destinam-se à cobertura de eventos futuros, com a geração atual, ou seja, participantes e beneficiários que ainda não se encontram em gozo de benefícios de prestação continuada.

As provisões matemáticas a constituir são parcelas a serem integralizadas ao Patrimônio para Cobertura do Plano, decorrentes de “Serviço Passado” e “Déficit Equacionado” e representam o valor atual das Contribuições Extraordinárias futuras, na data da avaliação atuarial.

b) Fundos

Estão registrados os fundos da gestão previdencial, administrativa e dos investimentos. O fundo previdencial, constituído de acordo com o disposto em nota técnica atuarial, tem por finalidade suportar variações nos compromissos atuariais decorrentes da redução da taxa real de juros adotada no cálculo atuarial. O fundo administrativo é constituído com o resultado positivo entre receitas e despesas da gestão administrativa e é utilizado como fonte de custeio de acordo com as disposições do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). O fundo dos investimentos registra os recursos para garantir a quitação de empréstimos a participantes na ocorrência de morte e inadimplência.

3.12. Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08/2011 e Instrução SPC nº 34/2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) e reversão de contingências, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos e constituição de contingências, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano, o Infraprev utiliza o seguinte critério:

Receitas: Alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;

Despesas Específicas: Alocadas diretamente ao plano que as originou;

Despesas Comuns: Administração Previdencial – Utilização de critério de rateio que considera a ponderação entre o número de participantes e assistidos, modalidade do plano e seus benefícios oferecidos, além das atividades específicas de cada área, servindo de base para apuração do percentual de participação de cada Gestão e Plano. **Administração dos Investimentos** – Utilização de critério de rateio que considera o patrimônio de cada plano em relação ao patrimônio total, além das atividades específicas de cada área, servindo de base para apuração do percentual de participação de cada Gestão e Plano.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa, assim como seus limitantes, obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA e estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 29/2009.

3.13. Consolidação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e em atendimento a Resolução CNPC nº 08,

de 31 de outubro de 2011, IN SPC nº 34, de 28 de setembro de 2009 e a NBC ITG 2001 - Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e abrangem as Demonstrações Contábeis do Instituto Infraero de Seguridade Social - Infraprev, relativas aos planos de benefícios, bem como o Plano de Gestão Administrativa - PGA, da Entidade.

As contas contábeis passíveis de ajustes e eliminações foram as seguintes: Participação no Plano de Gestão Administrativa, Participação no Fundo Administrativo, que registram a participação de cada plano no fundo administrativo, Superávit Técnico Acumulado e Déficit Técnico Acumulado.

A seguir, demonstra-se o detalhamento dos ajustes e eliminações decorrentes da consolidação das Demonstrações contábeis no período de 2015:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Ativo	88.183	83.334
Realizável	88.183	83.334
Gestão Administrativa	88.183	83.334
Participação no Plano de Gestão Administrativa	88.183	83.334

DESCRIÇÃO	2015	2014
Passivo	88.183	83.334
Patrimônio Social	88.183	83.334
Resultados Realizados	-	-
Superávit Técnico Acumulado	11.385	-
Reserva de Contingência	10.972	-
Reserva Especial para Revisão do Plano	412	-
(-) Déficit Técnico Acumulado	-11.385	-
(-) Déficit Técnico	-11.385	-
Fundos	88.183	83.334
Fundos Administrativos	88.183	83.334
Participação no Fundo Administrativo	88.183	83.334

3.14. Custeio Administrativo

a) Gestão Previdencial

O custeio administrativo previdencial da Entidade engloba todas as despesas efetuadas com a administração previdencial, utilizando-se para sua cobertura parte dos recursos coletados correntes (grupo 3.1.1.0.00.00) para os Planos I e II de Benefício Definido, o valor das contribuições extras para o Plano de Contribuição Variável, e parte da rentabilidade para o Plano PAI-I e Plano de Contribuição Variável, todos previstos nos respectivos planos de custeio anual pelo Atuário Externo.

b) Investimentos

O custeio administrativo previdencial da Entidade engloba todas as despesas efetuadas com a administração previdencial, utilizando-se para sua cobertura parte dos recursos coletados correntes (grupo 3.1.1.0.00.00) para os Planos I e II de Benefício Definido, o valor das contribuições extras para o Plano de Contribuição Variável, e parte da rentabilidade para o Plano PAI-I e Plano de Contribuição Variável, todos previstos nos respectivos planos de custeio anual pelo Atuário Externo.

A entidade utiliza-se de recursos dos investimentos para cobertura das despesas com a administração e controle do Fluxo dos Investimentos de acordo com critério de rateio estabelecido e aprovado pela Diretoria Executiva da Entidade.

No exercício de 2015 foi utilizada a taxa de administração que alcançou o percentual de 0,62% estando em conformidade com a Resolução CGPC nº 29/2009, art. 6º que fixou em 1% o limite anual da taxa de administração.

3.15. Apropriações das Receitas (Adições) e Despesas (Deduções)

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa e as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, exceto para o Plano Associativo Infraprev I - PAI I, cujo regime adotado é o de caixa conforme faculta a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebido em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

3.16. Resultado Líquido dos Investimentos

A remuneração dos investimentos previdenciais e administrativos é calculada proporcionalmente de acordo com a participação de cada gestão nos investimentos totais da entidade, em conformidade com a Resolução CNPC nº 08/2011 complementada pela Instrução Normativa (IN) SPC nº 34/2009.

Esta remuneração se dá pela transferência de recursos para a Gestão Previdencial e Administrativa decorrente do resultado positivo ou negativo dos investimentos, observada a participação de cada gestão no montante aplicado.

3.17. Uso de Estimativas

As estimativas contábeis foram elaboradas com base em fatores objetivos e subjetivos e no julgamento da administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas com investimentos, o exigível contingencial e as provisões matemáticas. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

4. Disponibilidades

Abaixo os valores das disponibilidades segregadas por caixa e banco.

Disponível	2015	2014
Caixa	2	2
Fundo Fixo Tesouraria	2	2
Bancos Conta Movimento	18	116
Banco do Brasil S.A.	7	57
Banco Bradesco S.A.	1	47
Banco Santander Brasil S.A.	10	12
Total	20	118

5. Realizável

5.1. Realizável – Gestão Previdencial

Demonstramos abaixo os saldos das contas do realizável da gestão previdencial que registra os valores a receber dos planos como contribuições, além dos depósitos judiciais de natureza previdencial.

Gestão Previdencial	2015	2014
Recursos a Receber	12.246	11.946
Contribuições do Mês	12.243	11.943
Patrocinador	5.554	5.316
INFRAERO	5.483	5.229
INFRAPREV	-	41
BRASÍLIA	15	9
VIRACOPOS	56	37
Ativos	6.569	6.412
INFRAERO	6.489	6.296
INFRAPREV	-	64
BRASÍLIA	17	10
VIRACOPOS	62	42
GUARULHOS	1	-
Autopatrocinaados	118	214
Participantes em BPD	2	1
Contribuições em Atraso	3	3
Ativos	3	3
ANEI	3	3
Adiantamentos	144	80
Adiantamentos de Benefícios	144	80
Depósitos Judiciais/Recurais	568	700
Outros Realizáveis	46	1
Total	13.004	12.727

5.2. Realizável – Gestão Administrativa

Demonstramos no quadro abaixo as informações a receber da gestão administrativa (PGA). O valor de R\$ 879, registrado na conta outros, se refere principalmente a valores a receber para cobertura das despesas administrativas R\$ 743, adiantamentos de valores da folha de pagamentos da Entidade R\$ 136. O valor de R\$ 4.192 é referente aos depósitos judiciais, que foram realizados para garantias do Instituto para recorrer uma decisão judicial decorrentes das contingências judiciais em curso (Nota 3.6 e Nota 8).

Gestão Administrativa	2015	2014
Contas a Receber	952	475
Contribuições para Custeio	952	475
Despesas Antecipadas	1.870	1.875
Depósitos Judiciais/Recurais	4.192	4.312
Outros Realizáveis	879	1.117
Pagamentos por Conta de Terceiros	136	388
Devedores Diversos	743	729
Cobertura de Despesas Administrativas	740	710
Taxa de Administração de Empréstimos	3	19
Total	7.893	7.779

5.3. Realizável de Investimentos - Composição da Carteira Consolidada

Apresenta-se a seguir o Demonstrativo da Composição Consolidada da Carteira de Investimentos da entidade de forma comparativa com o exercício anterior.

	2015	2014
TÍTULOS PÚBLICOS	1.366.160	983.120
Títulos Públicos Federais	1.366.160	983.120
Notas do Tesouro Nacional	1.350.829	952.743
Letra do Tesouro Nacional	15.331	13.838
Letra Financeira do Tesouro	-	16.539
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	181.244	275.309
Instituições Financeiras	124.498	211.673
Cadernetas de Poupança	832	-
Banco do Brasil	832	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	8.356	8.430
RB Capital	8.356	8.430
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	34.978	125.733
Banco Sofisa	21.141	17.926
Banco Pine	13.837	19.700
Banco Mercantil do Brasil	-	23.061
BIC Banco	-	21.682
Banco BMG	-	20.276
Banco Fibra	-	21.508
Banco Indusval	-	1.580
Outras Aplicações em Instituições Financeiras	80.332	77.510
Letra Financeira - Banco Votorantim	10.251	8.900
Letra Financeira - Banco Bradesco	21.106	17.966
Letra Financeira - Banco Santander	6.828	13.236
Letra Financeira - Banco Safra	35.296	31.556
Letra Financeira - BTG Pactual	6.851	5.852
Companhias Abertas	56.746	63.636
Debêntures Não Conversíveis	56.746	63.636
AÇÕES	154.756	240.535
Instituições Financeiras	48.542	88.417
Banco Bradesco - PN	12.127	30.589
BB Seguridade Participações - ON	-	12.694
Banco Itaú - PN	36.415	45.134
Companhias Abertas	88.381	152.118
Abril Educação - ON	-	10.751
Ambev - ON	5.712	-
Minerva - ON	22.096	12.022
BHG S/A Brazil Hospitality Group - ON	-	13.052
BRF S/A - ON	-	12.688
Cielo - ON	-	10.001
Cosan - ON	18.300	14.425
Cetip - ON	-	21.167

	2015	2014
Cia Brasileira de Distribuição - PN	6.530	21.699
Cosan Logística - ON	-	2.002
Suzano Papel e Celulose - PN	17.808	7.650
Ultrapar Participações - ON	12.852	26.661
Telefônica Brasil - PN	5.083	-
Empréstimos de Ações	17.833	-
Ambev - ON	2.321	-
Cia Brasileira de Distribuição - PN	168	-
Suzano Papel e Celulose - PN	6.916	-
Ishares Bova FIA - CI	8.428	-
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	864.932	760.778
Fundos de Renda Fixa	346.044	196.804
Bradesco Federal Extra	217	166
Lancer FI RF Crédito Privado	65.205	51.413
BTG Pactual Capital Markets	-	68.659
Bradesco DI Premium	273.203	69.346
Modal Gaia Instit Recebíveis Imob	7.419	7.220
Fundos de Ações	70.215	67.691
BOGARI VALUE FICFIA	-	15.873
SULAMÉRICA EXPERTISE FIA	7.920	12.792
VINCI GAS DIVIDENDOS FIA	-	16.060
VINCI GAS VALOR SMLL FICFIA	9.863	11.463
PATRIA PIPE FICFIA	14.515	11.503
ISHARES IBOVESPA FIA - BOVA	37.917	-
Fundos Multimercado	39.876	67.430
GAP Absoluto FIM	-	32.646
Plural Capital FIC FIM	39.876	34.784
Fundos de Direitos Creditórios	16.724	19.191
Multissetorial MÁSTER	424	630
Multissetorial MÁSTER II	182	215
SUL INVEST 4ª SÉRIE	-	467
SUL INVEST 5ª SÉRIE	4.519	3.782
EXODUS I 13ª SÉRIE	4.233	6.589
VALOR 4ª SÉRIE	-	1.274
VINCI Crédito e Desenvolvimento	7.366	6.234
Fundos de Participações	365.516	381.571
FIP Brasil Energia	9.725	9.544
FIP Caixa Ambiental	5.738	10.067
FIP Florestas do Brasil	27.251	24.519
FIP Florestas do Brasil 2ª Emissão	4.901	4.410
FIP BR Educacional	-	8.346

	2015	2014
FIP Multiner	81.734	81.996
FIP Multiner 2ª Emissão	62.607	62.808
FIP Multiner 3ª Emissão	21.114	20.878
FIP Coliseu	17.055	19.163
FIP Patriarca	723	657
FIP Riviera GR Industrial	26.582	14.995
FIP Kinea II Private Equity	5.970	4.430
FIP GTD	308	601
FIQ FIP Hamilton Lane	2.568	1.372
FIP Global Equity	97.902	116.581
FIP Bozano Educacional	114	402
P2 BR INFRAESTRUTURA FIC FIP	902	802
Gávea Institucional FIC FIP	322	-
Fundos Imobiliários	26.557	28.091
FI Imobiliário Via Parque Shopping	14.039	16.327
FI Imobiliário Panamby	12.518	11.764
DERIVATIVOS	7.994	15.712
A Termo - Venda	7.994	15.712
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	183.474	174.840
Imóveis em Construção	28.038	27.679
Aluguéis e Rendas	155.435	147.161
Uso Próprio	135	148
Terrenos	88	113
Construções	56	42
Depreciações Acumuladas	-9	-7
Contas a Receber	1	
Locadas a Terceiros	155.300	147.013
Terrenos	98.205	105.421
Construções	66.806	50.105
Depreciações Acumuladas	-11.200	-9.911
Instalações	-	66
Aluguéis a Receber	1.490	1.332
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	214.050	221.837
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	-	99
TOTAL	2.972.610	2.672.230

(i) O Infraprev possui investimento de 13% das cotas do FIP Multiner, que apresenta 99,99% do seu Patrimônio Líquido investido em Multiner S.A. e Mesa S.A., empresas do setor elétrico que possuem projetos de energia eólica e térmica. Em 2015, estava prevista a integralização de um novo ativo de energia pela Bolognesi, acionista controlador, à Mesa, assim como a avaliação das Empresas Investidas. Contudo, estes eventos não ocorreram no cronograma esperado, sendo também impactados pelo processo de seleção de gestor do Fundo, iniciado em setembro de 2015 e encerrado em novembro de 2015. Neste processo, foi escolhida a Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda.. A Nova Gestora tem como principais objetivos de curto prazo coordenar os processos de reavaliação

dos ativos, de ajuste do valor patrimonial do Fundo e de aporte de um novo ativo pela Bolognesi. Por estas razões a Gestora decidiu não efetuar a avaliação dos ativos do FIP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Aguardando o término do processo de reestruturação.

Os Fundos de Participações são regulados pela Instrução CVM 391/2003, e, em seu artigo 6º, Inciso VIII está disposto que o Regulamento do Fundo deverá dispor sobre a metodologia para determinar o valor da contabilização dos ativos e sua periodicidade.

“Art. 6º - O regulamento do Fundo de Investimento em Participações deverá dispor sobre: VIII - metodologia para determinação do valor de contabilização dos ativos do fundo, inclusive quanto aos critérios de provisionamento e baixa de investimentos”.

O Regulamento do FIP Multiner, por sua vez, prevê que:

“Parágrafo Quarto - A metodologia de precificação dos Valores Mobiliários constantes da carteira do Fundo que não sejam negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado deverão ser avaliados, a critério do Administrador, entre os seguintes:

I. Custo de aquisição;

II. Último valor patrimonial do título divulgado à CVM;

III. Valor econômico-financeiro, a ser determinado por empresa independente especializada, mediante laudo próprio; ou

IV. Nos casos dos Valores Mobiliários resgatáveis, pelo custo de aquisição atualizado pela sua remuneração”.

Sendo assim, o FIP encontra-se aderente ao Regulamento do Fundo, cabendo ao respectivo Administrador a implementação do processo de avaliação dos ativos.

Essa nota refere-se aos investimentos do FIP Multiner nos planos CV, BD I e BD II detalhados nas Notas 5.4.1, 5.4.2 e 5.4.3.

5.3.1. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de Ativos

A Entidade constituiu provisão para perdas na realização dos elementos do seu Ativo de acordo com os critérios estabelecidos pela IN SPC nº 34/2009 alterada pela CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011 Anexo C.

A demonstração dos valores em comparação ao exercício anterior encontra-se segregada por plano, nos quadros abaixo:

Créditos Privados e Depósitos

a) Debêntures Não Conversíveis - Empresa ALCAR Empreendimentos e Participações

Essas debêntures foram adquiridas em dezembro/1998 e provisionadas em dezembro de 2003 na sua totalidade, por motivo de insolvência. Em 2015 o saldo atualizado é de R\$ 5.311 (R\$ 5.311 em 2014). A Entidade ingressou em 21 de novembro de 2003 com Ação de Execução das Garantias encontrando-se o processo judicial em regular andamento perante o Juízo da 9ª Vara Cível de São Paulo - Processo nº. 000.03.148422-0.

Plano	2015	2014
Benefício Saldado - BD-I	341	341
Benefício Definido - BD-II	114	114
Contribuição Variável - CV	4.477	4.477
Gestão Administrativa -PGA	379	379
Total	5.311	5.311

b) Debêntures Não Conversíveis - Empresa CEL Participações Ltda.

Essas debêntures foram adquiridas em março, junho, julho, agosto e setembro de 1998 e provisionadas em 100% do seu valor em dezembro de 2004, por motivo de atraso, superior a 360 dias. Em 2015 o saldo atualizado é de R\$ 14.159 (R\$ 14.159 em 2014).

A Entidade ingressou com Ação de Execução das Garantias, em 2001, na 20ª Vara Cível do Rio de Janeiro - RJ, conforme Processo 2001.011.088895-1, tendo sido redistribuída, em 05 de abril de 2004, a referida Ação para a 2ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro - RJ, encontrando-se o processo judicial em regular andamento.

Plano	2015	2014
Benefício Saldado - BD-I	425	425
Benefício Definido - BD-II	142	142
Contribuição Variável - CV	13.097	13.097
Gestão Administrativa - PGA	495	495
Total	14.159	14.159

c) Cédulas de Créditos Bancários - Empresa Eletrodireto S.A.

Títulos adquiridos em junho de 2006 e provisionados em 100% do seu valor em março de 2008, em face da Declaração de Falência - Proc. nº 152.01.2007.007476-5, em tramitação junto à 3ª Vara Cível da Comarca de Cotia - SP, em 20 de maio de 2008. Em 2015 o saldo atualizado é de R\$ 16.954 (R\$ 16.954 em 2014).

Anteriormente à Declaração de Falência da emitente, o Infraprev adotou as providências necessárias à defesa de seus interesses e distribuiu, em 21 de setembro de 2007, Ação de Execução contra os Avalistas da Operação - Proc. nº 583.00.2007.228369-1, em regular tramitação junto à 4ª. Vara Cível - SP, tendo em vista a frustração do pedido de Recuperação Judicial apresentado em 04 de julho de 2007.

A Entidade ingressou ainda, em abril de 2008, com habilitação de crédito na ação de recuperação judicial na 3ª Vara Cível da Comarca de Cotia - SP, conforme Processo 152.01.2007.007476-4/001, com a consequente decisão de habilitação de seu crédito naquele Juízo.

Plano	2015	2014
Contribuição Variável - CV	16.954	16.954
Total	16.954	16.954

d) Debêntures Não Conversíveis - Empresa Universidade Luterana do Brasil - ULBRA

Trata-se do ingresso em nossa carteira de 191 Debêntures provenientes do resgate total do fundo BB Infraprev Atuarial Plus Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado em julho de 2008 e provisionadas para perdas, por motivo de insolvência, em 100% de seu valor em agosto 2009. Em 2015 o saldo atualizado é de R\$ 112 (R\$ 112 em 2014).

A Planner Corretora de Valores S/A propôs em face da ULBRA Recebíveis S/A, Ação de Execução de Título Extrajudicial, em decorrência do descumprimento das Obrigações assumidas na Escritura de Emissão de Debêntures. O Processo Judicial encontra-se em regular tramitação perante a 1ª. Vara Cível - SP. - Proc, nº 583.00.2009.141772-0.

Plano	2015	2014
Contribuição Variável - CV	112	112
Total	112	112

e) Debêntures Não Conversíveis - Cia Aberta Construtora SULTEPA S/A

Trata-se de 440 de um total de 2.350 Debêntures Não Conversíveis da Terceira Emissão em função da Declaração de Vencimento Antecipado, emitida pelo Agente Fiduciário Planner Corretora de Valores S/A, com fulcro na cláusula 3.20, alínea "c" do Instrumento Particular de Escritura, por conta do não pagamento da parcela vencida em agosto de 2014, conforme previsto nos termos da Escritura de Emissão e respectivos aditamentos. Esta provisão teve início em outubro de 2014 e o seu saldo atualizado em 2015 é de R\$ 13.357 (R\$ 13.357 em 2014).

Plano	2015	2014
Benefício Saldado - BD-I	486	486
Benefício Definido - BD-II	91	91
Contribuição Variável - CV	12.780	12.780
Total	13.357	13.357

Ações

a) Ações à Vista - Empresa Américas Empreendimentos Artísticos S/A.

Essas ações foram adquiridas em junho de 1997 e provisionadas, por motivo de insolvência, em 100% do seu valor em dezembro de 2001. O saldo provisionado é de R\$ 3.102 para os exercícios de 2015 e 2014.

Plano	2015	2014
Contribuição Variável - CV	3.102	3.102
Total	3.102	3.102

5.4. Títulos e Valores Mobiliários por Categoria - Segregação Real por Plano

A partir de 1º de janeiro de 2011, o Infraprev adotou para os seus investimentos a estrutura MULTIFUNDO, situação que caracteriza uma gestão individualizada dos recursos por plano de benefícios, indicando que os ativos não estão investidos de forma coletiva.

A metodologia e os critérios adotados na segregação real dos ativos, direitos e obrigações de cada plano de benefícios, tomou por base a posição patrimonial correspondente ao mês de dezembro do exercício imediatamente anterior. A partir de então a movimentação dos fluxos primários, ou seja, arrecadação e pagamento de benefícios são feitos de forma segregada mantendo-se a independência do patrimônio e dos investimentos.

A seguir apresentamos os quadros apresentando os investimentos segregados por categoria e plano de benefícios e o PGA.

5.4.1. Plano de Contribuição Variável

Plano de Contribuição Variável		
	2015	2014
INVESTIMENTOS		
TÍTULOS PÚBLICOS	1.266.922	892.298
Títulos Públicos Federais	1.266.922	892.298
Notas do Tesouro Nacional	1.257.922	871.574
Letra do Tesouro Nacional	9.000	8.107
Letra Financeira do Tesouro	-	12.617
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	180.027	267.424
Instituições Financeiras	124.498	205.291
Cadernetas de Poupança	832	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	8.356	8.431
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	34.978	121.080
Outras Aplicações em Instituições Financeiras	80.332	75.780
Companhias Abertas	55.529	62.133
Debêntures Não Conversíveis	55.529	62.133
AÇÕES	154.756	240.535
Instituições Financeiras	48.542	88.417
Companhias Abertas	88.381	152.118
Empréstimos de Ações	17.833	-
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	807.104	711.834
Fundos de Renda Fixa	296.823	158.666
Fundos de Ações	70.215	67.691
Fundos Multimercado	39.876	66.069
Fundos de Direitos Creditórios	15.977	18.527
Fundos de Participações	357.656	372.789
Fundos Imobiliários	26.557	28.092
DERIVATIVOS	7.994	15.712
A Termo - Venda	7.994	15.712
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	183.474	174.840
Imóveis em Construção	28.038	27.679
Aluguéis e Rendas	155.435	147.161
Uso Próprio	135	148
Terrenos	88	113
Construções	56	42
Depreciações Acumuladas	-9	-7
Contas a Receber	1	-
Locadas a Terceiros	155.300	147.013
Terrenos	98.205	105.421
Construções	66.806	50.105
Depreciações Acumuladas	-11.200	-9.911
Instalações	-	66
Aluguéis a Receber	1.490	1.332
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	212.693	220.359
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	-	99
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	2.812.970	2.523.101

Outras aplicações em Instituições Financeiras referem-se às aplicações em Letras Financeiras de Instituições Financeiras e Letra Financeira Subordinada Nível II, que não possuem conta específica na planificação contábil padrão da PREVIC.

Composição dos Fundos de Investimento do Plano CV

Nome do Fundo	2015	2014
Fundos de Renda Fixa	296.823	158.665
Lancer FI RF Crédito Privado	64.268	50.673
BTG Pactual Capital Markets	-	50.519
Bradesco DI Premium	225.136	50.253
Modal Gaia Instit Recebíveis Imob	7.419	7.220
Fundos de Ações	70.215	67.692
Bogari Value FICFIA	-	15.873
SulAmérica Expertise FIA	7.920	12.792
Vinci Gas Dividendos FIA	-	16.061
Vinci Gas Valor SMLL FICFIA	9.863	11.463
Patria PIPE FICFIA	14.515	11.503
ISHARES IBOVESPA FIA - BOVA	37.917	-
Fundos Multimercado	39.876	66.069
GAP Absoluto FIM	-	31.285
Plural Capital FIC FIM	39.876	34.784
Fundos de Direitos Creditórios	15.977	18.527
Multissetorial MÁSTER	376	558
Multissetorial MÁSTER II	161	191
SUL INVEST 4ª SÉRIE	-	466
SUL INVEST 5ª SÉRIE	3.841	3.216
EXODUS I 13ª SÉRIE	4.233	6.588
VALOR 4ª SÉRIE	-	1.274
VINCI Crédito e Desenvolvimento	7.366	6.234

Composição dos Fundos de Investimento do Plano CV

Nome do Fundo	2015	2014
Fundos de Participações	357.656	372.791
FIP Brasil Energia	9.344	9.171
FIP Caixa Ambiental	5.514	9.673
FIP Florestas do Brasil	26.193	23.567
FIP Florestas do Brasil 2ª Emissão	4.901	4.410
FIP BR Educacional	-	8.019
FIP Multiner	78.538	78.790
FIP Multiner 2ª Emissão	62.607	62.808
FIP Multiner 3ª Emissão	21.114	20.878
FIP Coliseu	16.388	18.414
FIP Patriarca	723	657
FIP Riviera GR Industrial	26.582	14.995
FIP Kinea II Private Equity	5.970	4.431
FIP GTD	308	601
FIQ FIP Hamilton Lane	2.568	1.372
FIP Global Equity	95.568	113.801
FIP Bozano Educacional	114	402
P2 BR INFRAESTRUTURA FIC FIP	902	802
Gavea Institucional FIC FIP	322	-
Fundos Imobiliários	26.557	28.092
FI Imobiliário Via Parque Shopping	14.039	16.327
FI Imobiliário Panamby	12.518	11.764

5.4.2. Plano I de Benefício Definido (Saldado) - BD I

	BD I	
INVESTIMENTOS	2015	2014
TÍTULOS PÚBLICOS	55.534	48.001
Títulos Públicos Federais	55.534	48.001
Notas do Tesouro Nacional	55.534	48.001
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	1.129	5.258
Instituições Financeiras	-	3.906
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	-	3.906
Companhias Abertas	1.129	1.352
Debêntures Não Conversíveis	1.129	1.352
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	24.618	21.027
Fundos de Renda Fixa	17.133	11.731
Fundos Multimercado	-	1.088
Fundos de Direitos Creditórios	641	564
Fundos de Participações	6.844	7.644
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	1.287	1.413
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	82.568	75.699

Composição dos Fundos de Investimento do Plano BD I

Nome do Fundo	2015	2014
Fundos de Renda Fixa	17.133	11.730
Lancer FI RF Crédito Privado	817	644
BTG Pactual Capital Markets	-	5.432
Bradesco DI Premium	16.316	5.654
Fundos Multimercado	-	1.088
GAP Absoluto FIM	-	1.088
Fundos de Direitos Creditórios	642	564
Multissetorial MÁSTER	34	51
Multissetorial MÁSTER II	15	17
SUL INVEST 5ª SÉRIE	593	496
Fundos de Participações	6.843	7.646
FIP Brasil Energia	330	325
FIP Caixa Ambiental	195	342
FIP Florestas do Brasil	927	834
FIP BR Educacional	-	284
FIP Multiner	2.779	2.788
FIP Coliseu	579	652
FIP Global Equity	2.033	2.421

5.4.3. Plano II de Benefício Definido (Saldado) - BD II

	BD II	
INVESTIMENTOS	2015	2014
TÍTULOS PÚBLICOS	9.203	7.036
Títulos Públicos Federais	9.203	7.036
Notas do Tesouro Nacional	9.203	7.036
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	88	522
Instituições Financeiras	-	372
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	-	372
Companhias Abertas	88	150
Debêntures Não Conversíveis	88	150
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	2.914	3.297
Fundos de Renda Fixa	1.809	1.813
Fundos Multimercado	-	272
Fundos de Direitos Creditórios	88	75
Fundos de Participações	1.017	1.137
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	70	65
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	12.275	10.920

Composição dos Fundos de Investimento do Plano BD II

Nome do Fundo	2015	2014
Fundos de Renda Fixa	1.809	1.813
Lancer FI RF Crédito Privado	120	95
BTG Pactual Capital Markets	-	838
Bradesco DI Premium	1.689	880
Fundos Multimercado	-	272
GAP Absoluto FIM	-	272
Fundos de Direitos Creditórios	88	74
Multissetorial MÁSTER	2	3
Multissetorial MÁSTER II	1	1
SUL INVEST 5ª SÉRIE	85	71
Valor 2ª SÉRIE	-	-1
Fundos de Participações	1.017	1.137
FIP Brasil Energia	50	49
FIP Caixa Ambiental	29	51
FIP Florestas do Brasil	132	118
FIP BR Educacional	-	43
FIP Multiner	417	418
FIP Coliseu	87	98
FIP Global Equity	302	360

5.4.4. Plano Associativo Infraprev I - PAI I

	PAI I	
INVESTIMENTOS	2015	2014
Fundos de Investimentos	217	166
Fundos de Renda Fixa	217	166
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	217	166

Composição dos Fundos de Investimento do Plano PAI I

Nome do Fundo	2015	2014
Fundos de Renda Fixa	217	166
Bradesco Federal Extra	217	166

5.4.5. Plano de Gestão Administrativa - PGA

	PGA	
INVESTIMENTOS	2015	2014
TÍTULOS PÚBLICOS	34.501	35.786
Títulos Públicos Federais	34.501	35.786
Notas do Tesouro Nacional	28.170	26.133
Letra do Tesouro Nacional	6.331	5.731
Letra Financeira do Tesouro	-	3.922
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	-	2.105
Instituições Financeiras	-	2.105
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	-	376
Outras Aplicações em Instituições Financeiras	-	1.729
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	30.079	24.454
Fundos de Renda Fixa	30.062	24.430
Fundos de Direitos Creditórios	17	24
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	64.580	62.345

Composição dos Fundos de Investimento do Plano PGA

Nome do Fundo	2015	2014
Fundos de Renda Fixa	30.062	24.430
BTG Pactual Capital Markets	-	11.870
Bradesco DI Premium	30.062	12.559
Safra Executive III	-	1
Fundos de Direitos Creditórios	17	25
Multissetorial MÁSTER	12	18
Multissetorial MÁSTER II	5	6
VALOR 4ª SÉRIE	-	1

5.5. Títulos Marcados a Mercado e para Negociação

O Infraprev definiu através do estudo de ALM - Asset Liability Management, constante em sua Política de Investimentos para 2015, quais seriam seus ativos mantidos até o vencimento e quais os ativos elegíveis à negociação de modo a permitir o fiel cumprimento de seus compromissos atuariais.

5.5.1. Títulos para Negociação (Consolidado)

Os títulos marcados a mercado e para negociação referem-se a títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição, avaliados a valor de mercado, que estão demonstrados de acordo com o artigo 8.º da Resolução CGPC n.º 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC n.º 22, de 25 de setembro de 2006.

I - Títulos para negociação	Faixa de Vencimento	2015	2014
Debêntures Não Conversíveis de Cias Abertas	Acima de 31.12.2016	13.217	20.810
Fundos de Investimentos em Participações - FIP	Acima de 31.12.2016	338.429	354.163
Fundos de Investimentos em Participações - FIP	Até 31.12.2016	27.088	27.509
Fundos de Investimentos Imobiliário - FII	Acima de 31.12.2016	26.557	28.010
Fundo de Investimento Multimercado Estruturado	Acima de 31.12.2016	-	32.645
Fundos de Investimentos - Renda Fixa	Até 31.12.2016	385.920	224.274
Fundos de Investimentos em Ações - FIA	Até 31.12.2016	32.298	67.691
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	Até 31.12.2016	-	467
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	Acima de 31.12.2016	16.724	25.944
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Até 31.12.2016	-	16.540
Letras Financeiras de Instituições Financeiras	Até 31.12.2016	-	9.143
Letras Financeiras de Instituições Financeiras	Acima de 31.12.2016	6.864	6.013
Mercado à Vista	Até 31.12.2016	200.667	239.520
Derivativos	Até 31.12.2016	-	-29.269
Notas do Tesouro Nacional-NTN-C	Acima de 31.12.2016	5.156	5.086
Total de Títulos para Negociação		1.052.918	1.028.546

A seguir apresentam-se os títulos e valores mobiliários constantes da Carteira de Ativos do Infraprev, segregados por Plano de Benefícios e consolidado, classificado na categoria "Títulos mantidos até o Vencimento".

5.5.2. Títulos Mantidos até o Vencimento (Consolidado)

Os títulos mantidos até o vencimento possuem como objetivo proteger a parcela correspondente às obrigações futuras dos planos de benefício do Instituto, sem o comprometimento da liquidez. Dessa forma, a marcação desses títulos na curva deve estar aderente a capacidade financeira da entidade, em virtude do cumprimento de seus compromissos atuariais. A alocação desses títulos mantidos até o vencimento foi baseada em estudo de ALM - Asset Liability Management da entidade, constante em sua Política de Investimentos para 2016.

A partir do exercício de 2015, o Instituto passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado, conforme estabelece a Resolução CNPC nº de 16/2014 e Instrução nº 25/2015. (Ver ajuste de precificação dos títulos públicos na Nota 10.2)

II - Títulos mantidos até o vencimento	Faixa de Vencimento	2015	2014
Certificado de Recebíveis Imobiliários-CRI	Acima de 31.12.2016	8.356	8.430
Debêntures Não Conversíveis de Cias Abertas	Acima de 31.12.2016	43.529	42.826
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	Até 31.12.2016	34.978	96.020
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	Acima de 31.12.2016	-	29.714
Letra do Tesouro Nacional-LTN	Acima de 31.12.2016	15.331	13.838
Letras Financeiras de Instituições Financeiras	Acima de 31.12.2016	51.944	44.224
Letras Financeiras de Instituições Financeiras - Subordinadas	Acima de 31.12.2016	21.524	18.130
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Até 31.12.2016	70.418	2.742
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Acima de 31.12.2016	1.212.055	882.314
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Acima de 31.12.2016	63.200	62.600
Total		1.521.335	1.200.838

Na categoria de títulos mantidos até o vencimento (custo atualizado acrescido dos rendimentos auferidos) o Infraprev detém R\$ 1.521.335 (R\$ 1.200.838 em 2014), cuja manutenção não compromete a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez da Entidade.

Reclassificação de Títulos Mantidos até o Vencimento para Títulos Marcados a Mercado

O Infraprev, diante da oferta de recompra pela companhia Oi das Debêntures da 2ª série da 9ª Emissão da Brasil Telecom S/A - ("BRTO29"), após avaliação técnica, optou pela reclassificação e liquidação do ativo, durante o exercício findo em 2015.

A análise técnica do Instituto, identificou os seguintes pontos que embasaram os membros do Comitê de Gestão de Investimentos a deliberar quanto à remarcação e liquidação do ativo:

- Aumento da percepção de risco da emissora - a companhia vem apresentando elevado nível de endividamento, dificuldades de refinanciamento devido às condições econômicas atuais, deterioração de market share e provável processo de reestruturação societária no curto prazo.
- Possibilidade de reinvestimento em títulos públicos com taxas atrativas frente à taxa da debênture, com redução da exposição a risco de crédito privado diante da atual conjuntura econômica adversa.
- Risco de futuro desenquadramento passivo dos planos de benefícios com o contínuo processo de recompra pela companhia.

A deliberação do Comitê de Gestão de Investimentos do Instituto foi pela aprovação da reclassificação das debêntures BRTO29 de "títulos mantidos até o vencimento para títulos marcados à mercado". A reclassificação ocorreu no dia 30 de dezembro de 2015 e concomitantemente houve a liquidação, por recompra da emissora.

Foram apurados os resultados destacados abaixo:

Título	Qty	Data da Compra	Data Vencimento	Data da Reclassificação	Taxa de Remuneração	PU Curva (em 29/12/2015)	Taxa de Recompra	PU Recompra	Financeiro Recompra	Efeito no Resultado
BRTO29	8	04/07/2013	15/03/2020	30/12/2015	6,036866%	13.698,06996	6,49%	13.519,51138	108	-2
BRTO29	2	04/07/2013	15/03/2020	30/12/2015	6,036871%	13.698,06804	6,49%	13.519,51138	27	-
BRTO29	200	08/08/2013	15/03/2020	30/12/2015	6,440002%	13.530,22422	6,49%	13.519,51138	2.704	-2
Total									2.839	-4

Como a análise do Instituto indicava uma atratividade no reinvestimento em títulos públicos e, os ALM dos Planos de Benefícios realizado para 2016 indicaram a possibilidade de investimento em vencimentos longos sem comprometimento da liquidez, o Comitê de Gestão de Investimentos do Instituto, recomendou a aplicação do financeiro recuperado em NTN-B35. O alongamento em NTN-B35 foi efetuado no dia 30 de dezembro de 2015, no mesmo momento em que ocorreu a operação de reclassificação e recompra do ativo BRTO29, como informado abaixo:

Planos	Título	Qtd	Marcação	Data da Compra	Data Vencimento	Taxa	Financeiro
BD I	NTN-B	45	Curva	30/12/2015	15/05/2035	7,309003%	110
BD II	NTN-B	15	Curva	30/12/2015	15/05/2035	7,309003%	37
CV	NTN-B	200	Curva	30/12/2015	15/05/2035	7,309003%	2.774
Total							2.920

5.5.3. Plano de Contribuição Variável - CV

II - Títulos mantidos até o vencimento	Faixa de Vencimento	2015	2014
Certificado de Recebíveis Imobiliários-CRI	Acima de 31.12.2016	8.356	8.431
Debêntures Não Conversíveis de Cias Abertas	Acima de 31.12.2016	42.586	41.852
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	Até 31.12.2016	34.978	91.366
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	Acima de 31.12.2016	-	29.714
Letra do Tesouro Nacional - LTN	Acima de 31.12.2016	9.000	8.107
Letras Financeiras de Instituições Financeiras	Acima de 31.12.2016	51.944	44.224
Letras Financeiras de Instituições Financeiras -Subordinadas	Acima de 31.12.2016	21.524	18.130
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Até 31.12.2016	70.418	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Acima de 31.12.2016	1.120.672	805.408
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Acima de 31.12.2016	61.676	61.079
TOTAL		1.421.154	1.108.311

Na categoria de títulos mantidos até o vencimento (custo atualizado acrescido dos rendimentos auferidos) o Plano CV detém R\$ 1.421.154 (R\$ 1.108.311 em 2014), cuja manutenção não compromete a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez do Plano de Benefícios.

5.5.4. Plano I de Benefício Definido (Saldado) - BD I

II - Títulos mantidos até o vencimento	Faixa de Vencimento	2015	2014
Debêntures Não Conversíveis de Cia Aberta	Acima de 31.12.2016	900	910
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	Até 31.12.2016	-	3.906
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Até 31.12.2016	-	2.083
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Acima de 31.12.2016	54.167	44.552
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Acima de 31.12.2015	1.367	1.365
TOTAL		56.434	52.817

Na categoria de títulos mantidos até o vencimento (custo atualizado acrescido dos rendimentos auferidos) o Plano BD-I detém R\$ 56.434 (R\$ 52.817 em 2014), cuja manutenção não compromete a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez do Plano de Benefícios.

5.5.5. Plano II de Benefício Definido (Saldado) - BD II

II - Títulos mantidos até o vencimento	Faixa de Vencimento	2015	2014
Debêntures Não Conversíveis de Cias Abertas	Acima de 31.12.2016	43	64
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	Até 31.12.2016	-	372
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Acima de 31.12.2016	9.151	6.984
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Acima de 31.12.2016	52	52
TOTAL		9.246	7.472

Na categoria de títulos mantidos até o vencimento (custo atualizado acrescido dos rendimentos auferidos) o Plano BD-II detém R\$ 9.246 (R\$ 7.472 em 2014), cuja manutenção não compromete a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez do Plano de Benefícios.

5.5.6. Plano de Gestão Administrativa - PGA

II - Títulos mantidos até o vencimento	Faixa de Vencimento	2015	2014
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	Até 31.12.2016	-	376
Letra do Tesouro Nacional - LTN	Acima de 31.12.2016	6.331	5.731
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Até 31.12.2016	-	659
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	Acima de 31.12.2016	28.065	25.370
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	Acima de 31.12.2016	105	104
TOTAL		34.501	32.239

Na categoria de títulos mantidos até o vencimento (custo atualizado acrescido dos rendimentos auferidos) o Plano PGA detém R\$ 34.501 (R\$ 32.239 em 2014), cuja manutenção não compromete a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez do Plano.

5.6. Investimentos Imobiliários

No exercício de 2015, em atendimento à legislação vigente, foram procedidas reavaliações dos investimentos imobiliários, conforme laudos técnicos emitidos por profissionais e/ou empresas legalmente habilitados.

Os valores registrados refletem a posição patrimonial dos imóveis em 2015, cuja última reavaliação imobiliária ocorreu em dezembro de 2013.

Em conformidade com a legislação vigente, o processo de reavaliação imobiliária deve ocorrer, no máximo, até dezembro de 2018.

Abaixo apresentamos a composição da Carteira Imobiliária.

O total do investimento imobiliário alocado totalmente ao Plano CV é de R\$ 183.474 (R\$ 174.840 em 2014). Soma-se ao valor da carteira o montante de R\$ 1.500 (R\$ 1.407 em 2014) referentes a valores a receber de aluguéis e encargos.

A conclusão do processo de reavaliação imobiliária acarretou num incremento patrimonial no montante de R\$ 17.419, que foi contabilizado no Ativo - Investimentos Imobiliários, em contrapartida à conta de Rendas/Variações Positivas e/ou Deduções/Variações Negativas.

A empresa avaliadora de todos os imóveis esta detalhada abaixo:

Câmara de Consultores Associados Ltda - CCA, com sede na Av. Nossa Senhora de Copacabana, 769 - Grupo 502, Copacabana, Rio de Janeiro - RJ. Cep 22.050-002. Assinados pelos Engenheiros: Eliane H.C. Schiavo / CREA 1979.102.468-RJ e José Francisco da Hora / CREA 29.945/D-RJ.

Em Reais Mil

Imóvel	Data da Contabilização Reavaliação	Valor Contábil antes da Reavaliação	Valor Reavaliado	Varição Patrimonial	Valor Contábil 2015	Valor Contábil 2014	Vida Útil Remanescente
Imóveis em Construção					28.038	27.679	
Porto Atlântico - em construção	-	-	-		28.038	27.679	-
Aluguéis e Rendas					153.936	145.753	
R. das Marrecas, 39-3 vagas uso próprio	10/12/2015	146	135	-11	135	148	132 meses
Av. Almirante Barroso, 54 - 4º andar	-	-	-		-	7.519	-
R. da Assembléia, 10 sala 1412	10/12/2015	1.644	2.483	838	2.481	1.652	360 meses
R. da Assembléia, 10 sala 1413	10/12/2015	2.516	2.494	-22	2.492	2.527	360 meses
R. da Assembléia, 10 sala 2412	10/12/2015	1.715	2.483	768	2.481	1.722	360 meses
R. da Assembléia, 10 sala 2613	10/12/2015	2.616	3.600	984	3.596	2.627	360 meses
R. Conde de Baependi, 24	10/12/2015	7.827	7.136	-691	7.120	7.954	192 meses
R. das Marrecas, 39 - 5 Vagas Renda	10/12/2015	244	225	-19	224	247	132 meses
Pr. de Botafogo, 501 - Bloco II	10/12/2015	31.268	34.608	3.340	34.575	31.449	408 meses
Pr. de Botafogo, 501 - Bloco I	10/12/2015	30.365	34.608	4.243	34.575	30.541	408 meses
R. Primeiro de Março, 23/6º andar	10/12/2015	2.633	3.654	1.021	3.649	2.664	360 meses
R. Primeiro de Março, 23/7º andar	10/12/2015	2.633	3.248	615	3.244	2.664	360 meses
Av. Almirante Barroso, 52 - 230 1º andar	10/12/2015	6.968	6.412	-556	6.406	7.052	360 meses
Av. Almirante Barroso, 52 - 230 2º andar	10/12/2015	6.968	6.238	-730	6.233	7.052	360 meses
Av. Almirante Barroso, 52 - 240 1º andar	10/12/2015	7.297	6.412	-885	6.406	7.394	360 meses
Av. Almirante Barroso, 52 - 240 2º andar	10/12/2015	7.297	6.238	-1.059	6.233	7.394	360 meses
Av. Rio Branco, 103/19º andar	10/12/2015	3.075	4.695	1.620	4.690	3.105	240 meses
Av. Rio Branco, 116/11º andar	10/12/2015	3.419	5.250	1.831	5.246	3.457	360 meses
Av. Rio Branco, 116/12º andar	10/12/2015	3.436	5.250	1.814	5.246	3.475	360 meses
Av. Rio Branco, 116/16º andar	10/12/2015	3.938	5.250	1.312	5.246	3.970	360 meses
Av. Santo Amaro, 526 - São Paulo	10/12/2015	10.684	13.690	3.006	13.659	11.140	156 meses
TOTAL		136.689	154.109	17.419	181.974	173.432	

5.7. Operações com Participantes

As operações com participantes representam os empréstimos concedidos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos auferidos no período, deduzidas as amortizações.

Em 31 de dezembro, o saldo das operações com participantes líquido da provisão para perdas é de R\$ 214.050 (R\$ 221.837 em 2014).

Plano	2015	2014
Benefício Definido BD - I	1.287	1.413
Benefício Definido BD - II	70	65
Contribuição Variável - CV	212.693	220.359
TOTAL	214.050	221.837

As provisões para perdas relativas à inadimplência de operações de empréstimos concedidos a participantes dos planos de benefícios administrados pelo Infraprev foram constituídas conforme critérios estabelecidos pela Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. O valor da provisão em 2015 é de R\$ 8.445 (R\$ 5.734 em 2014). O aumento da inadimplência é decorrente do processo de desligamento dos participantes funcionários da Infraero e participantes ativos que migraram para a condição de Assistidos ou tiveram perda de gratificação, gerando uma queda da margem consignável. O montante de R\$ 8.445 representa 3,95% do saldo da carteira que no mesmo período totalizava R\$ 214.050. Os valores provisionados para perdas foram encaminhados ao escritório jurídico para as distribuições das ações judiciais de cobrança e recuperação dos respectivos créditos.

Plano	2015	2014
Benefício Definido BD - I	45	37
Contribuição Variável - CV	8.401	5.697
TOTAL	8.445	5.734

6. PERMANENTE

A composição dos saldos e das movimentações desta rubrica é demonstrada a seguir com as respectivas taxas de depreciações/amortizações:

IMOBILIZADO	Taxa Deprec. ao ano	2015			2014
		Custo Corrigido	Depreciação e Amortização	Valor Líquido	Valor Líquido
BENS MÓVEIS	-	2.789	-1.348	1.441	1.249
Instalações	10%	61	-39	23	27
Móveis e Utensílios	10%	1.043	-466	577	675
Máquinas e Equipamentos	10%	404	-186	218	249
Veículos	20%	73	-49	24	38
Computadores e Periféricos	20%	1.175	-589	586	243
Sistema de Comunicações	10%	33	-19	14	17
BENS IMÓVEIS	-	11.911	-15	11.896	15.838
Terrenos	-	8.054	-	8.054	12.270
Construções	2%	3.858	-15	3.842	3.568
Total do Imobilizado	-	14.700	-1.363	13.337	17.087
INTANGÍVEL		7.374	-2.566	4.808	2.843
Software	20%	677	-439	238	143
Desenvolvimento de Sistemas	20%	4.801	-1.620	3.180	2.322
Reorganização de Setores	20%	1.056	-93	963	322
Organização/Implantação de Entidade	20%	841	-413	428	56
Total do Intangível	-	7.374	-2.566	4.808	2.843
TOTAL DO PERMANENTE	-	22.075	-3.930	18.145	19.930

A variação de Bens Imóveis do exercício 2014 (R\$ 15.838) para o exercício 2015 (R\$ 11.896) é decorrente da venda compulsória do imóvel-sede, situado na Av. Almirante Barroso, 54 - 5º e 6º andares, para o Ministério Público Federal (Nota 12.2) e compra de um novo imóvel situado na Av. República do Chile, 230 /18º andar - Centro - RJ. Salientamos, que o referido imóvel foi adquirido no exercício atual, na data de 30 de setembro de 2015 e por isso não foi objeto de reavaliação.

7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O exigível operacional registra as obrigações ou dívidas conhecidas e determinadas dos Planos. A composição das contas que compõem esta rubrica do Exigível Operacional está demonstrada como segue:

Descrição	2015	2014
Gestão Previdencial	2.759	2.021
Benefícios de Renda Continuada	3	4
Benefícios de Prestação Única	24	-
Retenções Tributárias	868	516
Retenções Trabalhistas	138	269
Outras Exigibilidades	1.726	1.232
Gestão Administrativa	2.436	2.414
Pessoal e Encargos	1.391	1.368
Fornecedores	499	629
Encargos Diversos	275	132
Créditos de Patrocinadoras	2	4
Retenções Tributárias	267	197
Tributos a Recolher	-	82
Outras Exigibilidades (i)	2	2
Investimentos	5.796	5.148
Ações (ii)	3.538	-
Imóveis em Construção (iii)	1.359	5.066
Aluguéis e Rendas	837	10
Empréstimos	11	29
Outras Exigibilidades	50	43
Total	10.991	9.583

- i. O saldo da rubrica Outras Exigibilidades de R\$ 1.726 contempla o valor de R\$ 1.695, registrado na conta 2.1.1.9.01.01 e contrapartida nas contas 4.1.1.1.01.01, 4.1.2.1 e 4.1.2.2 dos planos, referente ao custeio administrativo do mês.
- ii. O valor de R\$ 3.538 em Ações no grupo Investimentos refere-se a valores a liquidar de compras de Ações Itaú S/A - PN no Mercado à vista.
- iii. O valor de R\$ 1.359 (R\$ 5.066 em 2014) na rubrica de imóveis em construção refere-se à aquisição do consórcio Porto Atlântico, adquirido em 2014, cujos valores pagos no exercício totalizam R\$ 3.706 referentes a pagamentos do consórcio e encargos da construção.

8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

O exigível contingencial registra as possíveis perdas que os Planos venham a sofrer, especialmente, em razão de decisões judiciais que lhes sejam desfavoráveis. A administração do Infraprev, com base em informações de seus assessores jurídicos e das demandas judiciais pendentes, considerou necessário constituir a provisão para os processos ajuizados, relacionados às áreas trabalhistas, previdenciais e investimentos, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. O valor provisionado em 2015 é de R\$ 752 (R\$ 5.415 em 2014).

Os depósitos judiciais, classificados no Ativo, montam a importância de R\$ 4.759 (R\$ 5.110 em 2014).

Foram provisionados os valores das ações de natureza cíveis e trabalhistas de acordo com a classificação de assessores jurídicos externos, segregados por gestão e por plano, conforme abaixo:

Descrição	Dezembro/2015					
	Depósito Judicial	Contingência Total	Contingência (-) Dep. Judicial	Atualização sobre as Diferenças	Plano	Probabilidade
Revisão de Benefícios	166	56	-109	13	BD-I	Provável
Revisão de Benefícios	396	195	-201	114	CV	Provável
Reintegração ao Plano de Benefício	6	2	-5	1	CV	Provável
Suspensão de Contribuições	-	498	499	133	BD-I	Provável
Total da Gestão Previdencial	568	752	184	261	-	

Descrição	Dezembro/2015					
	Depósito Judicial	Contingência Total	Contingência (-) Dep. Judicial	Atualização sobre as Diferenças	Plano	Probabilidade
Cobrança de Contribuições Previdenciárias	766	-	-766	-	PGA	Possível
PIS/COFINS - Lei nº 9.718	3.425	-	-3.425	-	PGA	Remota
Total da Gestão Administrativa	4.191	-	-4.191	-	-	
Total	4.759	752	-4.007		-	

Descrição	Dezembro/2014					
	Depósito Judicial	Contingência Total	Contingência (-) Dep. Judicial	Atualização sobre as Diferenças	Plano	Probabilidade
Revisão de Benefícios	25	40	16	20	BD-II	Provável
Revisão de Benefícios	669	687	18	98	CV	Possível
Reintegração ao Plano de Benefício	6	233	227	94	CV	Provável
Total da Gestão Previdencial	700	960	261	213	-	

Descrição	Dezembro/2014					
	Depósito Judicial	Contingência Total	Contingência (-) Dep. Judicial	Atualização sobre as Diferenças	Plano	Probabilidade
Reclamações Trabalhistas	4	-	-4	-	PGA	Remota
Cobrança de Contribuições Previdenciárias	766	766	-	-	PGA	Possível
PIS/COFINS - Lei nº 9.718	3.425	3.425	-	-	PGA	Remota
DIRF/2001 - Cobrança de Multa	116	116	-	-	PGA	Remota
Total da Gestão Administrativa	4.311	4.308	-4	-	-	

Descrição	Dezembro/2014					
	Depósito Judicial	Contingência Total	Contingência (-) Dep. Judicial	Atualização sobre as Diferenças	Plano	Probabilidade
IPTU/1999	99	147	48	-	CV	Remota
Total do Investimento	99	147	48	-	-	
Total	5.110	5.415	305	213	-	

8.1. Contingências Previdenciais

a) Revisão de Benefícios

Trata-se de reclamações judiciais promovidas contra o patrocinador do Plano e contra a entidade questionando revisão de benefício por desconformidade com alteração do Regulamento do Plano.

b) Reintegração ao Plano de Benefícios

São ações demandadas contra a entidade por ex-participantes que já se desligaram dos patrocinadores e do plano de benefícios e que agora questionam sua reintegração ao plano novamente como participantes.

8.2. Contingências Administrativas

a) Reclamações Trabalhistas

Existem ações trabalhistas de ex-empregados contra o Infraprev, por meio das quais os reclamantes questionam a liquidação de verbas rescisórias não pagas ou pagas supostamente por valor menor que o devido.

b) Cobrança de Contribuições Previdenciais

A Receita Federal do Brasil questiona administrativamente a cobrança de contribuições sociais sobre os benefícios concedidos a seus empregados. O Infraprev efetuou depósito judicial, interpondo recurso e aguarda a tramitação final do processo.

c) PIS e COFINS - Lei 9.718

O Infraprev impetrou Mandado de Segurança contra a Receita Federal do Brasil pleiteando a devolução das contribuições para o PIS/PASEP e COFINS recolhidas indevidamente nos exercícios de janeiro de 2006 a setembro de 2009 e a compensação dos valores recolhidos de outubro de 2009 até abril de 2010, obtendo êxito de acordo com o acórdão datado de 31 de julho de 2007.

Não havendo a interposição de recursos pela União, sobreveio o trânsito em julgado do acórdão, ocorrido no dia 24 de abril de 2008. Em seguida, os autos foram baixados à instância de origem, pelo que o Instituto deu início à execução do título judicial transitado em julgado, tendo requerido:

- no processo judicial, o levantamento do saldo integral e atualizado existente nas contas de depósito judicial do PIS e da COFINS, realizados a partir de janeiro de 2006;
- e, administrativamente, ingressou com o “Pedido de Habilitação de Créditos decorrentes de Decisão Judicial Transitada em Julgado”, para fins de devolução do indébito recolhido desde janeiro de 2002.

Não obstante as alegações da União, foi indeferido o seu pedido de conversão em renda e, por consequência, autorizada a devolução dos depósitos do PIS e da COFINS em prol do Instituto, conforme decisão abaixo:

“I - Indeferido o requerimento de fls. 599/605, uma vez que o acórdão transitado em julgado reconheceu a inexigibilidade da incidência do PIS e da COFINS sobre a base de cálculo prevista pelo art. 3, § 1º da Lei n. 9.718/98, e o direito do impetrante de compensar o indébito tributário apurado a partir de janeiro de 2002 (fls. 401/414, 559/565)”.

Em 2012, a Procuradoria da Fazenda Nacional apresentou recurso de agravo de instrumento e posteriormente, submetido o agravo a julgamento pela Turma julgadora, negou-se provimento ao recurso da União, sob o entendimento que a Entidade sagrou-se vencedora na ação e, portanto, à ela cabe o levantamento dos depósitos judiciais.

Atualmente o Instituto está empenhado na recuperação dos valores frente à Receita Federal do Brasil, pois aguardamos o julgamento final do agravo de Instrumento interposto pela União federal, cuja probabilidade de perda pode ser classificada como “remota”, em vista de qualquer revisão do referido acórdão, configuraria ofensa à coisa julgada, em razão do trânsito em julgado.

9. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas e os Fundos Previdenciários foram constituídos e consignados contabilmente de acordo com a Resolução CNPC nº 08/2011 e IN nº 34/2009, com base em cálculos atuariais elaborados por consultoria atuarial externa, conforme pareceres atuariais dos planos administrados pelo Infraprev datados de 27 de janeiro de 2016, para

o Plano Associativo Infraprev I, de 28 de janeiro de 2016 para o Plano I de Benefícios (Salvado), para o Plano II de Benefícios - BD II; e para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - CV. Com relação as Provisões Matemáticas dos planos previdenciários podemos afirmar que:

Premissas Atuárias - Plano BD I		
Descrição	2015	2014
Duration do Passivo	10,80 anos	10,80 anos
Taxa real de juros	5,5	5,5
Crescimento real de salários	2	2
Tábua de mortalidade geral	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas Agravada em 50%	Alvaro Vindas Agravada em 50%
Composição familiar	90% Casados, diferença de 4 anos entre conjuges (Homem mais velho)	90% Casados, diferença de 4 anos entre conjuges (Homem mais velho)
Benefícios concedidos	146	139
Aposentados	87	82
Pensionistas	59	57
Benefícios a conceder		
Cônjuge	90%	90%
Filhos (quantidade)	2	2

Premissas Atuárias - Plano BD II		
Descrição	2015	2014
Duration do Passivo	12,00 anos	12,00 anos
Taxa real de juros	5,5	5,5
Crescimento real de salários	2	2
Tábua de mortalidade geral	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas Agravada em 50%	Alvaro Vindas Agravada em 50%
Composição familiar	90% Casados, diferença de 4 anos entre conjuges (Homem mais velho)	90% Casados, diferença de 4 anos entre conjuges (Homem mais velho)
Benefícios concedidos	20	21
Aposentados	7	8
Pensionistas	13	13
Benefícios a conceder		
Cônjuge	90%	90%
Filhos (quantidade)	2	2

Premissas Atuárias - Plano CV		
Descrição	2015	2014
Duration do Passivo	10,60 anos	10,60 anos
Taxa real de juros	5,5	5,5
Crescimento real de salários	2	2
Tábua de mortalidade geral	AT 2000	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas Agravada em 50%	Alvaro Vindas Agravada em 50%
Composição familiar	90% Casados, diferença de 4 anos entre conjuges (Homem mais velho)	90% Casados, diferença de 4 anos entre conjuges (Homem mais velho)
Benefícios concedidos	2.748	2.645
Aposentados	2.009	1.949
Pensionistas	739	696
Benefícios a conceder		
Cônjuge	90%	90%
Filhos (quantidade)	2	2

9.1. Composição das Provisões Matemáticas

PROVISÕES MATEMÁTICAS - CONSOLIDADA		
DESCRIÇÃO	2015	2014
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	872.976	754.786
Benefícios do Plano	872.976	754.786
Contribuição Definida	45.287	27.858
Benefício Definido	827.689	726.928
BENEFÍCIOS A CONCEDER	2.020.124	1.797.924
Benefícios do Plano com a Geração Atual	2.020.124	1.797.924
Contribuição Definida	1.736.846	1.550.059
Benefício Definido	283.278	247.865
BD Estrut. em Regime de Capit. Programado	25.926	27
BD Estrut. em Regime de Capit. Não Programado	257.352	221
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-199	-940
(-) Serviço Passado	-50	-72
(-) Déficit Equacionado	-149	-868
TOTAL	2.892.900	2.551.770

10. RESULTADOS REALIZADOS

10.1. Equilíbrio Técnico

a) Plano I de Benefício Definido (Saldado)

O Plano I de Benefício Definido (Saldado) apresenta Superávit Técnico no encerramento de 2015 no montante de R\$ 8.851.

O Plano encerra o exercício mantendo a situação superavitária, entretanto em um patamar inferior ao observado na Avaliação Atuarial de 2014.

b) Plano II de Benefício Definido

No encerramento do exercício de 2015, para o Plano BD II, a situação superavitária foi mantida.

O Plano II de Benefício Definido apresenta Superávit Técnico em 2015 no montante de R\$ 2.534.

O valor de excesso do Patrimônio de Cobertura do plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para a constituição da reserva de contingência, conforme o disposto no parágrafo único do Artigo 7º na Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008.

Considerando que o Superávit Técnico existente é superior ao limite permitido pela artigo 7 da Resolução CGPC nº 26/2008 para constituição da Reserva de Contingência, dado pela fórmula, mínimo {25%; [10% + (1% x duração do passivo)]} x Provisão Matemática. O excedente foi utilizado para constituição de Reserva Especial para Revisão do Plano.

A Resolução CNPC nº 22/2015, dispõe que:

“Caso o plano adote hipóteses atuariais cuja aplicação resulte em provisões matemáticas inferiores às obtidas com a aplicação das hipóteses especificadas a seguir, anteriormente à destinação deverão ser deduzidos da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado, os valores correspondentes à diferença entre as provisões matemáticas calculadas com as hipóteses efetivamente adotadas pelo plano e aquelas calculadas com as seguintes hipóteses:”

- Tábua de Mortalidade: AT 2000 suavizada em 10%
- Taxa de Juros de 4,72%

Sendo assim, apurou-se que a diferença entre as provisões calculadas com as hipóteses efetivamente adotadas e as provisões calculadas com as hipóteses estipuladas pela legislação é superior à Reserva Especial contabilizada e portanto no encerramento do exercício de 2015 não há Reserva Especial a ser destinada.

c) Plano de Contribuição Variável - CV

O Plano CV encerrou o exercício de 2015 com Déficit Técnico de R\$ 39.192.

É importante registrar que a nova legislação, Resolução CNPC nº 22, de novembro de 2015, dispõe que deverá ser elaborado o plano de equacionamento de déficit até o final do exercício subsequente, somente se o déficit for superior ao limite calculado pela seguinte fórmula: Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática.

O cálculo do limite do déficit do Plano CV foi de aproximadamente R\$ 67 milhões, dessa forma, considerando que o déficit técnico acumulado do Plano CV foi de R\$ 39 milhões não será necessário elaborar Plano de Equacionamento para o referido Plano.

Por oportuno, é importante destacar também, que o ajuste de precificação nos títulos públicos federais pode ser acrescido ou deduzido do resultado, para fins de equacionamento. O ajuste de precificação para os títulos que compõem a Carteira do Plano CV foi de aproximadamente R\$ 80 milhões, ou seja, caso fosse necessário este valor seria suficiente para reversão do déficit apurado.

d) Plano Associativo Infraprev I - PAI I

Não ocorreram variações significativas nas Provisões Matemáticas do Plano Associativo Infraprev I.

Ao longo do exercício de 2015, não houve concessão de benefícios, dessa forma, não houve constituição de Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

10.2. Equilíbrio Técnico Ajustado

A Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, estabelecendo novas condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento do déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

A Instrução PREVIC nº 19/2015, tratou das questões da Resolução CPNC nº 16/2014, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos

títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação do superávit técnico.

A partir do exercício de 2015, o Instituto passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios - DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº de 16/2014 e Instrução nº 25/2015. (Ver quadros págs. 32 a 35)

Esse ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,50% e o valor contábil desses títulos. Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que tem por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão.

Os ajustes de precificações dos títulos públicos de 31 de dezembro de 2015 dos planos seguem discriminados abaixo:

a) Ajuste de Precificação - Plano I de Benefício Definido (Saldado)

Por meio da planilha disponibilizada pela Portaria PREVIC nº 708, de 22/12/2015, foi calculado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, que em 31 dezembro de 2015 corresponde a R\$ 3.820.

De acordo com a metodologia constante nos referidos normativos a duração do passivo do Plano I de Benefício Definido resultou em 10,51 anos, com uma taxa de juros real anual de 5,50% ao ano.

Ajuste de Precificação de Títulos Públicos - Plano BD I					
Ativo	Vencimento	Quant.	Valor Contábil 31/12/2015	Valor Ajustado 31/12/2015	Ajuste
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2017	873	2.405	2.454	49
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	110	315	315	0
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	1.235	3.457	3.569	112
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	750	2.064	2.183	119
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	2.171	5.581	6.360	779
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	2.560	7.180	7.614	434
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	45	110	133	24
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	4.900	13.870	14.809	940
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	2.506	6.148	7.512	1.364
TOTAL		15.150	41.129	44.950	3.820

b) Ajuste de Precificação - Plano II de Benefício Definido

A adequação da taxa real de juros, para atendimento ao disposto na Instrução PREVIC nº 23/2015, foi objeto de estudo técnico elaborado pela Mercer, e teve como objetivo comprovar a adequação da hipótese da taxa real de juros, de 5,50%, utilizada na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2015, à rentabilidade futura dos investimentos do Plano.

De acordo com a metodologia constante nos referidos normativos a duração do passivo do Plano II de Benefício Definido resultou em 11,67 anos, com uma taxa de juros real anual de 5,50% ao ano e o valor calculado considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, que em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 766.

Ajuste de Precificação de Títulos Públicos - Plano BD II					
Ativo	Vencimento	Quant.	Valor Contábil 31/12/2015	Valor Ajustado 31/12/2015	Ajuste
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2017	149	411	419	8
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	219	618	633	15
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	375	964	1.098	135
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	131	362	390	28
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	469	1.164	1.388	224
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	730	2.129	2.206	78
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	565	1.415	1.694	279
TOTAL		2.638	7.062	7.828	766

c) Ajuste de Precificação - Plano de Contribuição Variável - CV

De acordo com a metodologia constante nos referidos normativos a duração do passivo do Plano de Contribuição Variável resultou em 10,61 anos, com uma taxa de juros real anual de 5,50% ao ano e o valor calculado considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, que em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 81.171.

Ajuste de Precificação de Títulos Públicos - Plano CV - (Continuação)					
Ativo	Vencimento	Quant.	Valor Contábil 31/12/2015	Valor Ajustado 31/12/2015	Ajuste
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2016	25.000	70.418	71.034	616
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2017	22.729	62.621	63.903	1.282
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	7.500	21.041	21.505	465
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2019	8.000	22.017	22.696	679
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	25.212	70.738	72.857	2.120
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	16.600	47.441	48.320	878
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	25.630	66.594	75.078	8.484
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	20.530	57.977	61.059	3.082
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	46.575	115.989	137.860	21.871
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	26.170	74.040	79.093	5.054
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	86.778	217.723	260.129	42.406
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	24.000	78.994	73.228	-5.766
TOTAL		334.724	905.593	986.763	81.171

11. FUNDOS

11.1. Gestão Previdencial

Plano de Contribuição Variável - CV

Registra a constituição/reversão dos fundos calculados atuarialmente para atender a Gestão Previdencial dos planos de benefícios administrados pela entidade.

Os recursos alocados ao Fundo Previdencial em 2015, no montante de R\$ 33.948 (R\$ 26.134 em 2014), tem como finalidade o registro referente à constituição do Fundo Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar.

11.2. Gestão Administrativa

Plano de Benefícios. O Fundo Administrativo é constituído ou revertido para cada plano pela diferença positiva ou negativa entre os valores aportados de custeio administrativo adicionado dos rendimentos da aplicação dos recursos deste fundo administrativo, em relação às despesas administrativas apropriadas a cada Plano de Benefício.

Conforme determina a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, ao final de cada mês, registra-se nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo, a participação do plano de benefícios previdenciários no Fundo Administrativo registrado no PGA.

O Fundo Administrativo constituiu o montante de R\$ 4.849 em 2015 (reversão de R\$ 5.940 em 2014), que incorporados ao saldo do exercício anterior totaliza R\$ 88.183 este exercício (R\$ 83.334 em 2014).

11.3. Investimentos

O Fundo Garantidor de Empréstimos representa os recursos necessários à cobertura de eventuais perdas decorrentes de morte ou inadimplência dos mutuários com empréstimos concedidos aos participantes e assistidos dos planos de benefícios administrados pela entidade.

O Fundo Garantidor de Empréstimos registrou em 2015 uma reversão de R\$ 2.182 (constituição de R\$ 3.251 em 2014) e apresenta para este exercício, saldo de R\$ 12.705 (R\$ 14.887 em 2014).

O mesmo é subdividido em dois subfundos, conforme norma interna da Entidade, nas contas abaixo:

CONTA	DESCRIÇÃO	2015	2014
2.3.2.3.03.01	Fundo de Quitação por Morte	10.702	11.690
2.3.2.3.03.02	Fundo de Quitação por Inadimplência	2.002	3.197
TOTAL		12.705	14.887

12. RESULTADO ADMINISTRATIVO

12.1. Receitas Administrativas

DESCRIÇÃO	2015	2014
Receitas	17.923	15.112
Gestão Previdencial	9.651	6.539
Investimentos	8.219	8.573
Diretas	53	-

No exercício houve um aumento da contribuição administrativa em razão da revisão do Plano de Custeio Administrativo, aplicado a partir de abril de 2015.

12.2. Despesas Administrativas

Rubricas	2015	2014
Pessoal e Encargos	14.387	13.277
Conselheiros	86	74
Dirigentes	1.985	1.757
Pessoal Próprio	12.200	11.314
Estagiários	116	124
Outras Despesas	-	8
Treinamento Congresso e Seminário	179	166
Viagens e Estadias	688	600
Serviços de Terceiros	4.895	3.938
Pessoa Física	5	29
Consultoria Atuarial - Comum	-	27
Consultoria Atuarial - Específica	341	303
Gestão/Planejamento Estratégico	51	2.451
Consultoria de Investimentos	628	403
Auditoria Externa	283	69
Consultoria Jurídica - Comum	504	540
Consultoria Jurídica - Específica	-	116
Outras	3.083	-
Assessoria Técnica	587	-
Processamento de Dados	2.409	-
Microfilmagem	84	-
Consultoria Imobiliária	3	-
Despesas Gerais	2.335	2.197
Depreciações a Amortizações	733	916
Tributos	1.380	-
Outras Despesas *	2.063	-
Perdas na Alienação de Bens	2.063	-
Total	26.659	21.094

* As outras despesas referem-se a perda na venda do imóvel sede.

No exercício o percentual das despesas em relação aos recursos garantidores dos planos de benefícios foi de 0,94% contra um percentual de 0,81% no exercício de 2014.

Esse aumento ocorreu principalmente pelos tributos a recolher de PIS/COFINS que a entidade passou a recolher a partir de Janeiro de 2015 e com a realização de perda econômica na operação de venda dos imóveis sede do Infraprev para o Ministério Público Federal. No entanto, pelo custo de oportunidade, essa operação gerou um resultado financeiro positivo de R\$ 6.870 se comparado ao IGP-M, R\$ 3.366 se comparado a Selic e R\$ 3.619 se comparado a Meta Atuarial. O valor pago pelo Ministério Público Federal em 26 de maio de 2015, pelo 5º e 6º andares, totalizaram R\$ 13.930.

12.3. Constituição e Reversão de Fundos

DESCRIÇÃO	2015	2014
(+) Custeio Administrativo Previdencial	9.651	6.539
(+) Custeio Administrativo Investimentos	8.219	8.573
(+) Receitas Administrativas	53	-
(-) Despesas da Administração Previdencial	-12.576	-10.231
(-) Despesas da Administração Investimentos	-14.082	-10.863
(-) Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-8.428
(=) Sobras (Insuficiências) do Custeio Administrativo	-8.736	-14.410
(+/-) Contingências Administrativas	4.188	984
(+/-) Resultado Investimentos Administrativos	9.397	7.486
(=) Formação (Reversão) Fundo Administrativo	4.849	-5.940

13. RESULTADO DOS INVESTIMENTOS

Demonstramos a seguir o resultado dos investimentos, por segmentos.

13.1. Resultado Bruto

O resultado bruto dos investimentos está representado pelas variações positivas deduzidas das variações negativas do período, conforme abaixo:

SEGMENTOS	2015	2014
Títulos Públicos	184.350	111.517
Créditos Privados e Depósitos	37.426	57.338
Ações	-15.772	15.719
Fundos de Investimentos	21.432	41.385
Derivativos	5.161	-2.217
Investimentos Imobiliários	28.541	12.313
Empréstimos e Financiamentos	31.358	29.822
Relacionados com o Disponível	-115	-116
TOTAL	292.380	265.761

13.2. Resultado Líquido

O resultado líquido dos investimentos está representado pelo resultado acima deduzido do custeio administrativo, conforme segue:

SEGMENTOS	2015	2014
Títulos Públicos	178.643	107.630
Créditos Privados e Depósitos	36.267	55.339
Ações	-15.284	15.172
Fundos de Investimentos	20.768	39.942
Derivativos	5.001	-2.140
Investimentos Imobiliários	27.657	11.883
Empréstimos e Financiamentos	31.224	29.478
Relacionados com o Disponível	-115	-116
TOTAL	284.161	257.188

13.3. Resultados do Fluxo dos Investimentos

O resultado positivo obtido na apuração do fluxo dos investimentos em 2015 monta a importância de R\$ 286.656 (R\$ 254.228 em 2014). Sendo proveniente da Gestão Previdencial R\$ 277.259 (R\$ 246.742 em 2014) e da Gestão Administrativa R\$ 9.397 (R\$ 7.486 em 2014).

CARLOS FREDERICO AIRES DUQUE

Diretor-Superintendente

CPF: 828.953.507-44

MIGUEL ALEXANDRE DA CONCEIÇÃO DAVID

Diretor de Administração e Finanças

CPF: 496.736.377-68

DIBLAIM CARLOS DA SILVA

Diretor de Benefícios

CPF: 030.093.007-00

MAURICIO RAVIZZINI MONTEIRO

Técnico em Contabilidade

CRC-RJ 118.013/0-3

CPF: 783.774.987-15

Parecer Atuarial

Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável

1) Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável, administrado pelo Instituto Infraero de Seguridade Social - Infraprev, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31 de dezembro de 2015.

2) Perfil dos Participantes

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 01/07/2015.

Qualidade da Base Cadastral

Os dados individuais foram fornecidos pelo Infraprev à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com o Instituto, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o Infraprev a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas ao lado:

Participantes Ativos

Descrição	
Número	10.999
Idade Média (anos)	44,5
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	15,8
Tempo de Contribuição Médio (anos)	13,7
Salário Real de Benefício Médio (R\$)	7.740,92
Folha Anual do Salário Real de Benefício (R\$)	1.106.791.602,67

Participantes Autopatrocinados

Descrição	
Número	138
Idade Média (anos)	40,2
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	11,0
Salário Real de Benefício Médio (R\$)	6.592,70
Folha Anual do Salário Real de Benefício (R\$)	11.827.295,35

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Descrição	
Número	91
Idade Média (anos)	38,4

Participantes Assistidos e Beneficiários

Descrição	
Aposentados	
Número	1.708
Idade Média (anos)	68,0
Benefício Mensal Médio em R\$	2.444,88
Aposentados Inválidos	
Número	301
Idade Média (anos)	58,7
Benefício Mensal Médio em R\$	2.057,48
Beneficiários	
Número	739
Idade Média (anos)	64,0
Benefício Mensal Médio em R\$	1.423,94
Total	
Número	2.748
Idade Média (anos)	65,9
Benefício Mensal Médio em R\$	2.127,89

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante corresponderem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 01/07/2015. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2015, refletindo o conceito de capacidade.

3) Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo a longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5,5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	2% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0% a.a.
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	Experiência Infraprev
Tábua de mortalidade geral ⁽⁴⁾	AT-2000 BASIC, segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas Agravada em 50%
Outras hipóteses biométricas utilizadas ⁽⁵⁾	Entrada em Aposentadoria, Opção pelos Institutos e Composição Familiar

⁽¹⁾ O indexador utilizado para fins de definição da hipótese de inflação para a meta atuarial é o INPC do IBGE.

⁽²⁾ A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela Patrocinadora levando em consideração a sua expectativa futura de concessão de aumentos salariais reais de longo prazo.

⁽³⁾ Pela experiência INFRAPREV, a rotatividade varia de acordo com a idade:

- Até 30 anos: 2,5% a.a.;
- De 31 a 40 anos: 1% a.a.;
- De 41 a 58 anos: 0,5% a.a.;
- Demais idades: Nula.

A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativa futura da Patrocinadora.

⁽⁴⁾ Foi utilizada a tábua AT-2000-BASIC, segregada por sexo.

⁽⁵⁾ Entrada em aposentadoria: 100% na primeira elegibilidade ao benefício integral. Adota-se a hipótese de que o Participante já é elegível ao INSS na primeira elegibilidade ao benefício integral. Foi utilizada a hipótese de que 100% dos Participantes que irão se desligar do Plano, antes de atingir a elegibilidade ao benefício de aposentadoria, optarão pelo Benefício Proporcional Diferido. Composição Familiar: percentual de Participantes Ativos casados na data da aposentadoria de 90% e diferença de idade entre os cônjuges de 4 anos.

Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do plano estão concentrados na rentabilidade futura, na mortalidade geral e na entrada em invalidez, por se tratar de um plano na modalidade de contribuição variável, no qual os benefícios afetados pelas hipóteses adotadas são a renda mensal vitalícia, o pecúlio e os benefícios a conceder, nos casos de morte ou invalidez.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados em 2014 e 2015, que tomaram como base a população existente nos Planos administrados pelo Infraprev e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto no item 1.3 da Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado no Infraprev.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros, para atendimento ao disposto na Instrução Normativa PREVIC nº 23/2015, foi objeto de Estudo Técnico elaborado pela Mercer. O Estudo Técnico teve como objetivo comprovar a adequação da hipótese da taxa real de juros, a ser utilizada na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2015, à rentabilidade futura dos investimentos do Plano.

Com base nos resultados dos estudos supracitados a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo do Instituto aprovaram a manutenção da taxa real anual de juros em 5,5% a.a.

Destacamos que a taxa real anual de juros de 5,5% a.a. atende ao disposto na legislação para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2015 e corresponde àquela que foi adotada para as projeções atuariais do Plano.

Informamos que as premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado para avaliação dos benefícios de Aposentadoria, Benefício por Desligamento, Portabilidade e Resgate foi Capitalização Individual. O método atuarial adotado para a avaliação dos benefícios de Invalidez, Pensão por Morte, Pecúlio por Morte, Auxílio-Doença, assim como a avaliação dos benefícios dos Participantes Assistidos foi o Agregado. O benefício de Auxílio Reclusão foi considerado imaterial para fins da Avaliação Atuarial, em função da experiência do Instituto.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006 que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4) Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pelo Infraprev, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2015 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pelo Infraprev posicionados em 31/12/2015.

CONTA	NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	2.902.202.319,02
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	2.771.273.946,96
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	2.810.465.587,44
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	816.565.938,02
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	45.286.666,02
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	45.286.666,02
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	771.279.272,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	518.655.186,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	252.624.086,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.993.899.649,42
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	1.736.625.815,17
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/ Instituidor(es)	764.843.657,86
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	971.782.157,31
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	257.273.834,25
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	388.951.361,47
	Fundador	194.277.783,24
	Não Fundador	194.673.578,23
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	65.838.763,61
	Fundador	0,00
	Não Fundador	65.838.763,61
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	65.838.763,61
	Fundador	0,00
	Não Fundador	65.838.763,61

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(39.191.640,48)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(39.191.640,48)
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	39.191.640,48
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	130.928.372,06
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	33.947.624,86
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	33.947.624,86
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	0,00
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	0,00
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	85.105.492,75
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	11.875.254,45

Os valores das provisões matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável vigente em 31 de dezembro de 2015, Plano este que se encontra em manutenção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável no exercício de 2015.

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pelo Infraprev.

Em relação à estruturação das Provisões observamos ainda o que se segue:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);
- b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);
- c) As provisões referentes a futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados);
- d) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados);
- e) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Em atendimento ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, informamos que o Plano de Contribuição Variável mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos pelo Infraprev que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

Por meio da planilha disponibilizada pela Portaria PREVIC nº708, de 22/12/2015, foi calculado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada nesta avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, que, em 31/12/2015 corresponde a R\$ 81.170.695,85.

Varição nas Provisões Matemáticas

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2014, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

Natureza do Resultado

O principal fator que levou à constituição de déficit em 31/12/2015 foram perdas decorrentes da rentabilidade do Plano não ter alcançado a meta atuarial.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008 para Equacionamento de Déficit Técnico, identificamos se o Déficit Técnico existente no Plano de Contribuição Variável em 31/12/2015 excederia o Limite de Déficit Técnico Acumulado dado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$, conforme segue:

Do Déficit Técnico Acumulado	(R\$)
a) Déficit Técnico Acumulado	(39.191.640,48)
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	1.028.553.106,25
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	10,60 anos
d) Limite para Equacionamento do Déficit Técnico Acumulado [1% x (c) - 4] x b)	67.884.505,01

⁽¹⁾ Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 91/2015.

Considerando que o Déficit Técnico existente é inferior ao limite permitido pelo Art. 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, não há necessidade de ser elaborado plano para seu equacionamento no exercício de 2016.

Varição do Resultado

No exercício de 2014 o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável encontrava-se superavitário, no entanto, a situação de equilíbrio se reverteu em um déficit em função da rentabilidade do Plano não ter atingido à meta atuarial.

Constituição e Reversão de Fundos Previdenciais

O Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar foi constituído com os recursos provenientes das contribuições da Patrocinadora, às quais os Participantes não tiveram direito por terem se desligado da mesma antes de se tornarem elegíveis aos benefícios do Plano.

5) Plano de Custeio para o Exercício de 2016

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável com base nos seguintes níveis a seguir.

Patrocinadora

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de participação	Contribuição em R\$
Contribuição Principal	Conforme Art. 32 do Regulamento do Plano	65.984.844,59
Contribuição Administrativa (para cobertura das despesas administrativas)	0,65% da folha salarial total, sendo: - 0,7367% sobre a folha salarial dos Participantes Fundadores - 0,5525% sobre a folha salarial dos Participantes Não Fundadores	7.188.778,88
Contribuição Específica (para custeio do Pecúlio por Morte)	Equivalente ao total das contribuições dos Participantes Não Fundadores para custeio destes benefícios	1.080.633,05
Contribuição Especial (para custeio dos benefícios de Invalidez, Auxílio Doença e Pensão por Morte)	Equivalente ao total das contribuições dos Participantes Não Fundadores para custeio destes benefícios	2.872.902,49

Participantes Ativos Não Fundadores

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de participação	Contribuição em R\$
Contribuição Básica	Conforme Artigo 22 do Regulamento do Plano	36.682.989,08
Contribuição Administrativa (para cobertura das despesas administrativas)	0,5525% da folha salarial	3.155.141,00
Contribuição Específica (para custeio do Pecúlio por Morte)	X * 0,037% do Salário, onde X equivale ao valor escolhido pelo Participante, conforme Artigo 93 do Regulamento do Plano	1.080.633,05
Contribuição Especial (para custeio dos benefícios de Invalidez, Auxílio Doença e Pensão por Morte)	1,93% parcela do Salário que exceder o Teto de Contribuição do INSS	2.872.902,49

Contribuições de Participantes Ativos Fundadores

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de participação	Contribuição em R\$
Contribuição Básica	Conforme Artigo 22 do Regulamento do Plano	44.872.092,61
Contribuição Administrativa (para cobertura das despesas administrativas)	0,3683% da folha salarial	2.016.818,94

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, destinada ao custeio de seu benefício, e a contribuição destinada à cobertura das despesas administrativas, observando as características de Participantes Fundadores e Não Fundadores descritas neste Plano de Custeio.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os Participantes Vinculados deverão efetuar as contribuições efetuadas por Participantes Ativos e Patrocinadoras para custeio das despesas administrativas, observando-se as características de Participantes Fundadores e Não Fundadores descritas neste Plano de Custeio, em conformidade com o regulamento do Plano.

Participantes Assistidos

Os Participantes Assistidos não deverão efetuar contribuições para o Plano ao longo do próximo exercício.

* * *

De acordo com o parágrafo 1º do artigo 17, do regulamento do Plano não há incidência das contribuições Especial, Específica e Administrativa sobre o 13º salário.

A contribuição total da despesa administrativa é de 2,21% da folha de participação, neste exercício, sendo que 50% dessa contribuição será financiada com recursos do resultado dos investimentos e do Fundo Administrativo.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2016, permanecendo no período de janeiro/2016 a março/2016 o custeio do exercício anterior apurado na avaliação atuarial de dezembro de 2014.

6) Limite Legal das Despesas

Em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº29, de 31/08/2009, registramos que o limite anual para as destinações vertidas a título de despesas administrativas pelo conjunto dos Planos de Benefícios administrado pelo Infraprev, que são vinculados à Lei Complementar n.º 108, de 29 de maio de 2001, será de 1% do ativo investido no exercício a que se referir.

7) Conclusão

Certificamos que o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável do Infraprev está deficitário em 31/12/2015. No entanto, o equacionamento deste déficit não será necessário dado que o mesmo é inferior ao limite estabelecido no Artigo 28 da Resolução CGPC nº26, de 29 de setembro de 2008.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2016

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Parecer Atuarial

Plano I de Benefícios Saldado

1) Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano I de Benefícios Saldado administrado pelo Instituto Infraero de Seguridade Social - Infraprev, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31 de dezembro de 2015.

2) Perfil dos Participantes

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 01/07/2015.

Qualidade da Base Cadastral

Os dados individuais foram fornecidos pelo Infraprev à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com o Instituto, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o Infraprev a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas ao lado:

Participantes Ativos

Descrição	
Número	39
Idade Média (anos)	55,9
Tempo de Contribuição Médio (anos)	24,4
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	26,0
Salário Real de Benefício Médio (R\$)	6.606,65
Benefício Saldado Médio (R\$)	2.795,78
Folha Anual do Salário Real de Benefício (R\$)	3.349.567,00

Participantes Assistidos e Beneficiários

Descrição	
Aposentados	
Número	67
Idade Média (anos)	68,4
Benefício Mensal Médio em R\$	3.249,93
Aposentados Inválidos	
Número	20
Idade Média (anos)	62,4
Benefício Mensal Médio em R\$	1.330,68
Beneficiários	
Número	59
Idade Média (anos)	63,5
Benefício Mensal Médio em R\$	963,74
Total	
Número	146
Idade Média (anos)	65,6
Benefício Mensal Médio em R\$	2.063,74

Não há participantes autopatrocinados nem em Benefício Proporcional Diferido na data base dos dados.

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 01/07/2015. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2015, refletindo o conceito de capacidade.

3) Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo a longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5,5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ⁽¹⁾	0% a.a.
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Tábua de mortalidade geral ⁽²⁾	AT-2000 BASIC, segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Outras hipóteses biométricas utilizadas ⁽³⁾	Entrada em Aposentadoria

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o INPC do IBGE.

⁽²⁾ Foi utilizada a tábua AT-2000-BASIC, segregada por sexo.

⁽³⁾ Entrada em aposentadoria: 100% na primeira elegibilidade ao benefício integral. Adota-se a hipótese de que o Participante já é elegível ao INSS na primeira elegibilidade ao benefício integral. Foi utilizada a hipótese de que 100% dos Participantes que irão se desligar do Plano, antes de atingir a elegibilidade ao benefício de aposentadoria, optarão pelo Benefício Proporcional Diferido.

Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do Plano I de Benefícios Saldado estão concentrados na rentabilidade auferida pelas aplicações dos recursos garantidores não atingirem a meta atuarial e na sobrevivência dos participantes e assistidos ser superior à projetada pela tábua de mortalidade.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados em 2014 e 2015, que tomaram como base a população existente nos Planos administrados pelo Infraprev e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto no item 1.3 da Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado no Infraprev.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros, para atendimento ao disposto na Instrução Normativa PREVIC nº 23/2015, foi objeto de Estudo Técnico elaborado pela Mercer. O Estudo Técnico teve como objetivo comprovar a adequação da hipótese da taxa real de juros, a ser utilizada na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2015, à rentabilidade futura dos investimentos do Plano.

Com base nos resultados dos estudos supracitados a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo do Instituto aprovaram a manutenção da taxa real anual de juros em 5,5% a.a.

Destacamos que a taxa real anual de juros de 5,5% a.a. atende ao disposto na legislação para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2015 e corresponde àquela que foi adotada para as projeções atuariais do Plano.

Informamos que as premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano. O benefício de Auxílio-Reclusão foi considerado imaterial para fins da Avaliação Atuarial, em função da experiência do Instituto.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano I de Benefícios Saldado.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006 que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4) Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2015 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pelo Infraprev posicionados em 31/12/2015.

CONTA	NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	84.447.977,40
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	81.420.312,13
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	72.569.723,61
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	52.182.102,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	52.182.102,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	38.690.238,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	13.491.864,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	20.536.641,61
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinadora	0,00

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	0,00
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	20.536.641,61
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	20.536.641,61
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	149.020,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	149.020,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	149.020,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	8.850.588,52
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	8.850.588,52
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	8.850.588,52
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	8.850.588,52
2.3.1.2.01.01.02	Reserva para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	3.027.665,27
2.3.2.1.00.00.00	FUNDO PREVIDENCIAL	0,00
2.3.2.2.00.00.00	FUNDO ADMINISTRATIVO	2.310.366,90
2.3.2.3.00.00.00	FUNDO DOS INVESTIMENTOS	717.298,37

Os valores das provisões matemáticas apresentados foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano I de Benefícios Saldado vigente em 31 de dezembro de 2015, Plano este que se encontra em extinção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano I de Benefícios Saldado no exercício de 2015.

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pelo Infraprev.

Em relação à estruturação das Provisões observamos ainda o que se segue:

- No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);
- A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);
- As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido e de pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

Em atendimento ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, informamos que o Plano I de Benefícios Saldado mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos pelo Infraprev que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

Por meio da planilha disponibilizada pela Portaria PREVIC nº708, de 22/12/2015, foi calculado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada nesta avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, que, em 31/12/2015 corresponde a R\$ 3.648.130,65.

Varição nas Provisões Matemáticas

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2014, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

Natureza do Resultado

O principal fator que levou à manutenção do Superávit em 31/12/2015 foram pequenos ganhos atuariais decorrentes da postergação da aposentadoria pelos participantes já elegíveis, sendo, portanto, de natureza conjuntural.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 7 da Resolução CGPC nº 26/2008 para constituição da Reserva de Contingência, identificamos se o Superávit Técnico existente no Plano I de Benefícios Saldado em 31/12/2015 excederia o Limite da Reserva de Contingência dado pela fórmula, mínimo {25%;[10% + (1% x duração do passivo)]} x Provisão Matemática, conforme segue:

Da Reserva de Contingência	(R\$)
a) Superávit Técnico Acumulado	8.850.588,52
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	72.569.723,61
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	10,80 anos
d) Limite da Reserva de Contingência {25%; [10% + (1% x c)]} x b)	14.094.502,51

⁽¹⁾ Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 91/2015.

Considerando que o Superávit Técnico existente é inferior ao limite permitido pelo Art. 7 da Resolução CGPC nº 26/2008 para a Reserva de Contingência, este valor foi mantido integralmente na Reserva de Contingência no encerramento do exercício de 2015.

Variação do Resultado

A situação superavitária do Plano foi mantida, porém em patamar inferior ao resultado obtido em 2014, em função da rentabilidade do Plano.

5) Plano de Custeio para o Exercício de 2016

As Patrocinadoras e os Participantes deverão efetuar contribuições para o Plano I de Benefícios Saldado nos seguintes níveis:

Contribuições dos Participantes Ativos, Autopatrocinados e Vinculados

A partir da Data Efetiva do Plano I de Benefícios Saldado, não haverá contribuições dos Participantes Ativos, Vinculados e Autopatrocinados.

No entanto, sobre o valor do Benefício Saldado do Participante Ativo, Autopatrocinado e Vinculado foi aplicado um Fator Redutor de Equilíbrio correspondente a 0,9455, de forma a levar o Plano à situação de equilíbrio na Data Efetiva do Plano I de Benefícios Saldado. Dessa forma, ocorreu o equacionamento do Déficit de responsabilidade deste grupo na Data Efetiva do Plano I de Benefícios Saldado.

Contribuições dos Participantes Assistidos

Os Assistidos que obtiveram essa condição até a *Data Efetiva do Plano I de Benefícios Saldado* recolherão ao Infraprev uma contribuição mensal equivalente ao produto da aplicação de taxa fixada no plano de custeio anual sobre o valor do benefício suplementar.

Descrição	Contribuição em % do valor do benefício pago pelo Infraprev	Contribuição em R\$
Contribuição Normal		
Previdenciária	1,853%	67.181,46
Administrativa	0,327%	11.855,55
Contribuição Extraordinária	0,603%	21.862,07

Nota: A contribuição extraordinária para a amortização da Provisão a Constituir - Subconta Déficit Equacionado tem prazo remanescente correspondente a 15 anos, em 01/4/2016.

Os Assistidos que obtiverem essa condição a partir da *Data Efetiva do Plano I de Benefícios Saldado*, recolherão ao Infraprev uma contribuição mensal equivalente ao produto da aplicação de taxa fixada no plano de custeio anual sobre o valor do benefício saldado após aplicação do Fator Redutor de Equilíbrio.

Descrição	Contribuição em % do valor do benefício pago pelo Infraprev	Contribuição em R\$
Contribuição Normal		
Previdenciária	-	-
Administrativa	0,327%	2.024,24

Joia

A joia calculada na data de inscrição do Participante em função da idade, remuneração, tempo de serviço prestado à Patrocinadora e tempo de afastamento voluntário será mantida até a data em que o participante for elegível a um benefício de aposentadoria por tempo de serviço pelo Plano.

* * *

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2016, permanecendo no período de janeiro/2016 a março/2016 o custeio do exercício anterior apurado na avaliação atuarial de dezembro de 2014.

6) Limite Legal das Despesas

Em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº29, de 31/08/2009, registramos que o limite anual de recursos destinados para a gestão administrativa pelo conjunto de Planos de Benefícios administrados pelo Infraprev, que são vinculados à Lei Complementar n.º 108, de 29 de maio de 2001, será de 1% do ativo investido no exercício a que se referir.

7) Conclusão

Certificamos que o Plano I de Benefícios Saldado do Infraprev está superavitário. O valor do excesso do Patrimônio de Cobertura do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, considerando o limite permitido pelo Art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2016

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Parecer Atuarial Plano II de Benefícios

1) Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano II de Benefícios, administrado pelo Instituto Infraero de Seguridade Social - Infraprev, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31 de dezembro de 2015.

2) Perfil dos Participantes

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos, Assistidos e Beneficiários utilizados no presente estudo foi 01/07/2015.

Qualidade da Base Cadastral

Os dados individuais foram fornecidos pelo Infraprev à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com o Instituto, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com o Infraprev a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas ao lado:

Participantes Ativos

Descrição	
Número	4
Idade Média (anos)	55,7
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	27,5
Tempo de Contribuição Médio (anos)	27,4
Salário Real de Benefício Médio (R\$)	10.532,75
Folha Anual do Salário Real de Benefício (R\$)	547.703,00

Participantes Assistidos e Beneficiários

Descrição	
Aposentados	
Número	4
Idade Média (anos)	72,0
Benefício Mensal Médio em R\$	2.077,06
Aposentados Inválidos	
Número	3
Idade Média (anos)	55,8
Benefício Mensal Médio em R\$	555,97
Beneficiários	
Número	13
Idade Média (anos)	68,4
Benefício Mensal Médio em R\$	1.094,38
Total	
Número	20
Idade Média (anos)	67,2
Benefício Mensal Médio em R\$	1.210,15

Não há Participantes Autopatrocinados e nem em Benefício Proporcional Diferido na data base dos dados.

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante corresponderem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 01/07/2015. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2015, refletindo o conceito de capacidade.

3) Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo a longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros ⁽¹⁾	5,5% a.a.
Projeção de crescimento real de salário ^{(1) (2)}	2% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0% a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0% a.a.
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade ⁽³⁾	Experiência Infraprev
Tábua de mortalidade geral ⁽⁴⁾	AT-2000 BASIC, segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas Agravada em 50%
Outras hipóteses biométricas utilizadas ⁽⁵⁾	Entrada em Aposentadoria, Opção pelos Institutos e Composição Familiar

⁽¹⁾ O indexador utilizado para fins de definição da hipótese de inflação para a meta atuarial é o INPC do IBGE.

⁽²⁾ A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela Patrocinadora levando em consideração a sua expectativa futura de concessão de aumentos salariais reais de longo prazo.

⁽³⁾ Pela experiência Infraprev, a rotatividade varia de acordo com a idade:

- Até 30 anos: 2,5% a.a.;
- De 31 a 40 anos: 1% a.a.;
- De 41 a 58 anos: 0,5% a.a.;
- Demais idades: Nula.

A hipótese de rotatividade adotada foi definida com base em estudos elaborados a partir de informações históricas e expectativa futura da Patrocinadora.

⁽⁴⁾ Foi utilizada a tábua AT-2000-BASIC, segregada por sexo.

⁽⁵⁾ Entrada em aposentadoria: 100% na primeira elegibilidade ao benefício integral. Adota-se a hipótese de que o Participante já é elegível ao INSS na primeira elegibilidade ao benefício integral. Foi utilizada a hipótese de que 100% dos Participantes que irão se desligar do Plano, antes de atingir a elegibilidade ao benefício de aposentadoria, optarão pelo Benefício Proporcional Diferido. Composição Familiar: percentual de Participantes Ativos casados na data da aposentadoria de 90% e diferença de idade entre os cônjuges de 4 anos.

Principais Riscos Atuariais

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos realizados em 2014 e 2015, que tomaram como base a população existente nos Planos administrados pelo Infraprev e também informações do mercado em geral. O detalhamento dos estudos, conforme previsto no item 1.3 da Resolução CGPC nº 18/2006, encontra-se arquivado no Infraprev.

Adicionalmente ressalta-se que a adequação da taxa real de juros, para atendimento ao disposto na Instrução Normativa PREVIC nº 23/2015, foi objeto de Estudo Técnico elaborado pela Mercer. O Estudo Técnico teve como objetivo comprovar a adequação da hipótese da taxa real de juros, a ser utilizada na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2015, à rentabilidade futura dos investimentos do Plano.

Com base nos resultados dos estudos supracitados a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo do Instituto aprovaram a manutenção da taxa real anual de juros em 5,5% a.a.

Destacamos que a taxa real anual de juros de 5,5% a.a. atende ao disposto na legislação para a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2015 e corresponde àquela que foi adotada para as projeções atuariais do Plano.

Informamos que as premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Adequação dos Métodos de Financiamento

O método atuarial adotado foi o agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano. O benefício de Auxílio Reclusão foi considerado imaterial para fins da Avaliação Atuarial, em função da experiência do Instituto.

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano II de Benefícios.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CGPC nº 18/2006 que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4) Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2015 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pelo Infraprev posicionados em 31/12/2015.

CONTA	NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	13.058.803,06
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	12.179.129,92
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	9.644.939,51
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	4.227.575,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	0,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	4.227.575,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	1.563.576,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	2.663.999,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	5.467.738,21
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/ Instituidor(es)	0,00
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	0,00
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	5.389.799,99
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	5.548.785,47
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	79.492,74
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	79.492,74
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	77.938,22
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	80.434,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	1.247,89
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	1.247,89
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	50.373,70
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	50.373,70
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	22.368,66
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	28.005,04
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	0,00

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	0,00
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	2.534.190,41
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	2.534.190,41
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	2.534.190,41
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	2.121.886,69
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	412.303,72
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	0,00
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	879.673,14
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	0,00
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	0,00
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	0,00
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	0,00
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	767.348,37
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	112.324,77

Os valores das provisões matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano II de Benefícios vigente em 31 de dezembro de 2015, Plano este que se encontra em extinção.

Não houve alteração regulamentar que gere impacto ou afetação no resultado do Plano II de Benefícios no exercício de 2015.

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pelo Infraprev.

Em relação à estruturação das Provisões observamos ainda o que se segue:

- a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);
- b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos);
- c) As provisões referentes a futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados);
- d) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados);
- e) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Em atendimento ao § 3º do Art. 1º da Resolução CGPC nº 04, de 30/01/2002, informamos que o Plano II de Benefícios mantém em seu ativo líquido, títulos classificados na categoria de “títulos mantidos até o vencimento” e que foram efetuados estudos pelo Infraprev que comprovaram a possibilidade de sua manutenção sem o comprometimento da capacidade financeira do Plano.

Por meio da planilha disponibilizada pela Portaria PREVIC nº708, de 22/12/2015, foi calculado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada nesta avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, que, em 31/12/2015 corresponde a R\$ 765.968,98.

Varição nas Provisões Matemáticas

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2014, quando comparada com a provisão matemática evoluída, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos).

Natureza do Resultado

O principal fator que levou à manutenção do Superávit em 31/12/2015 foram pequenos ganhos atuariais decorrentes da postergação da aposentadoria pelos participantes já elegíveis, sendo, portanto, de natureza conjuntural.

Considerando as condições estabelecidas no Art. 7 da Resolução CGPC nº 26/2008 para constituição da Reserva de Contingência, identificamos se o Superávit Técnico existente no Plano II de Benefícios em 31/12/2015 excederia o Limite da Reserva de Contingência dado pela fórmula, mínimo $\{25\%; [10\% + (1\% \times \text{duração do passivo})]\} \times \text{Provisão Matemática}$, conforme ao lado:

Da Reserva de Contingência	(R\$)
a) Superávit Técnico Acumulado	2.534.190,41
b) Provisões Matemáticas com característica de Benefício Definido	9.644.939,51
c) Duração do Passivo ⁽¹⁾	12,00
d) Limite da Reserva de Contingência $\{25\%; [10\% + (1\% \times c)]\} \times b)$	2.121.886,69

⁽¹⁾ Duração calculada pela planilha anexa à Portaria PREVIC nº 91/2015.

Considerando que o Superávit Técnico existente é superior ao limite permitido pelo Art. 7 da Resolução CGPC nº 26/2008 para a Reserva de Contingência, o excedente de R\$ 412.303,72 foi utilizado para constituição de Reserva Especial para Revisão do Plano pelo terceiro ano consecutivo.

Sendo assim, para identificarmos se haveria reserva especial a ser destinada, em atendimento ao §2º do Art. 9º da Resolução CGPC 26/2008, foi identificado o valor das Provisões Matemáticas com as premissas de tábua de mortalidade geral AT-2000, suavizada em 10%, e taxa de juros real de 4,72% (um ponto percentual abaixo de 5,72%, o teto estabelecido no item 4 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006, considerando a duração do passivo deste Plano) correspondente a R\$.10.697.302,59.

Dessa forma, apurou-se a diferença existente entre as provisões matemáticas com as hipóteses efetivamente adotadas no Plano II (R\$ 9.644.939,51) e aquelas calculadas com a AT-2000, suavizada em 10% e a taxa real de juros de 4,72% a.a. (R\$10.697.302,59), que corresponde a R\$ 1.052.363,08. Considerando que a reserva especial contabilizada é inferior a este valor, não há, no encerramento do exercício de 2015, reserva especial a ser destinada.

Varição do Resultado

A situação superavitária do Plano foi mantida, em patamar ligeiramente superior ao resultado obtido em 2014.

5) Plano de Custeio para o Exercício de 2016

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, as Patrocinadoras e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano II de Benefícios com base nos seguintes níveis:

Patrocinadora

Contribuições Previdenciais	Contribuição em % da folha de salário de participação	Contribuição em R\$
Contribuição Normal	Equivalente ao total das contribuições normais efetuadas pelos Participantes Ativos.	49.840,95
Contribuição Extraordinária Para amortização da Provisão a Constituir - Subconta Serviço Passado	3,55% da folha salarial dos Participantes	13.802,11

Os pagamentos correspondentes à amortização poderão variar entre o mínimo exigido de 3,55% da folha de salário de participação e o máximo de R\$ 22.368,66, valor estimado para integralização da Provisão Matemática a Constituir - Patrocinadora na data da avaliação.

O prazo de amortização da Provisão a Constituir - Subconta Serviço Passado corresponde a 2,33 anos, em 31/12/2015, e é o prazo remanescente daquele que vinha sendo adotado nas avaliações anteriores, de acordo com o item 39 da Resolução MPAS/CPC 01/78 (20 anos a contar de 01/05/1998).

Participantes Ativos

Contribuições Previdenciais	Contribuição em % da folha de salário de participação	Contribuição em R\$
Contribuição Normal, de acordo com a faixa salarial:		
Salário de Participação	Mínimo (1,65% + (0,055% * (Idade de Inscrição no Plano - 18; 3,3%))	49.840,95
Salário de Participação - Teto do INSS/2	2,2%	
Salário de Participação - Teto do INSS	7,7%	
Contribuição Extraordinária, de acordo com a faixa salarial:		
Para amortização da Provisão a Constituir - Subconta Serviço Passado		17.307,41
Salário de Participação	Mínimo (0,85% + (0,03% * (Idade de Inscrição no Plano - 18; 1,75%))	
Salário de Participação - Teto do INSS/2	1,15%	
Salário de Participação - Teto do INSS	4%	

O prazo de amortização da Provisão a Constituir - Subconta Serviço Passado corresponde a 2,33 anos, em 31/12/2015, e é o prazo remanescente daquele que vinha sendo adotado nas avaliações anteriores, de acordo com o item 39 da Resolução MPAS/CPC 01/78 (20 anos a contar de 01/05/1998).

Participantes Autopatrocinados

Os Participantes Autopatrocinados deverão efetuar, além de suas contribuições, as contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora, destinada ao custeio de seu benefício, e a contribuição destinada à cobertura das despesas administrativas.

Participantes em Benefício Proporcional Diferido

Os Participantes Vinculados deverão efetuar contribuições para custeio das despesas administrativas, de acordo com regras que deverão ser estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Infraprev.

* * *

Observamos, ainda, que 15% de todas as contribuições efetuadas serão destinadas para o custeio administrativo do Plano.

As despesas administrativas de investimentos serão cobertas com recursos do resultado dos investimentos.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2016, permanecendo no período de janeiro/2016 a março/2016 o custeio do exercício anterior apurado na avaliação atuarial de dezembro de 2014.

6) Limite Legal das Despesas

Em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº29, de 31/08/2009, registramos que o limite anual para as destinações vertidas a título de despesas administrativas pelo conjunto dos Planos de Benefícios administrado pelo Infraprev, que são vinculados à Lei Complementar n.º 108, de 29 de maio de 2001, será de 1% do ativo investido no exercício a que se referir.

7) Conclusão

Certificamos que o Plano II de Benefícios do Infraprev está superavitário. O valor do excesso do Patrimônio de Cobertura do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, considerando o limite permitido pelo Art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008. A Reserva Especial para Revisão do Plano não será destinada neste exercício, apesar de ser o terceiro exercício em que é registrada, pois a diferença para as provisões matemáticas avaliadas com as hipóteses mínimas de AT2000 suavizada em 10% e taxa real de juros de 4,72% a.a. resultaram em valores superiores ao contabilizado na reserva especial.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2016

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Parecer Atuarial

Plano Associativo - PAI I

1) Introdução

Na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano Associativo Infraprev I - PAI I, administrado pelo Infraprev - Instituto de Seguridade Social, apresento o parecer sobre a situação atuarial do citado Plano, posicionado em 31 de dezembro de 2015.

Tendo em vista Instrução PREVIC nº 12/2014, que dispensa as Entidades Fechadas de Previdência Complementar de elaborarem e enviarem as Demonstrações Atuariais - DA referentes aos Planos constituídos na modalidade de Contribuição Definida - Plano CD e que não estejam sujeitos a riscos atuariais, para o encerramento do exercício 2015, não será elaborada Demonstração Atuarial para o Plano Associativo Infraprev I - PAI I.

2) Perfil dos Participantes

A data base dos dados individuais relativos aos Participantes Ativos utilizados para fins de estatística no presente estudo foi 31/12/2015.

Os dados individuais utilizados para as estatísticas abaixo apresentadas foram fornecidos pela Gerência de Seguridade do Infraprev, via e-mail, em 21/01/2016.

As principais características do grupo, na data base dos dados, estão resumidas na tabela a seguir:

Participantes Ativos

Descrição	
Quantidade	41
Idade Média (anos)	35,0
Tempo de Plano Médio (anos)	2,8

Considerando que o Plano ora avaliado é um Plano de Instituidor, constituído na modalidade de Contribuição Definida, onde os benefícios estão vinculados ao saldo de conta acumulado e as contribuições são livremente escolhidas pelo participante, não há vinculação deste Plano com o Salário do Participante e, portanto, este valor não foi objeto de análise.

Por oportunos, informamos que ao longo do exercício de 2015, o Plano Associativo Infraprev I teve 2 adesões e 16 desligamentos.

3) Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo a longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes que já recebem benefícios, quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

Conforme determinado pela Resolução CGPC nº 12/2002, o Plano ora avaliado foi totalmente estruturado na modalidade de Contribuição Definida e, portanto, não há hipóteses atuariais e econômicas aplicáveis na apuração das Provisões Matemáticas, conforme segue:

Taxa real anual de juros	Não Aplicável
Projeção de crescimento real de salário	Não Aplicável
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não Aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não Aplicável
Fator de capacidade para os salários	Não Aplicável
Fator de capacidade para os benefícios	Não Aplicável
Hipótese sobre rotatividade	Não Aplicável
Tábua de mortalidade geral	Não Aplicável
Tábua de mortalidade de inválidos	Não Aplicável
Tábua de entrada em invalidez	Não Aplicável
Outras hipóteses biométricas utilizadas	Não Aplicável

O método atuarial adotado para todos os benefícios foi Capitalização Individual.

As provisões matemáticas consideram a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano de Benefícios, estruturado na modalidade de contribuição definida conforme disposto na Resolução CGPC nº 12/2002.

As hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem ao disposto na Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pelas Resoluções CNPC nº 09/2012, CNPC nº 15/2014, e pela Resolução CNPC nº 22/2015 que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios.

Vale lembrar que o Regulamento do Plano Associativo Infraprev I, permite concessão de benefício por prazo indeterminado, calculada atuarialmente com base no Saldo de Conta Total e sua expectativa média de sobrevivência.

A Resolução CNPC nº 15, de novembro de 2014, determina que para Planos constituídos na modalidade de Contribuição Definida e que utilizem taxa de juros real anual em cálculos de benefícios, a Entidade deverá adotar taxa de juros real anual dentro do intervalo estabelecido por meio de portaria divulgada anualmente pela PREVIC, considerando a duração de dez anos.

De acordo com a Portaria nº 191, a taxa máxima permitida para o Plano, considerando a duração de 10 anos, é de 5,65% a.a.

Desta forma, caso haja alguma concessão de benefício ao longo do exercício de 2015, a taxa de juros e tábua de mortalidade utilizadas para a transformação de saldo de conta em benefícios serão respectivamente: 5,00% a.a. e AT - 2000, segregada por sexo.

4) Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2015 determinada respeitando-se a legislação vigente, é a seguinte:

CONTA	NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	220.121,00
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	220.121,00
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	220.121,00
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	-
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	-
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	-
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	220.121,00
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	220.121,00
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/ Instituidor(es)	-
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	220.121,00
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	-
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador(es)	-

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participantes	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistidos	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) Patrocinador(es)	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	-
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	-
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	-
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	-

Os valores das provisões matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano Associativo Infraprev I vigente em 31 de dezembro de 2015, Plano este que se encontra em manutenção.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nos valores dos saldos de conta e do Patrimônio Social, fornecidos pelo Infraprev posicionados em 31/12/2015.

5) Plano de Custeio para o Exercício de 2016

Contribuições

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano Associativo Infraprev I com base nos seguintes níveis:

Contribuições de Participantes Ativos

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de participação	Contribuição em R\$
Contribuição Básica	Conforme Art. 14 do Regulamento do Plano	Não Dimensionável
Contribuição Voluntária	Conforme Art. 15 do Regulamento do Plano	Não Dimensionável
Contribuição de Risco	Conforme Art. 17 do Regulamento do Plano	Não Aplicável

O custo total da despesa administrativa será financiado com recursos do resultado dos investimentos.

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2016, permanecendo no período de janeiro/2016 a março/2016 o custeio do exercício anterior apurado na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2015.

6) Limite Legal das Despesas

Em conformidade com o Art. 6º da Resolução CGPC nº29, de 31/08/2009, registramos que o limite anual para as destinações vertidas a título de despesas administrativas pelo conjunto dos Planos de Benefícios administrado pelo Infraprev, que são vinculados à Lei Complementar n.º108, de 29 de maio de 2001, será de 1% do ativo investido no exercício a que se referir.

7) Conclusão

Certificamos que o Plano Associativo Infraprev I está equilibrado, dependendo do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manter o equilíbrio.

Ressaltamos que não será elaborada a Demonstração Atuarial- DA do Plano Associativo Infraprev I - PAI I, conforme permitido através do artigo 3º da Instrução PREVIC nº 12 de 13/10/2014, conforme:

Art. 3º Ficam dispensados da elaboração e encaminhamento das Demonstrações Atuariais - DA os planos de benefícios constituídos na modalidade de contribuição definida cujos saldos contábeis sejam nulos nas contas "Benefício Definido" do grupo de contas das provisões matemáticas.

Rio de Janeiro, 27 de Janeiro de 2016

Gustavo Filgueiras Viana
Atuário
M.I.B.A.: 2.684

Relatório dos auditores independentes

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Infraero de Seguridade Social - Infraprev ("Entidade" ou "Infraprev"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do plano de gestão administrativa, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 5.3 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2015 a Entidade possui 5% do total dos investimentos consolidados, correspondente a R\$ 165.455 mil aplicados no Fundo de Investimento em Participação Multiner (“FIP Multiner” ou “Fundo”), que por sua vez detém 99,99% do seu patrimônio líquido investido em ações da empresa de capital fechado Multiner S.A. e Mesa S.A., os quais estão avaliados ao seu valor de custo nessa mesma data. A Entidade não recebeu da administradora do Fundo, até a presente data, evidências quanto à avaliação da ocorrência de redução no valor recuperável desse investimento, como requerem as práticas contábeis aplicáveis aos Fundos de Investimento em Participações. Conseqüentemente, a administração da Entidade entende que não possui as informações necessárias para refletir em suas demonstrações financeiras os efeitos de eventuais ajustes oriundos do investimento na Multiner S.A. Devido à ausência de avaliação quanto ao valor recuperável, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se constituir ou não provisão para perdas sobre os referidos ativos possuídos pelo Infraprev por meio do Plano de Contribuição Variável, Plano I de Benefício Definido e Plano II de Benefício Definido, que representam 5,8%, 3,4% e 3,5%, respectivamente, do total de seus correspondentes investimentos.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Instituto Infraero de Seguridade Social - Infraprev e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F” RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

ATA da Diretoria Executiva

Às 10h (dez horas), do dia 17 de Fevereiro de 2016, de acordo com o artigo 41 do Estatuto do Instituto Infraero de Seguridade Social - Infraprev, reuniram-se os membros da Diretoria Executiva, na sede do Instituto, à Avenida Almirante Barroso, 54 - 6º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ. A Reunião contou com a participação do Diretor-Superintendente, Carlos Frederico Aires Duque, do Diretor de Administração e Finanças, Miguel Alexandre da Conceição David e do Diretor de Benefícios, Mauricio Ravizzini Monteiro, tendo sido tratado o seguinte assunto:

PAUTA ÚNICA - ANÁLISE E APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO 2015 E RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS; PARECER ATUARIAIS E APROVAÇÃO DOS PLANOS DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2015:

A Diretoria Executiva procedeu à análise do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, bem como, dos Pareceres Atuariais do Plano I de Benefício Definido Saldado - Plano BDI - Saldado; Plano II de Benefício Definido - Plano BD II; Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV, elaborados pela empresa de Consultoria Atuarial *Mercer Human Resource* e do Plano Associativo Infraprev I - PAI I, em conformidade com a legislação vigente, bem como do Parecer das Demonstrações Contábeis - Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, elaborado pela *PricewaterhouseCoopers* Auditores Independentes. Concluída a análise, a Diretoria Executiva aprovou as Demonstrações Contábeis do Encerramento do exercício de 2015 e respectivas Notas Explicativas; bem como os Pareceres Atuariais dos Planos de Benefício administrados pelo Infraprev e os Planos de Custeio dos Planos de Benefícios para o exercício de 2016, na forma das disposições legais aplicáveis, encaminhado o expediente à apreciação e aprovação pelos Conselhos Fiscal e Conselho Deliberativo do Infraprev. Nada mais havendo a tratar o Diretor-Superintendente deu por encerrada a reunião, lavrando-se a presente Ata assinada pelos Diretores presentes à reunião.

CARLOS FREDERICO AIRES DUQUE
Diretor-Superintendente

MIGUEL ALEXANDRE DA CONCEIÇÃO DAVID
Diretor de Administração e Finanças

MAURICIO RAVIZZINI MONTEIRO
Diretor de Benefícios

PARECER

do Conselho Fiscal

Em cumprimento ao teor da INSTRUÇÃO MPS/SPC Nº 34, de 24/09/2009, alterada pela INSTRUÇÃO MPS/PREVIC Nº 01, de 22/03/2011, pela INSTRUÇÃO MPS/PREVIC Nº 05, de 08/09/2011, pela INSTRUÇÃO MPS/PREVIC Nº 06, de 13/11/2013, pela INSTRUÇÃO MPS/PREVIC Nº 15, de 12/11/2014, pela Instrução MPS/PREVIC nº 21, de 23/03/2015 e pela Instrução MTPS/PREVI Nº 25, de 17/12/2015 e, em conjunto com o artigo 63 do Estatuto Social do Instituto Infraero de Seguridade Social - Infraprev, com base na análise efetuada nas Demonstrações Contábeis de encerramento do exercício financeiro de 2015, consubstanciado pelo Parecer *Atuarial da Mercer Human Resource Consulting* Ltda, no Parecer dos Auditores Independentes da *PriceWaterhouseCoopers*, em Reunião Extraordinária representada por seus membros abaixo assinados, manifesta-se pela APROVAÇÃO das referidas Demonstrações Contábeis, anexas a este Parecer, acompanhando a RESSALVA registrada no Relatório dos auditores independentes, referente à necessidade de realização do teste de *impairment* (valor justo) no Fundo de Investimento em Participação Multiner (FIP Multiner).

ÁNETE VIANA DAMASCENO

Presidente

DOURIVAL PEREIRA DOS SANTOS

Suplente

VERA LÚCIA LIMA PAULINO

Titular

WAGNER CUNHA MACHADO

Titular

ATA

do Conselho Deliberativo

Às 14h (quatorze horas) do dia 17 de Fevereiro de 2016, de acordo com o artigo 33 do Estatuto Social do Instituto Infraero de Seguridade Social - Infraprev, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo, na sede do Instituto, à Avenida Almirante Barroso, 54 - 6º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ. A Reunião contou com a participação dos Membros Titulares: Flávio Rodrigues, Keyla Regina da Silva Torres Bosco Matias, José Francisco Marinho Freire e do Membro Suplente: Paulo Cesar Pacheco de Lima, devido ausência justificada do conselheiro Ricardo de Castro Brum. Na qualidade de Presidente da Mesa assumiu a direção dos trabalhos o conselheiro Flávio Rodrigues. Iniciados os trabalhos, deliberaram sobre o seguinte tema:

PAUTA ÚNICA: APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2015 E RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS, DOS PARECERES ATUARIAIS E DOS PLANOS DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2016: Nos termos do artigo 34, alínea XIV, do Estatuto Social do Infraprev,

levando em consideração o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis e Financeiras do exercício de 2016; os Pareceres Atuariais dos Planos de Benefícios administrados pelo Instituto: Plano I de Benefícios - Plano BD I, Plano II de Benefícios - Plano BD II e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV e Plano Associativo Infraprev I - Plano PAI I, elaborados pela empresa de Assessoria Atuarial externa, *Mercer Human Resource Consulting*, o Parecer das Demonstrações Contábeis, elaborado pela empresa *PriceWaterhouseCoopers - PwC*, datado de 17/02/2016; a aprovação da Diretoria Executiva, conforme Ata de Reunião Extraordinária nº 009, de 17/02/2016; bem como aprovação do Conselho Fiscal, conforme item 2.5 da Ata de Reunião Ordinária do Conselho Fiscal nº 002/2016, de 16 e 17/02/2016 e o Parecer do Conselho Fiscal, emitido em 17/02/2016, o Conselho Deliberativo aprova o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2015 e os respectivos Planos de Custeio para o exercício de 2016 dos Planos I de Benefícios - Plano BD I; Plano II de Benefícios - Plano BD II, Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV e Plano Associativo Infraprev I - PAI I administrados pelo Infraprev.

O Conselho Deliberativo recomenda que seja procedida ampla divulgação dos resultados aos Participantes, em forma de Relatório Anual do Exercício 2015, no Jornal Futuro e mediante disponibilização na *Internet* e *homepage* do Instituto, a exemplo dos procedimentos observados em exercícios anteriores.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrada esta Ata, lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. Secretariou a reunião a Sr.^a Denise Pestana Cunha Telles - Chefe de Gabinete dos Órgãos Colegiados.

FLÁVIO RODRIGUES

Membro Titular/Presidente

KEYLA REGINA DA SILVA TORRES BOSCO MATIAS

Membro Titular

JOSÉ FRANCISCO MARINHO FREIRE

Membro Titular

PAULO CESAR PACHECO DE LIMA

Membro Suplente

SUMÁRIO DE CONTEÚDO GRI G4



Conteúdos Padrão Gerais		
Conteúdos Padrão Gerais	Página	Verificação Externa Indique se o Item do conteúdo padrão foi submetido à verificação externa. Em caso afirmativo, indique a página na qual a Declaração de Verificação Externa pode ser encontrada no relatório.
Estratégia e Análise		
G4- 1	4	Não houve
Perfil Organizacional		
G4- 3	11, 121	Não houve
G4- 4	20, 24, 31, 44	Não houve
G4- 5	11, 121	Não houve
G4- 6	11, 121	Não houve
G4- 7	11	Não houve
G4- 8	11	Não houve
G4- 9	12, 33, 44, 54	Não houve
G4- 10	54	Não houve
G4- 11	56	Não houve
G4- 12	28	Não houve
G4- 13	29	Não houve
G4- 14	39	Não houve
G4- 15	18	Não houve
G4- 16	19	Não houve
Aspectos Materiais Identificados e Limites		
G4- 17	O Infraprev não possui filiais ou subsidiárias.	Não houve
G4- 18	7	Não houve
G4- 19	9, 17	Não houve
G4- 20	17	Não houve
G4- 21	9	Não houve
G4- 22	13	Não houve
G4- 23	Não houve alterações significativas quanto a escopo e limites em comparação aos relatórios anteriores.	Não houve
Engajamento de Stakeholders		
G4- 24	9	Não houve
G4- 25	8	Não houve
G4- 26	9	Não houve

Conteúdos Padrão Gerais		
Conteúdos Padrão Gerais	Página	Verificação Externa Indique se o Item do conteúdo padrão foi submetido à verificação externa. Em caso afirmativo, indique a página na qual a Declaração de Verificação Externa pode ser encontrada no relatório.
G4- 27	9	Não houve
Perfil do Relatório		
G4- 28	7	Não houve
G4- 29	7	Não houve
G4- 30	7	Não houve
G4- 31	121	Não houve
G4- 32	7	Não houve
G4- 33	7	Não houve
Governança		
G4- 34	12, 13	Não houve
G4- 35	25	Não houve
G4- 36	13	Não houve
G4- 37	54	Não houve
G4- 38	13	Não houve
G4- 39	13	Não houve
G4- 40	13	Não houve
G4- 42	18	Não houve
G4- 43	55	Não houve
G4- 48	7	Não houve
G4- 49	24, 25	Não houve
G4- 50	24, 25	Não houve
G4- 51	55	Não houve
G4- 52	55	Não houve
G4- 53	55	Não houve
G4- 54	55	Não houve
Ética e Integridade		
G4- 55	56	Não houve
G4- 56	11	Não houve
G4- 57	14	Não houve
G4- 58	14	Não houve

Conteúdos Padrão Específicos				
Aspectos Materiais	Informações sobre forma de gestão e indicadores	Página	Omissões	Verificação Externa
Categoria Econômica				
Desempenho Econômico	G4- DMA	39	Não houve	Não houve
	G4-EC1 Valor econômico direto gerado e distribuído	39	Não houve	Não houve
	G4-EC3 Cobertura das obrigações previstas no plano de benefícios da organização.	34	Não houve	Não houve
	G4-EC4 Assistência financeira recebida do governo.	11	Não houve	Não houve
Presença no Mercado	G4- DMA	55	Não houve	Não houve
	G4-EC5 Variação da proporção do salário mais baixo, discriminado por gênero, comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.	55	Não houve	Não houve
Práticas de Compra	G4- DMA	29	Não houve	Não houve
	G4-EC9 Proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	29	Não houve	Não houve
Categoria Ambiental				
Energia	G4- DMA	59	Não houve	Não houve
	G4- EN3 Consumo de energia dentro da organização.	59	Não houve	Não houve
	G4- EN6 Redução do consumo de energia.	59	Não houve	Não houve
Emissões	G4- DMA	59	Não houve	Não houve
	G4- EN15 Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 1)	60	Não houve	Não houve
	G4- EN16 Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) Provenientes da aquisição de energia (Escopo 2).	60	Não houve	Não houve
	G4- EN17 Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) (Escopo 3).	60	Não houve	Não houve
	G4- EN19 Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa	60	Não houve	Não houve
Efluentes e Resíduos	G4- DMA	59	Não houve	Não houve
	G4- EN23 Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição.	59	Não houve	Não houve
Categoria Social				
Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente				
Emprego	G4- DMA	29, 54 e 56	Não houve	Não houve
	G4- LA1 Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região.	54	Não houve	Não houve
	G4- LA2 Benefícios concedidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados por unidades operacionais importantes da organização.	56	Não houve	Não houve
	G4- LA3 Taxas de retorno ao trabalho e retenção após uma licença maternidade/paternidade, discriminadas por gênero.	56	Não houve	Não houve
Saúde e Segurança no Trabalho	G4- DMA	57	Não houve	Não houve
	G4- LA5 Percentual da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança, compostos por empregados de diferentes níveis hierárquicos, que ajudam a monitorar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho.	57	Não houve	Não houve
	G4- LA6 Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminado por região e gênero.	57	Não houve	Não houve
	G4- LA8 Tópicos relativos à saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos.	57	Não houve	Não houve

Conteúdos Padrão Específicos				
Aspectos Materiais	Informações sobre forma de gestão e indicadores	Página	Omissões	Verificação Externa
Treinamento e Educação	G4- DMA	54	Não houve	Não houve
	G4- LA9 Número médio de horas de treinamento por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional.	55	Não houve	Não houve
	G4- LA10 Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade de empregabilidade dos empregados em período de preparação para a aposentadoria.	54	Não houve	Não houve
	G4- LA11 Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por gênero e categoria funcional.	55	Não houve	Não houve
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	G4- DMA	13	Não houve	Não houve
	G4- LA12 Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.	13	Não houve	Não houve
Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens	G4- DMA	55	Não houve	Não houve
	G4- LA13 Razão matemática do salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes.	55	Não houve	Não houve
Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas	G4- DMA	14	Não houve	Não houve
	G4- LA16 Número de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal.	14	Não houve	Não houve
Direitos Humanos				
Investimentos	G4- DMA	39	Não houve	Não houve
	G4- HR1 Número total e percentual de acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliação referente a direitos humanos.	39	Não houve	Não houve
Não Discriminação	G4- DMA	24	Não houve	Não houve
	G4- HR3 Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas.	24	Não houve	Não houve
Liberdade de Associação e Negociação Coletiva	G4- DMA	29, 56		
	G4-HR4 Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violado ou haja risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.	29	Não houve	Não houve
Trabalho Infantil	G4- DMA	39		
	G4-HR5 Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil.	39	Não houve	Não houve
Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	G4- DMA	39		
	G4-HR6 Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.	39	Não houve	Não houve
Sociedade				
Comunidades Locais	G4- DMA	25	Não houve	Não houve
	G4- SO1 Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local.	25	Não houve	Não houve
	G4- SO2 Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais.	25	Não houve	Não houve

Conteúdos Padrão Específicos				
Aspectos Materiais	Informações sobre forma de gestão e indicadores	Página	Omissões	Verificação Externa
Combate à corrupção	G4- DMA	25	Não houve	Não houve
	G4- SO3 Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção e os riscos significativos identificados.	25	Não houve	Não houve
	G4- SO4 Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção.	25	Não houve	Não houve
	G4- SO5 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas.	25	Não houve	Não houve
Conformidade	G4- DMA	24	Não houve	Não houve
	G4- SO8 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias aplicadas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos.	24	Não houve	Não houve
Reponsabilidade pelo Produto				
Rotulagem de Produtos e Serviços	G4- DMA	12, 21, 24, 33, 44	Não houve	Não houve
	G4- PR3 Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização referentes a informações e rotulagem de produtos e serviços e percentual de categorias significativas sujeitas a essas exigências.	12, 33, 44	Não houve	Não houve
	G4- PR4 Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultados.	24	Não houve	Não houve
	G4- PR5 Resultados por pesquisas de satisfação do cliente.	21	Não houve	Não houve
Comunicações de Marketing	G4- DMA	24	Não houve	Não houve
	G4- PR7 Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminado por tipo de resultados.	24	Não houve	Não houve
Privacidade do Cliente	G4- DMA	24	Não houve	Não houve
	G4- PR8 Número total de queixas comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes.	24	Não houve	Não houve
Conformidade	G4- DMA	24	Não houve	Não houve
	G4- PR9 Valor monetário de multas significativas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	24	Não houve	Não houve

Conteúdos Padrão Específicos				
Aspectos Materiais	Informações sobre forma de gestão e indicadores	Página	Omissões	Verificação Externa
Indicadores do Setor Financeiro				
Diversificação dos Investimentos	G4-FS6 Percentual da carteira de linhas de negócios, por região específica, tamanho e setor.	50	Não houve	Não houve
Auditoria dos Investimentos	G4-FS9 Cobertura e frequência das auditorias para avaliar a implementação de políticas ambientais e sociais e os procedimentos de avaliação de risco.	13, 39	Não houve	Não houve
Engajamento	G4-FS10 Percentual e número de empresas na carteira com as quais a organização relatora interagiu em questões ambientais ou sociais.	19	Não houve	Não houve
Seleção dos Investimentos	G4-FS11 Percentual de ativos sujeitos à triagem ambiental ou social.	39	Não houve	Não houve
Votação nos Investimentos	G4-FS12 Política de voto aplicada a questões ambientais ou sociais para participações nas quais a organização relatora detém o direito de voto de ações ou aconselhamento na votação.	19	Não houve	Não houve
Crédito Consciente	G4-FS15 Políticas para o projeto e venda justa de produtos e serviços financeiros.	43	Não houve	Não houve



InfraPrev

COM VOCÊ ATÉ O FUTURO.

Coordenação Editorial

Gerência de Comunicação

Conteúdo de Sustentabilidade

Gerência de Controles Internos

Projeto Gráfico e Diagramação

Nós da Comunicação

Fotografia

Banco de Imagens

Página 4: Marco Antônio Gambôa

Instituto Infraero de Seguridade Social - Infraprev

Av. República do Chile, 230 - 18º andar

Centro - Rio de Janeiro - RJ - Brasil 20031-170

Telefone (21) 2156-8150

0800-707-1273

comunicacao@infraprev.org.br

www.infraprev.org.br

facebook.com/infraprev

twitter.com/infraprev

youtube.com/infraprev

flickr.com/photos/infraprev